|  |
| --- |
|  |
| ..\Legislacao - ilustracoes\CAPA_COMPILACAO.jpg |
|  | **VERSÃO 2018** |  |
| **Atualização feita nesta versão: ano 2018 | Data de elaboração: janeiro 2019** |
|  | Av. António Augusto de Aguiar, 126 - 7º1050-020 Lisboa | **Tel.:** 21 358 07 85**E-mail:** info@appconsultores.org.pt**Web site:** www.appconsultores.org.pt |
|  |

|  |
| --- |
| ENQUADRAMENTO LEGAL DO EXERCÍCIO E DA ATIVIDADE DE CONSULTORIA E PROJETO |
| **Lista de Diplomas Legais publicados na I Série do Diário da República relacionados com as****áreas de Economia, Gestão de Empresas e áreas afins - Nota explicativa** |

>> Dirigido às empresas associadas que atuam nas várias áreas representadas na APPC:

 Ambiente, Arquitetura, Engenharia, Economia e Gestão

Introdução

Este documento consiste numa compilação de legislação publicada na Série I do Diário da República (DR) com interesse e utilidade para a gestão de empresas de qualquer setor de atividade e tem por objetivo servir de instrumento de consulta para as empresas de consultoria na sua atividade e no relacionamento com os seus clientes. Os diplomas legais figuram em tabelas anuais e estão ordenados pela data de publicação. A coluna “Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE)” inclui o sumário do Diploma, sendo o respetivo texto semelhante ao que aparece na primeira página do DR, onde figuram os sumários de cada Diploma.

Com o objetivo de evitar que este documento se tornasse demasiado longo, foram feitos, na medida do possível, resumos, utilizadas abreviaturas e omitidos alguns elementos identificativos dos Diplomas, nomeadamente o emissor e o nº do DR. Tendo em vista facilitar a pesquisa de diplomas, foi incluída a coluna das “palavras-chave”, que inclui palavras ou expressões relacionadas com o objeto do Diploma.

Abrangência

Qualquer um dos diplomas que figuram nesta lista obedece aos seguintes critérios: 1 - estar relacionado com a Gestão de Empresas, independentemente do setor de atividade; 2 - ser considerado como de primordial importância para a atividade ou de interesse potencial para as empresas; 3 - ter um período de vigência que seja, previsivelmente, alongado no tempo (excluindo-se assim os Diplomas considerados temporários ou de alcance limitado).

Os Diplomas aqui listados relacionam-se fundamentalmente com a área administrativa das empresas, incluindo temas como a economia, os recursos humanos, o direito do trabalho, a fiscalidade, a contabilidade e as relações com a Administração Pública. O acompanhamento sistemático da legislação começou a ser feito pela APPC no ano 2000. Por esta razão, a legislação referente ao período anterior está menos completa.

Modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE)

A seguir ao resumo do diploma (objeto) figuram as modificações produzidas e sofridas e as retificações, caso existam, assinaladas com as iniciais **MP**, **MS** e **RE**. Se o próprio resumo do diploma incluir as modificações produzidas, como acontece frequentemente, estas não serão assinaladas no final do texto.

|  |  |
| --- | --- |
|  | **▪ Modificações produzidas:** **alterações**, **aditamentos**, **revogações** e **derrogações** (revogações parciais) introduzidos pelo diploma em diplomas anteriores.**▪ Modificações sofridas:** **alterações**, **aditamentos** e **derrogações** introduzidos no diploma por diplomas posteriores.**▪ Retificações:** retificações feitas através de Declaração de Retificação publicada em data posterior. |

No caso dos diplomas que têm uma abrangência alargada, entrando por áreas que não estão diretamente relacionadas com este setor, só entram nesta lista os diplomas relacionados (que sofrem ou produzem alterações ao diploma em causa) que tenham interesse para a atividade. Por exemplo, as leis anuais que aprovam o Orçamento do Estado (O.E.) introduzem alterações e derrogações em diplomas sobre as mais diversas áreas, muitas das quais não estão relacionadas com este setor. Por esta razão, e a título de exemplo, neste documento figuram diplomas relativos à tributação das sociedades comerciais, que frequentemente são alterados pelo O.E., mas não com a tributação de pessoas singulares.

Pesquisa de diplomas

A pesquisa de diplomas por assunto pode ser feita através da funcionalidade “Localizar” do Microsoft Word.

Revisão e atualização anual deste documento

O enquadramento legal de qualquer atividade não é estático. As alterações acontecem em função de diversos fatores, nomeadamente de ordem política, económica, social e tecnológica. Neste Setor isto tem-se verificado com uma grande incidência e por isso este documento é revisto e atualizado anualmente.

Diferenças entre a versão atual e a versão anterior

Os diplomas introduzidos na versão atual que não constam da anterior são os que figuram na parte final do documento, ou seja, nas páginas referentes ao período de tempo acrescentado (ano anterior). Também poderão ser introduzidos em novas versões diplomas relativos a datas anteriores ao período acrescentado, pois este documento terá de ser continuamente revisto e completado. Os diplomas que figuravam na versão anterior e que foram entretanto revogados, já não aparecem na versão atual.

**Abreviaturas mais utilizadas:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Art.** = artigo**Dec. Leg. Reg.** = Decreto Legislativo Regional**DL** = Decreto-Lei | **DR** = Diário da República**PE** = Parlamento Europeu**RCM** = Resolução do Conselho de Ministros | **Resol.** = Resolução**Supl.** = Suplemento |

**Obtenção dos diplomas no Diário da República Eletrónico (DRE)**

Todos os diplomas aqui listados incluem um *link* para a página do DRE (nome do diploma em hipertexto) que permite a obtenção, livre e gratuita, do respetivo texto em ficheiro ‘pdf’. O utilizador do portal do DRE tem acesso à legislação em formato PDF da 1.ª Série desde 5 outubro 1910 e da 2.ª Série desde 1990.

Verificação da vigência dos diplomas

Periodicamente é verificada a vigência de cada diploma que figura nesta compilação através da funcionalidade DIGESTO do DRE. Contudo, dada a complexidade da produção legislativa em Portugal, e por prudência, aconselhamos a consulta desta funcionalidade sempre que surjam dúvidas.

O que é e para que serve o DIGESTO

O DIGESTO é o Sistema Integrado para o Tratamento da Informação Jurídica nacional. Destina-se a apoiar o Governo e a comunidade jurídica, permitindo consultar a vigência e as modificações produzidas e sofridas pelos diplomas. Relativamente à vigência dos diplomas, existem 3 classificações:

* Diploma em vigor - os diplomas vigentes são os que não têm qualquer indicação em contrário
* Diploma revogado: diploma não vigente, identificado com a palavra “**Revogado**”
* Diploma com vigência condicionada: diploma que está em vias de ser revogado ou cuja caducidade não é ainda total (ver esclarecimento em baixo) - aparece a indicação “**Vigência Condicionada**”.

|  |
| --- |
| **>** **Esclarecimentos sobre o funcionamento e utilização do DIGESTO (texto revisto em janeiro 2018)**..\..\Ficheiros temporarios\digesto_logo.jpgbaseado num esclarecimento solicitado à Chefe de Equipa Multidisciplinar do Digesto, Dra. Maria Manuel Correia**Processo de revogação de diplomas e conceito de “vigência condicionada”**“O DIGESTO só coloca o diploma como revogado quando o legislador expressamente o refere ou quando não há qualquer dúvida da sua caducidade. Por outro lado, nos casos em que o legislador revoga expressamente, mantendo-os, contudo, em vigor até à publicação de regulamentação, para a qual muitas vezes se desconhece a data e o número de regulamentos, ou em casos de revogações globais indeterminadas ou em casos referidos de processos ainda pendentes criados ao abrigo do diploma a revogar, o DIGESTO coloca-os em “Vigência condicionada”. Cabe ao utilizador, na posse da informação disponibilizada, concluir sobre a vigência ou não desses diplomas”.**Vantagens da utilização do DIGESTO**Através do DIGESTO o utilizador tem acesso a toda a informação jurídico-documental do diploma, nomeadamente, normas habilitantes, direito aplicado, modificações produzidas e sofridas, notas várias, direito comunitário, jurisprudência associada, doutrina associada. Através de interoperabilidades com a Assembleia da República, com o Ministério da Justiça e com a Procuradoria Geral da República, é também possível conhecer, respetivamente, no momento, o historial da Lei pesquisada, desde a sua iniciativa até à sua publicação, os Acórdãos dos vários tribunais e os Pareceres da Procuradoria”.**Indicações práticas sobre a utilização do DIGESTO**A maneira mais fácil de verificar a vigência de um diploma é através do seguinte procedimento: 1 - após entrar na página inicial do DRE, clicar em “pesquisa avançada”; 2 - selecionar o tipo de conteúdo - para diplomas das séries I e II, escolher as opções “Atos da 1.ª série” ou “Atos da 2.ª série”; 3 - preencher os campos “Tipo” (ex.: Decreto-Lei) e “Número” (ex.: 53/2014); 4 - clicar em “Pesquisar” - se o diploma estiver em vigor não aparece nenhuma indicação explícita; se tiver sido revogado aparece a indicação “Revogado”; 5 - para verificar se o diploma está com vigência condicionada, clicar em “Dados Gerais” (secção Análise Jurídica, no lado direito do écran) - em caso afirmativo aparece a indicação “Vigência condicionada”. |

>> Na presente edição deste documento foi verificada a vigência dos diplomas legais listados, o que permite assegurar que todos eles se encontram atualmente em vigor

|  |
| --- |
| **LISTA E DESCRITIVO DOS DIPLOMAS LEGAIS RELEVANTES** |

|  |  |
| --- | --- |
| Período até 1999 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 26 Dez. 1984 | [Decreto-Lei n.º 394-B/84](https://dre.pt/application/file/a/605467) | Aprova o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**MS** - alterado por diversos diplomas - consultar DRE; mais recentemente alterado pelas Leis 172-A/90, de 19 Jun., 82-B/2014, de 31 Dez., 82-D/2014, de 31 Dez., 7-A/2016, de 30 Mar., 42/2016, de 28 Dez., e 114/2017, de 29 dez., pela Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2018/M, de 8 fev. e pelas Leis 8/2018, de 2 março, e 71/2018, de 31 dez.; derrogado pelas Leis 15/2001, de 5 Jun., 7-A/2016, de 30 Março, 114/2017, de 29 dez., e 8/2018, de 2 março | Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) |
| 14 Jul. 1986 | [Decreto-Lei n.º 185/86](https://dre.pt/application/file/a/228145) | Introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro | Código do IVA |
| 02 Set. 1986 | [Decreto-Lei n.º 262/86](https://dre.pt/application/file/a/220055) | Aprova o Código das Sociedades Comerciais**MS** - alterado pelos diplomas: DL 184/87, de 21 abril, DL 280/87, de 8 julho, DL 229-B/88, de 4 julho, DL 142-A/91, de 10 abril, DL 238/91, de 2 julho, DL 225/92, de 21 out., DL 20/93, de 26 jan., DL 261/95, de 3 out., DL 328/95, de 9 dez., DL 257/96, de 31 dez., DL 343/98, de 6 nov., DL 486/99, de 13 nov., DL 36/2000, de 14 março, DL 237/2001, de 30 ago., DL 162/2002, de 11 julho, DL 107/2003, de 4 junho, DL 88/2004, de 20 abril, DL 19/2005, de 19 jan., DL 35/2005, de 17 fev., DL 111/2005, de 8 julho, DL 52/2006, de 15 março, DL 76-A/2006, de 29 março, DL 8/2007, de 17 jan., DL 357-A/2007, de 31 out., DL 247-B/2008, de 30 dez., Lei 19/2009, de 12 maio, DL 185/2009, de 12 ago., DL 49/2010, de 19 maio, DL 33/2011, de 7 março, DL 53/2011, de 13 abril, Lei 66-B/2012, de 31 dez., DL 26/2015, de 6 fev., DL 98/2015, de 2 junho, Lei 148/2015, de 9 set., Lei 15/2017, de 3 maio, DL 79/2017, de 30 junho, e DL 89/2017, de 28 julho | Código das Sociedades Comerciais |
| 05 Set. 1987 | [Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M](https://dre.pt/application/file/a/495016) | Aprova o Regulamento das Actividades Industriais, Comerciais e de Serviços Integradas no Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira.**MS** - alterado pelos Decretos Reg. Regionais 23/95/M, de 19 Dez., 6/2004/M, de 9 Março, 10/2016/M, de 22 Março, e 23/2016/M, de 23 nov. | Zona Franca da Madeira |
| 30 Nov. 1988 | [Decreto-Lei n.º 442-B/88](https://dre.pt/application/file/518938) | Aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)**MS** - alterado e republicado pela Lei n.º 2/2014, de 16 janeiro; alterado pelos diplomas: Lei 30-G/2000, de 29 Dez., DL 162/2014, de 31 out., DL 47/2016, de 2 Agosto, Lei 82-B/2014, de 31 Dez., Lei 82-C/2014, de 31 Dez., Lei 82-D/2014, de 31 Dez., Lei 5/2016, de 29 Fevereiro, Resolução da Assembleia Legislativa da R.A. Madeira 18/2017/M, de 3 agosto, Lei 114/2017, de 29 dez., Lei 8/2018, de 2 março, e Lei 71/2018, de 31 dez.; derrogado pelo Decreto-Lei n.º 47/2016, de 2 Agosto, e pelas Leis 114/2017, de 29 dez., 8/2018, de 2 março, e 71/2018, de 31 dez. | Código do IRC |
| 30 Dez. 1988 | [Decreto-Lei n.º 492/88](https://dre.pt/application/file/a/401850) | Disciplina a cobrança e reembolsos do IRS e do IRC. **MS** - alterado pelos Decretos-Leis n.os 172-A/90, de 31 Dez., 160/2003, de 19 julho, 124/2005, de 3 ago., 150/2006, de 2 ago., e pelas Leis 83-C/2013, de 31 dez., 82-B/20104, de 31 Dez., e 7-A/2016, de 30 março | Cobrança e reembolsos do IRS e do IRC |
| 01 Jul. 1989 | [Decreto-Lei n.º 215/89](https://dre.pt/application/file/a/620846) | Aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais**MS** - alterado por diversos diplomas - consultar DRE; alterado mais recentemente pelas Leis 82-B/2014, de 31 Dez., 82-D/2014, de 31 Dez., 82-E/2014, de 31 Dez, 110/2017, de 15 dez., 114/2014, de 29 dez., 43/2018, de 9 agosto, e 71/2018, de 31 dez.; derrogado pelas Leis 82-B/2014, de 31 Dez., 7-A/2016, de 30 março, 42/2016, de 28 dez., 114/2017, de 29 dez., 43/2018, de 9 agosto, e 71/2018, de 31 dez. | Estatuto dos Benefícios Fiscais |
| 19 Jun. 1990 | [Decreto-Lei n.º 198/90](https://dre.pt/application/file/a/574989) | Introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 Dezembro**MS** - alterado pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 Dez. | Código do IVA |
| 31 Dez. 1990 | [Decreto-Lei n.º 172-A/90](https://dre.pt/application/file/a/293815) | Altera o Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 Dezembro (regulamentação da cobrança e dos reembolsos) | IRS/IRC -cobrança e reembolsos |
| 11 Dez. 1995 | [Portaria n.º 1456-A/95](http://dre.pt/pdf1sdip/1995/12/284B01/00020011.pdf) | Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho. Revoga a Portaria n.º 434/83, de 15 de Abril. **MS** - alterada pela Portaria 178/2015, de 15 junho | Sinalização de segurança e de saúde no trabalho |
| 19 Dez. 1995 | [Decreto Regulamentar Regional n.º 23/95/M](https://dre.pt/application/file/a/643798) | Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M, de 5 de Setembro (aprova o Regulamento das Actividades Industriais, Comerciais e de Serviços Integrados no Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira) | Zona Franca da Madeira |
| 27 Jun. 1998 | [Decreto-Lei n.º 174/98](https://dre.pt/application/file/478882) | Transforma a APEC - Associação Portuguesa de Economistas, associação de direito privado, em Ordem dos Economistas, associação profissional de direito público, e aprova o respectivo Estatuto. **MS** - alterado e derrogado pela Lei 101/2015, de 27 jun. | Ordem dos Economistas |
| 17 Dez. 1998 | [Decreto-Lei n.º 398/98](https://dre.pt/application/file/a/191617) | Aprova a lei geral tributária que enuncia e define os princípios gerais que regem o direito fiscal português e os poderes da administração tributária e garantias dos contribuintes. **MS** - alterado por diversos diplomas - consultar DRE; mais recentemente alterado pelas Leis 30-G/2000, de 29 Dez., 82-B/2014, de 31 Dez, 82-E/2014, de 31 Dez., 7-A/2016, de 30 Mar., 42/2016, de 28 Dez., 14/2017, de 3 maio, 91/2017, de 22 agosto, e 114/2017, de 29 dez.; derrogado pelas Leis 15/2001, de 5 Jun., e 7-A/2016, de 30 Mar. | Lei geral tributária |
| 31 Dez. 1998 | [Decreto-Lei n.º 413/98](https://dre.pt/application/file/a/285458) | Aprova o regulamento da inspecção tributária. **MS** - alterado pela Lei 114/2017, de 29 dez. | Regulamento inspecção tributária |
| 30 Abr. 1990 | [Decreto-Lei n.º 142/99](https://dre.pt/application/file/a/332520) | Cria o Fundo de Acidentes de Trabalho previsto no artigo 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro**MS** - alterado pelos Decretos-Leis 185/2007, de 10 maio, e 18/2016, de 13 abril | Fundo de Acidentes de Trabalho |
| 08 Jun. 1999 | [Decreto-Lei n.º 197/99](http://dre.pt/pdf1sdip/1999/06/132A00/31713210.pdf) | Regime de realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços, bem como da contratação pública relativa à locação e aquisição de bens móveis e serviços.**MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 55/95 e o artigo 6º do Decreto-Lei 390/82. **MS** - **este diploma foi revogado pelo DL 18/2008, de 29 Jan., c/ exceção artigos 16º a 22º e 29º;** os artigos 16.º a 22.º e 29.º foram revogados pelo Decreto-Lei 40/2011 | Locação e aquisição de bens e serviços - despesas e contratação públicas |
| 11 Set. 1999 | [Lei n.º 150/99](https://dre.pt/application/file/a/571126) | Aprova o Código do Imposto do Selo.**MS** - alterada por diversos diplomas - consultar DRE; mais recentemente alterada pelas Leis 82-B/2014, de 31 Dez., 82-E/2014, de 31 Dez., e 7-A/2016, de 30 mar., pelo DL 41/2016, de 1 ago., e pelas Leis 42/2016, de 28 dez., 22/2017, de 23 maio, e 114/2017, de 29 dez.; derrogada pela Lei n.º 114/2017, de 29 dez. | Código do Imposto do Selo |
| 26 Out. 1999 | [Decreto-Lei n.º 433/99](https://dre.pt/application/file/a/692348) | Aprova o Código de Procedimento e de Processo Tributário**MP** - 1 - revoga o Código de Processo Tributário, aprovado pelo art. 1.º do DL 154/91, de 23 Abril, bem como toda a legislação contrária ao Código aprovado por este diploma, sem prejuízo das disposições que este expressamente mantenha em vigor. 2 - ficam também revogados a partir da entrada em vigor do presente Código os artigos 14.º a 17.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo artigo 1.º do DL 215/89, de 1 Julho.**MS** - alterado pelas Leis n.os 30-G/2000, de 29 Dez., 82-B/2014, de 31 Dez., 82-E/2014, de 31 Dez.; 7-A/2016, de 30 março, 42/2016, de 28 dez., 114/2017, de 29 dez., e 71/2018, de 31 dez.; derrogado pelas Leis 7-A/2016, de 30 março, e 82-B/2014, de 31 Dez. | Código de Procedimento e de Processo Tributário |
| 13 Nov. 1999 | [Decreto-Lei n.º 486/99](https://dre.pt/application/file/a/682973) | Aprova o novo Código dos Valores Mobiliários**MP** - revoga diversos diplomas (ver texto do diploma)**MS** - alterado pelos diplomas: DL 61/2002, de 20 março, DL 38/2003, de 8 março, DL 107/2003, de 4 junho, DL 183/2003, de 19 agosto, DL 66/2004, de 24 março, DL 52/2006, de 15 março, DL 219/2006, de 2 nov., DL 357-A/2007, de 31 out., DL 211-A/2008, de 3 nov., Lei 28/2009, de 19 junho, DL 185/2009, de 12 agosto, DL 49/2010, de 19 maio, DL 52/2010, de 26 maio, DL 71/2010, de 18 junho, Lei 46/2011, de 24 junho, DL 85/2011, de 29 junho, DL 18/2013, de 6 fev., DL 63-A/2013, de 10 maio, DL 29/2014, de 25 fev., DL 40/2014, de 18 março, DL 88/2014, de 6 junho, DL 157/2014, de 24 out., Lei 16/2015, de 24 fev., Lei 23-A/2015, de 26 março, DL 124/2015, de 7 julho, Lei 148/2015, de 9 set., DL 22/2016, de 3 junho, DL 63-A/2016, de 23 set., Lei 15/2017, de 3 maio, DL 77/2017, de 30 junho e DL 89/2017, de 28 julho | Código dos Valores Mobiliários |

|  |  |
| --- | --- |
| 2000 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 29 Dez. | [Lei n.º 30-G/2000](https://dre.pt/application/file/a/211973) | Reforma a tributação do rendimento e adopta medidas destinadas a combater a evasão e fraude fiscais, alterando o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário e legislação avulsa**MP - alterações e aditamentos:** 1 - Código do IRC (DL 442-B/88, de 30 Nov.) - altera e adita artigos; 2 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (DL 215/89, de 1 Junho) - altera diversos artigos; 3 - Lei Geral Tributária (DL 398/98, de 17 Dez.) - altera diversos artigos; 4 - Código de Procedimento e de Processo Tributário - altera os artigos 146.º e 214.º deste Código (DL 433/99, de 26 Out.). **MS** - derrogada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 março | Tributação rendimento; evasão e fraude fiscais; Códigos IRS e IRC; Estatuto dos Benefícios Fiscais; Lei Geral Tributária; Código de Procedimento e de Processo Tributário |

|  |  |
| --- | --- |
| 2001 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 24 Abr. | [Decreto-Lei n.º 140/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/04/096A00/23552356.pdf) | Cria o diploma de competências básicas em tecnologias de informação | Tecnologias informação |
| 05 Jun. | [Lei n.º 15/2001](https://dre.pt/application/file/a/322189) | Reforça as garantias do contribuinte e a simplificação processual, reformula a organização judiciária tributária e estabelece um novo regime geral para as infracções tributárias.**MP - revogações / derrogações:** 1 - Regime Jurídico das Infracções Fiscais não Aduaneiras, aprovado pelo DL 20-A/90, de 15 Jan.; 2 - Capítulo VIII do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez.; 3 - Artigos 25.º a 30.º, 35.º, 36.º, 49.º, n.os 1 e 2, e 180.º a 232.º do Código de Processo Tributário, aprovado pelo DL 154/91, de 23 Abril, mantidos em vigor pelo diploma de aprovação do Código de Procedimento e de Processo Tributário; 4 - Título V da lei geral tributária, aprovada pelo DL 398/98, de 17 Dez.**MS** - Alterada pelas Leis n.os 82-B/2014, de 31 Dez., 82-E/2014, de 31 Dez., 7-A/2016, de 30 março, e 42/2016, de 28 Dez. Alterada e derrogada pela Lei 71/2018, de 31 dez. | Regime geral para as infracções tributárias |
| 03 Jul. | [Decreto-Lei n.º 198/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/07/152A00/39234013.pdf) | Revê o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas e o Estatuto dos Benefícios Fiscais e legislação avulsa que dispõe s/ regimes de Benefícios fiscais. **MP** - revoga os artigos 5.º, 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 215/89 | Impostos sobre o Rendimento - IRS / IRC e Estatuto dos Benefícios fiscais |
| 07 Ago. | [Decreto-Lei n.º 221/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/08/182A00/48584863.pdf) | Altera o artigo 43.º do Código do IRC e revê o regime especial das fusões, cisões, entradas de activos e permutas de partes sociais previsto nos artigos 67.º a 72.º do mesmo Código | Código IRC / fusões, cisões, entradas de activos, permutas |
| 13 Out. | [Decreto-Lei n.º 273/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/10/238A00/64776490.pdf) | Ao abrigo da autorização legislativa concedida pela Lei 82/2001, de 3 Ago., altera os Códigos do Registo Civil, do Registo Predial, do Registo Comercial e Notariado, simplificando os processos de registo de determinados actos, bem como a respectiva rectificação, e os processo de sanação e revalidação de actos notariais. **MP** - revogações: art. 1833.º do Código Civil; art. 275.º a 277.º do Código do Registo Civil; art. 3.º a 11.º do DL 312/90 e DL 284/84 | Desburocratização - alterações aos Códigos do Registo Civil, Predial, Comercial e Notariado |
| 09 Nov. | [Portaria n.º 1272/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/260B00/71427143.pdf) | Aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis. **MP** - revoga Portaria 377-B/94 | “Paraísos fiscais” |
| 21 Nov. | [Decreto-Lei n.º 295/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/270A00/74487450.pdf) | Regula o seguro de investimento directo português no estrangeiro**MP** - revoga o DL 273/86 e a Portaria 181/91. **MS** - alterado pelo DL 31/2007, de 14 Fev. | Seguro investimento directo português no estrangeiro |
| 30 Nov. | [Dec. Rectific. 20-AS/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/11/278A03/00100011.pdf) | Rectifica o DL 273/2001, que altera os Códigos do Registo Civil, do Registo Predial, do Registo Comercial e do Notariado | Desburocratização: vários códigos |
| 14 Dez. | [Decreto-Lei 322-A/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/12/288A01/00020012.pdf) | Aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado**MP** - revogações: DL 171/91; Portaria 996/98, excepto na parte relativa aos emolumentos pessoais e respectivas regras de distribuição; Portaria 709/2000; Portaria 942/93; todas as normas que contenham isenções ou reduções emolumentares relativamente a actos praticados nos serviços dos registos e do notariado. **MS** - alterado pelos DLs 194/2003, 111/2005, 8/2007, 20/2008, 247-B/2008 e 185/2009 e pela Lei 110/2017; algumas disposições dos art. 20º e 22º foram revogadas pelo DL 8/2007  | FiscalidadeRegistos e Notariado |
| 14 Dez. | [Decreto-Lei 322-B/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/12/288A01/00120015.pdf) | Altera o Código e a Tabela Geral do Imposto do Selo. **MP** - altera art. 3º, 6º, 13º e 31 do Código do Imposto do Selo | Fiscalidade - imposto do selo |
| 21 Dez. | [Portaria n.º 1446-C/2001](http://dre.pt/pdf1sdip/2001/12/294B04/00200029.pdf) | Regula os preços de transferência nas operações efectuadas entre um sujeito passivo do IRS ou do IRC e qualquer outra entidade | Preços de transferência |

|  |  |
| --- | --- |
| 2002 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 19 Fev. | [Lei n.º 13/2002](https://dre.pt/application/file/277931) | Aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais (revoga o DL 129/84, de 27 Abril) e procede à 3.ª alteração do DL 59/99, de 2 Março, alterado pela Lei 163/99, de 14 Set., e pelo DL 159/2000, de 27 Julho, à 42.ª alteração do Código de Processo Civil, à 1.ª alteração da Lei 168/99, de 18 Set., e à 2.ª alteração da Lei 11/87, de 7 Abril, alterada pelo DL 224-A/96, de 26 Novembro**MS** - alterada pelos seguintes diplomas: 1 - Lei 4-A/2003, de 19 Fev.; 2 - Lei 107-D/2003, de 31 Dez.; 3 - Lei 1/2008, de 14 Jan.; 4 - Lei 26/2008, de 27 Jun.; 5 - Lei 52/2008, de 28 Ago.; 6 - Lei 59/2008, de 11 Set. - diploma entretanto revogado; 7 - DL 166/2009, de 31 Jul.; 8 - Lei 55-A/2010, de 31 Dez.; 9 - Lei 20/2012, de 14 Maio; 10 - Lei 19/2014, de 14 Abril; 11 - DL 214-G/2015, de 2 Out. | Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais |
| 22 Fev. | [Lei n.º 15/2002](https://dre.pt/application/file/280822) | Aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos (revoga o Decreto-Lei n.º 267/85, de 16 Julho) e procede à quarta alteração do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 Dezembro, alterado pelas Leis n.os 13/2000, de 20 Julho, e 30-A/2000, de 20 Dezembro, e pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 Julho**MS** - alterada pelas Leis 4-A/2003, de 19 fev., 59/2008, de 11 set. (diploma entretanto revogado), 63/2011, de 14 dez., e pelo DL 214-G/2015, de 2 out. | Código de Processo nos Tribunais Administrativos |
| 04 Mar. | [Portaria n.º 184/2002](file:///C%3A%5CAPPC%5CLegislacao%5CCompilacao%20da%20Legislacao%20%28Enq%20Legal%29%20-%202016%5C184%5C2002) | Fixa em 1,5% o *spread* a acrescentar à taxa EURIBOR a 12 meses do dia da constituição da dívida | Suprimentos e empréstimos sócios |
| 15 Mar. | [Portaria n.º 286/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/03/063B00/24222427.pdf) | Altera a Portaria n.º 268/97 de 18 de Abril (estabelece as normas de financiamento e define o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida Estágios Profissionais promovida pelo IEFP. **MP** - altera a Portaria n.º 268/97 e revoga o n.º 16.º da Portaria 247/95 | Emprego - estágios profissionais |
| 04 Mai. | [Decreto-Lei n.º 123/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/05/103A00/42834285.pdf) | Opera a revisão do regime jurídico dos quadros de pessoal. **MP** - altera artigos 1.º, 2.º, 3.º e 5.º do DL 332/93, na redacção dada pela Lei 118/99 | Quadros de pessoal |
| 04 Jun. | [Portaria n.º 555/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/06/128B00/47874787.pdf) | Determina, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, que 80% do lucro tributável da actividade global das entidades a que se refere a alínea *c)* daquele preceito, e que não exerçam em exclusivo a sua actividade nas Zonas Francas da Madeira e da Ilha de Santa Maria, seja resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional daquelas Zonas Francas | Estatuto dos Benefícios Fiscais - Zonas Francas da Madeira e de Santa Maria |
| 15 Jul. | [Decreto-Lei n.º 162/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/07/158A00/53165317.pdf) | Altera a redacção dos artigos 35.º e 141.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro | Código das Sociedades Comerciais |
| 03 Ago. | [Decreto-Lei n.º 179/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/08/178A00/56605663.pdf) | Transpõe a Directiva n.º 2000/65/CE, de 17 de Outubro, que introduz alterações em sede de IVA no que respeita à determinação do devedor de imposto. **MP** - altera vários artigos dos Decretos-Leis 394-B/84, 290/92 e 408/87 | Código do IVA - alterações(devedor de imposto) |
| 21 Ago. | [Decreto-Lei n.º 187/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/08/192A00/59115913.pdf) | Procede à criação dos fundos de sindicação de capital de risco | Criação FSCR (capital risco) |
| 25 Set. | [Decreto-Lei n.º 194/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/09/222A00/65316533.pdf) | Revê o regime de retenção na fonte de IRS previsto no Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de Janeiro, que estabelece o quadro global disciplinador da retenção na fonte das diferentes categorias de IRS, bem como o critério de elaboração das tabelas de retenção na fonte das categorias A e H.**MP** - altera os artigos 2º, 2º-A, 4º, 6, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º-A, 14º, 16º e 17º do DL 42/91, alterado pelo DL 134/2001 | IRS - revisão do regime de retenção na fonte e do critério de elaboração das tabelas retenção |
| 31 Out. | [Decreto-Lei n.º 229/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/10/252A00/70207022.pdf) | Altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho, a lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro, e o Regime Geral das Infracções Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de Julho | Estatuto dos Benefícios Fiscais, Lei geral tributária e Infracções |
| 05 Nov. | [Decreto-Lei n.º 244/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/11/255A00/71017103.pdf) | Altera os art. 1.º e 3.º do DL 46/89, de 15 Fev., que estabelece as matrizes de delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) | Estatística - NUTS |
| 14 Dez. | [Portaria n.º 1502/2002](http://dre.pt/pdf1sdip/2002/12/289B00/78297833.pdf) | Aprova o Regulamento do Programa Quadros. **MS** - alterada pela Portaria n.º 1257/2003. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação n.º 1-I/2003. | Programa Quadros |

|  |  |
| --- | --- |
| 2003 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 31 Jan. | [Dec. Rectificação 1-I/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/01/026B02/00060006.pdf) | Rectifica a Portaria n.º 1502/2002, de 14 Dez., que aprova o Regulamento do Programa Quadros | Programa Quadros |
| 19 Fev. | [Lei n.º 4-A/2003](https://dre.pt/application/file/a/476393) | Primeira alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, primeira alteração à Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 134/98, de 15 de Maio, que aprova o regime jurídico do recurso contencioso dos actos administrativos relativos à formação dos contratos de empreitada de obras públicas, de prestação de serviços e de fornecimento de bens | Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais |
| 19 Fev. | [Portaria n.º 160/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/02/042B00/11401140.pdf) | Determina que às sociedades submetidas à supervisão da CMVM não se aplica o estabelecido no n.º 2 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais relativamente às reservas constituídas pelos valores referidos na alínea a) daquele número, quando destinadas à cobertura de prejuízos ou resultados negativos transitados | Código Sociedades Comerciais - reservas destinadas à cobertura de prejuízos |
| 08 Mar. | [Decreto-Lei n.º 38/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/03/057A00/15881649.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 23/2002, de 21 Ago., altera o Código Processo Civil, o Código Civil, o Código Registo Predial, o Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, o Código de Processo do Trabalho, o Código dos Valores Mobiliários e legislação conexa, alterando o regime jurídico da acção executiva.**MP** - altera e revoga parcialmente diversos diplomas relacionados com os Códigos referidos no objecto.**MS** - alterado pelo DL 295/2009, de 13 Out. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação n.º 5-C/2003. | Vários Códigos - Código Processo Civil, Cód. Civil, Cód. Registo Predial, Cód. Proc. Esp. Recuperação Empresa e Falência, ... |
| 03 Abr. | [Decreto-Lei n.º 62/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/04/079A00/21702185.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital**MP** - altera DL 290-D/99 e revoga art. 39º | Documentos electrónicos e assinatura digital |
| 23 Abr. | [Decreto-Lei n.º 80/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/04/095A00/25762578.pdf) | Altera o Código do IRS, aprovado pelo DL 442-A/88, de 30 Nov., o Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 Nov., e o DL 42/91, de 22 Janeiro**MP** - altera o artigo 101.º do Código IRS, aprovado pelo DL 442-A/88, 30 Nov.; altera os artigos 16.º, 88.º, 90.º e 91.º do Código IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, 30 Nov.; altera os artigos 2.º e 7.º do DL 42/91, 22 Jan.; adita dois novos capítulos ao DL 42/91, 22 Jan.; revoga o artigo 79.º-B do Código do IRC. **RE** - rectificado pela Dec. Rect. 7-A/2003 | Códigos do IRS e IRC |
| 30 Abr. | [Dec. Rectific. 5-C/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/04/100A03/00360038.pdf) | De ter sido rectificado o Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 Março | Vários Códigos (rectificações) |
| 31 Mai. | [Dec. Rectific. 7-A/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/05/126A02/00060006.pdf) | Rectifica o DL 80/2003, de 23 Abril, que altera os Códigos do IRS e do IRC | Códigos do IRS e IRC |
| 04 Jun. | [Decreto-Lei n.º 107/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/129A00/33523354.pdf) | Altera o art. 351.º do Código das Sociedades Comerciais, os art. 3.º e 69.º do Código do Registo Comercial e os art. 116.º, 118.º, 227.º e 229.º do Código dos Valores Mobiliários. **MP** - altera os DL 262/86, 403/86 e 486/99 | Cód. Soc. Comerciais, Registo Comercial e Valores Mobiliários |
| 28 Jun. | [Decreto-Lei n.º 130/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/147A00/37093713.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2002/38/CE, do Conselho, de 7 Maio, introduzindo alterações ao Código do IVA e aprovando o regime especial para sujeitos passivos não estabelecidos na Comunidade que prestem serviços por via electrónica a não sujeitos passivos nela residentes**MP** - alterações: altera artigos 6.º, 7.º, 15.º, 25.º, 27.º, 50.º e 125.º do Código IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, 26 Dez.; adita o anexo D ao Código do IVA; altera os artigos 1.º e 14.º do RITI - Regime IVA Transacções Intracomunitárias, aprovado pelo DL 290/92, 28 Dez. | Código do IVA - alterações |
| 28 Jun. | [Decreto-Lei n.º 132/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/06/147A00/37153715.pdf) | Define as sanções aplicáveis ao incumprimento das obrigações impostas pelo Regulamento (CE) 2560/2001, do PE e Conselho, de 19 Dez., que consagra o princípio da igualdade de encargos entre os pagamentos transfronteiros e os internos, denominados em euros, de valor não superior a € 50.000 | Igualdade de encargos entre pag. transfronteiros e internos |
| 19 Jul. | [Decreto-Lei n.º 160/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/07/165A00/42064208.pdf) | Procede à harmonização da legislação fiscal, alterando o Código do IRS, o Código do IVA, o Código do Imposto de Selo, a Lei Geral Tributária e o Código de Procedimento e de Processo Tributário. **MP** - alterações: artigos 102.º e 108.º do Código IRS - DL 442-A/88, 30 Nov.; artigos 27.º, 75.º, 83.º, 87.º-A, 90.º e 92.º do Código IVA - DL 394-B/84, 26 Dez.; artigo 17.º do Código Imposto Selo - Lei 150/99, 11 Set.; artigo 46.º da Lei Geral Tributária - DL 398/98, 17 Dez.; artigo 16.º do DL 42/91, 22 Jan.; artigo 6.º do DL 408/87, 31 Dez.; artigos 14.º e 16.º do DL 229/95, 11 Set.; artigo 15.º do DL 492/88, 30 Dez.; epígrafe do artigo 8.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário, DL 433/99, 26 Out. | Códigos IRS, IVA, Imposto Selo / Lei Geral Tributária / Cód. P. Tributário - alterações |
| 12 Ago. | [Res. Con. Ministros 111/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/185B00/49064919.pdf) | Aprova o Programa Nacional de Compras Electrónicas | Prog. Nac. Compras Electrónicas |
| 23 Ago. | [Decreto-Lei n.º 194/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/08/194A00/54645483.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 322-A/2001 de 14 de Dezembro, que aprova o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado | Registos e Notariado |
| 04 Out. | [Aviso n.º 206/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/10/230A00/65466546.pdf) | Torna público terem, em 25 de Julho e em 19 de Setembro de 2003, sido emitidas notas, respectivamente pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Federativa do Brasil e pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, em que se comunica terem sido cumpridas as respectivas formalidades constitucionais internas de aprovação do Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil sobre a Contratação Recíproca de Nacionais, assinado em Lisboa em 11 de Julho de 2003 | Acordo entre Portugal e Brasil sobre Contratação Recíproca de Nacionais |
| 05 Nov. | [Portaria n.º 1257/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/11/256B00/73817382.pdf) | Altera a Portaria 1502/2002, de 14 Dez., que aprova o Regulamento do Programa Quadros | Programa Quadros (alterações) |
| 12 Nov. | [Decreto-Lei n.º 287/2003](http://dre.pt/pdf1sdip/2003/11/262A00/75687647.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 26/2003, de 30 de Julho, aprova o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, altera o Código do Imposto do Selo, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais e os Códigos do IRS e do IRC e revoga o Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola, o Código da Contribuição Autárquica e o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações**MS** - o art. 112.º foi alterado pela Lei n.º 21/2006, de 23 Junho. **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação n.º 4/2004. | Sector Imobiliário - Código IMI / Código Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis / alterações Imposto Selo, EBF, IRS e IRC |
| 31 Dez. | [Lei n.º 107-D/2003](https://dre.pt/application/file/a/673691) | Segunda alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro | Tribunais Administrativos e Fiscais |

|  |  |
| --- | --- |
| 2004 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 07 Jan. | [Decreto-Lei n.º 7/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/005A00/00700078.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 7/2003, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/31/CE, do PE e Conselho, de 8 Jun. 2000, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade de informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno | Sociedade de informação- comércio electrónico |
| 09 Jan. | [Dec. Rectificação 4/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/007A00/01010102.pdf) | Rectificações ao Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro (legislação relacionada com o Sector Imobiliário) | Sector Imobiliário - rectificações |
| 15 Jan. | [Lei n.º 3/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/012A00/03010311.pdf) | Aprova a lei quadro dos institutos públicos**MS** - alterada pelo DL 105/2007; o artigo 45.º foi revogado pelo DL 105/2007, 3 Abr.; o art. 49º foi revogado pela Lei 57/2011 | Institutos públicos - lei quadro |
| 15 Jan. | [Lei n.º 4/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/012A00/03110317.pdf) | Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado.**MP** - rev.: DLs 26.115, de 23 Nov., 59/76, de 23 Jan., art. 2º-5º e 10º DL 41/84, 3 Fev., DL 100-A/85, 8 Abr. **MS** - O art. 29º foi revogado pela Lei 57/2011 | Adm. Pública - princípios e normas de funcionamento |
| 15 Jan. | [Decreto-Lei n.º 17/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/012A00/03190321.pdf) | Altera o art. 119.º do Código do IRS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 Nov. | Código do IRS - alteração |
| 23 Jan. | [Decreto-Lei n.º 23/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/01/019A00/04180423.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 32-B/2002, de 30 Dezembro, aprova o regime da reserva fiscal para investimento | Reserva fiscal para investimento |
| 13 Fev. | [Portaria n.º 150/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/02/037B00/08600860.pdf) | Aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada, claramente mais favoráveis**MS** - alterada pela Portaria 292/2011. **RE** - rectificada pela Declaração de Rectificação 31/2004. | Regimes de tributação privilegiada |
| 09 Mar. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2004/M](https://dre.pt/application/file/a/554329) | Altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M, de 5 de Setembro, que aprovou o Regulamento das Actividades Industriais, Comerciais e de Serviços Integrados no Âmbito Institucional da Zona Franca ou Centro Internacional de Negócios da Madeira | Zona Franca da Madeira |
| 18 Mar. | [Decreto-Lei n.º 53/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/03/066A00/14021465.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 39/2003, 22 Ago., aprova o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**MP** - revoga o Código Processos Especiais Recuperação da Empresa e de Falência, aprovado pelo DL 132/93, 23 Abr., e alterado pelos DLs n.os 157/97, 24 Jun., 315/98, 20 Out., 323/2001, 17 Dez. e 38/2003, 8 Mar.; revoga o artigo 82.º do Código Processo Civil, aprovado pelo DL 44.129, 28 Dez. 1961; altera várias disposições dos seguintes Códigos/Regulamentos: Código Penal; Código de Processo Civil; regime do registo informático de execuções, Código do Registo Civil; Código do Registo Comercial. **MS** - alterado pelos DLs 200/2004, 282/2007, 185/2009 e 26/2015, de 6 fev.,e pelas Leis 16/2012 e 114/2017; derrogado pelo DL 282/2007, de 7 Ago., pela Lei 16/2012 e DL 79/2017, de 30 junho, pelo DL 79/2017, de 30 junho, e pela Lei n.º 8/2018, de 2 março | Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas |
| 23 Mar. | [Dec. Rectificação 31/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/03/070B00/16411641.pdf) | Rectificações à Portaria n.º 150/2004, de 13 Fev. (lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada | Regimes tributação privilegiada |
| 25 Mar. | [Decreto-Lei n.º 69/2004](https://dre.pt/application/file/a/211087) | Regula a disciplina aplicável aos valores mobiliários de natureza monetária designados por papel comercial. **MS** - alterado pelo DL 77/2017, de 30 junho | Papel comercial |
| 23 Abr. | [Decreto-Lei n.º 96/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/04/096A00/25082509.pdf) | Altera o artigo 6.º do DL 198/90, de 19 Junho, que prevê a isenção do IVA nas vendas de mercadorias efectuadas a exportadores nacionais | IVA - vendas a exportadores |
| 06 Jul. | [Decreto-Lei n.º 165/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/07/157A00/40724073.pdf) | Altera o art. 29º do DL 290-D/99, de 2 Ago., que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital, na redacção que lhe foi dada pelo DL 62/2003, de 3 Abr. | Documentos electrónicos e assinatura digital |
| 15 Jul. | [Dec. Regulament. 25/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/07/165B00/42694278.pdf) | Regulamenta o Decreto-Lei 290-D/99, de 2 de Agosto, que aprova o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital | Doc. electrónicos e assinatura digital |
| 27 Jul. | [Decreto-Lei n.º 178/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/07/175A00/47284729.pdf) | Cria o Fundo de Modernização do Comércio, no âmbito do Ministério da Economia. **MS** - alterado pelo DL 143/2005 | Fundo Modernização Comércio |
| 29 Jul. | [Lei n.º 35/2004](https://dre.pt/application/file/502337) | Regulamenta a Lei n.º 99/2003, de 27 Ago., que aprovou o Código do Trabalho. **MS** - derrogada pelo DL 59/2015, de 21 abr. **Vigência Condicionada** | Código do Trabalho |
| 18 Ago. | [Decreto-Lei n.º 200/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/08/194A00/52605316.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, que aprova o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas | Insolvência/Recuperação Empresas |
| 29 Out. | [Decreto n.º 32/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/10/255A00/64436451.pdf) | Aprova a Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinada em Luanda em 27 de Outubro de 2003 | Segurança social - Portugal-Angola |
| 31 Dez. | [Portaria n.º 1509/2004](http://dre.pt/pdf1sdip/2004/12/305B00/74237424.pdf) | Altera o anexo I do Decreto-Lei n.º 242/96, de 18 Dez., que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 92/51/CEE, que estabeleceu um segundo sistema geral de reconhecimento de diplomas e qualificações profissionais | Reconhecimento de diplomas e qualificações profissionais |

|  |  |
| --- | --- |
| 2005 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 04 Jan. | [Decreto-Lei n.º 2/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/002A00/00220031.pdf) | Aprova o Regime Jurídico das Sociedades Anónimas Europeias. **MP** - altera os Códigos do Regime Comercial, do Registo Comercial e do Notariado e o regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. **RE** - rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 6/2005 | Regime Jurídico Sociedades Anónimas Europeias |
| 18 Jan. | [Decreto-Lei n.º 19/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/01/012A00/03230324.pdf) | Altera os artigos 35.º, 141.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais (DL 262/86). **RE** - rectificado pela Dec. Rectificação 7/2005 | Código Sociedades Comerciais |
| 17 Fev. | [Dec. Rectificação 6/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/034A00/11831183.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 2/2005, de 4 Jan. (Regime Jurídico das Sociedades Anónimas Europeias) | Sociedades Anónimas Europeias |
| 17 Fev. | [Decreto-Lei n.º 34/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/034A00/11831186.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/49/CE, do Conselho, de 3 de Junho, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efectuados entre sociedades associadas de Estados membros diferentes**MP** - altera os artigos 80.º e 90.º do Código do IRC (DL 442-B/88) e adita o artigo 89.º | Regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties |
| 18 Fev. | [Dec. Rectificação 7/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/035A00/12941294.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 19/2005, de 18 Jan. (altera os artigos 35.º, 141.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais) | Cód. Sociedades Comerciais |
| 25 Fev. | [Decreto-Lei n.º 50/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/040A00/17661773.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/45/CE, do PE e do Conselho, de 27 Junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho, e revoga o DL 82/99, de 16 Março**MP** - revoga o DL 82/99, de 16 Março, na redacção que lhe foi dada pela Lei 113/99 | Prescrições mínimas de segurança para a utilização de equipamentos de trabalho |
| 16 Mar. | [Portaria n.º 256/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/03/053B00/22812313.pdf) | Aprova a actualização da Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF). Revoga a Portaria 316/2001 de 2 Abril | Áreas de Educação e Formação |
| 17 Mar. | [Decreto-Lei n.º 69/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/03/054A00/23542361.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à segurança geral dos produtos. **MP** - revoga DL 213/87 e 311/95 (alterado pelo DL 16/200) | Segurança geral dos produtos |
| 21 Mar. | [Portaria n.º 282/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/03/056B00/24722473.pdf) | Altera a Portaria n.º 268/97, de 18 de Abril, que estabelece as normas de funcionamento e define o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida Estágios Profissionais, promovida pelo IEFP | Emprego - medida Estágios Profissionais (IEFP) |
| 29 Abr. | [RCM n.º 87/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/04/083B00/32393240.pdf) | Cria o Programa INOV-JOVEM - Jovens Quadros para a Inovação nas PME | Programa INOV-JOVEM |
| 24 Jun. | [Lei n.º 39/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/06/120A00/39443944.pdf) | Altera o Código do IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez., e legislação complementar, procedendo ao aumento da taxa normal deste imposto | Código do IVA - alterações |
| 30 Jun. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/06/124B00/40574059.pdf) | Define o procedimento para a elaboração da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável**MP** - revoga a Resolução do Conselho de Ministros nº 180/2004 | Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável |
| 08 Jul. | [Decreto-Lei n.º 111/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/07/130A00/41984205.pdf) | Cria a «empresa na hora», através de um regime especial de constituição imediata de sociedades, alterando o Código das Sociedades Comerciais, o regime do Registo Nacional das Pessoas Colectivas, o Código do Registo Comercial, o DL 322-A/2001, de 14 Dez., o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado, o Decreto-Lei n.º 8-B/2002, de 15 de Janeiro, o Código do IRC e o Código do IVA**MP** - altera alguns artigos de diversos Decretos-Leis: 262/86; 129/98; 403/86; 322-A/2001; 8-B/2002; 442-B/88 e 394-B/84.**MS** - alterado pelos DLs 125/2006, 318/2007, 247-B/2008 e 33/2011; a alínea c) do nº 1 art. 14º foi revogada pelo DL 318/2007. | «Empresa na hora» - regime especial de constituição imediata de sociedades comerciais |
| 14 Jul. | [Portaria n.º 590-A/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/07/134B01/00020003.pdf) | Regulamenta o art. 26.º do DL 111/2005, de 8 Julho, o n.º 1 do artigo 167.º do Código das Sociedades Comerciais e o n.º 2 do artigo 70.º do Código do Registo Comercial, estipulando que os actos relativos às sociedades comerciais e outras pessoas colectivas sujeitos a publicação obrigatória passam a ser publicados em sítio da Internet de acesso público | Publicação na Internet dos actos relativos sociedades comerciais e outras pessoas colectivas |
| 03 Ago. | [Lei n.º 40/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/148A00/44864487.pdf) | Cria o SIFIDE, sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial | SIFIDE (I&D) |
| 03 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 13/2005/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/148A00/44984499.pdf) | Adapta à R.A. Madeira a Lei 35/2004, de 29 Julho, que regulamenta o Código do Trabalho | Código do Trabalho (Madeira) |
| 03 Ago. | [Decreto-Lei n.º 124/2005](https://dre.pt/application/file/a/240310) | Altera o Decreto-Lei 492/88, de 30 Dez., e o Decreto-Lei 229/95, de 11 Set., que regulamentam a cobrança e as formas de reembolso, respectivamente, do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas e do imposto sobre o valor acrescentado | Cobrança e formas de reembolso do IRS, do IRC e do IVA |
| 16 Ago. | [Decreto-Lei n.º 130/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/156A00/47524754.pdf) | Quarta alteração ao DL 194/2000 de 21 Ago., que aprova o regime jurídico do licenciamento ambiental, na parte respeitante à participação do público | Licenciamento ambiental |
| 26 Ago. | [Decreto-Lei n.º 143/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/164A00/50125014.pdf) | Altera o Decreto-Lei n.º 178/2004 de 27 de Julho, que cria o Fundo de Modernização do Comércio, no âmbito do Ministério da Economia | Fundo Modernização Comércio |
| 30 Ago. | [Lei n.º 50/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/08/166A00/51385155.pdf) | Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a lei geral tributária e o Regime Complementar do Procedimento de Inspecção Tributária**MP** - alterações: artigo 134º do DL 442-A/88; artigos 4.º, 69.º e 125.º do DL 442-B/88; artigo 77.º do DL 394-B/84; artigo 74.º do DL 398/98; revogações: artigos 135.º e 136.º do DL 442-A/88; artigos 78.º e 79.º do DL 394-B/84; artigo 34.º do DL 363/78 | Códigos IRS/IRC/IVA; Lei geral tributária; Regime Proc. Inspecção Tributária |
| 15 Set. | [Decreto-Lei n.º 156/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/09/178A00/55805585.pdf) | Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização livro reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral. **MS** - alterado pelos DLs 371/2007, de 6 Nov., 118/2009, de 19 Maio, e 74/2017, de 21 junho | Livro de reclamações |
| 07 Nov. | [Decreto-Lei n.º 192/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/11/213A00/63676370.pdf) | Introduz alterações aos artigos 40.º-A, 71.º, 72.º e 101.º do Código do IRS, aos artigos 80.º, 81.º, 90.º e 112.º do Código IRC e ao artigo 22.º do EBF (Estatuto Benefícios Fiscais) com o objectivo de prevenir práticas de evasão em matéria de tributação dos lucros distribuídos (Código do IRS - DL n.º 442-A/88; Código do IRC - DL 442-B/88; EBF - DL 215/89) | Códigos do IRS e IRCEBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais |
| 07 Dez. | [Decreto-Lei n.º 211/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/234A00/69766982.pdf) | Introduz alterações ao Código do IRS, ao Código do IRC, ao Código do Imposto do Selo, ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Código do Imposto Municipal sobre as Transacções Onerosas de Imóveis e ao Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias e em legislação fiscal complementar, aperfeiçoando e simplificando as obrigações acessórias impostas aos contribuintes**MP** - alterações: art. 10.º e 28.º DL 442-A/88; art. 8.º, 47.º, 61.º, 69.º, 99.º e 109.º DL 442-B/88; art. 26.º, 28.º e 63.º Lei 150/99; art. 13.º, 37.º, 58.º, 65.º, 75.º, 118.º, 131.º e 136.º DL 287/2003; art. 55.º DL 287/2003; art. 15.º e 27.º DL 287/2003; art. 18.º DL 42/91; art. 10.º Decreto Regulamentar 2/90 e art. 22.º DL 290/92 | Códigos IRS, IRC, Imposto do Selo, IMI, Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis e Regime IVA: alterações |
| 13 Dez. | [Decreto-Lei n.º 215/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/237A00/70357044.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2001/86/CE, de 8 Out., que completa o estatuto da sociedade europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores | Estatuto sociedade europeia - envolvimento dos trabalhadores |
| 20 Dez. | [Portaria n.º 1297/2005](http://dre.pt/pdf1sdip/2005/12/242B00/71517152.pdf) | Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Modernização do Comércio. **MS** - o art. 2º foi alterado pela Portaria 1359/2006 | Modernização Comércio |

|  |  |
| --- | --- |
| 2006 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 08 Fev. | [Decreto-Lei n.º 25/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/02/028A00/09200920.pdf) | Altera o Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo DL 193/2005, de 7 Nov. | Rendimentos de valores mobiliários |
| 14 Mar. | [Decreto-Lei n.º 51/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/052A00/18261828.pdf) | Cria o Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento, extinguindo o Conselho de Garantias Financeiras, criado pelo DL 126/91**MP** - norma revogatória: 1 - São revogados o DL 126/91, de 22 Mar., na redacção dada pelo DL 214/99, de 15 Jun., os n.os 3, 4 e 5 do art. 15.º e o art. 18.º do DL 183/88, de 24 Maio, com a redacção introduzida pelo DL 127/91, de 22 Março, bem como o n.º 4 do art. 6.º e o art. 7.º do DL 295/2001, de 21 Nov.; 2 - São revogadas as Portarias 103/94, 53/2002, 54/2002 e 683/2002 (todas da 2.ª série). **MS** - alterado pelo Decreto-Lei 94/2018, de 14 nov. | Conselho Garantias Financ. à Exportação e Investimento |
| 29 Mar. | [Decreto-Lei n.º 76-A/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/03/063A01/00020190.pdf) | Actualiza e flexibiliza os modelos de governo das sociedades anónimas, adopta medidas de simplificação e eliminação de actos e procedimentos notariais e registrais e aprova o novo regime jurídico da dissolução e da liquidação de entidades comerciais**MP** - altera numerosos diplomas >> consultar páginas 4 e 5 deste DL.**MS** - alterado pelo DL 318/2007, de 26 Set.; o n.º 6 do art. 8.º foi revogado pelo DL 318/2007. **RE** - rectificado pela D. Rec. 28-A/2006 | Medidas de simplificação administrativa - dissolução e liquidação de empresas |
| 23 Mai. | [Decreto-Lei n.º 88/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/05/099A00/34743483.pdf) | Regula os cursos de especialização tecnológica, formações pós-secundárias não superiores que visam conferir qualificação profissional do nível 4**MP** - revogações: Portaria 989/99, de 3 Nov., alterada pelas Portarias 698/2001, de 11 Julho, e 392/2002, de 12 Abril; Despacho conjunto 350/2004 | Formação profissional: cursos de especialização tecnológica |
| 26 Mai. | [Dec. Rectific. 28-A/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/05/102A01/00020003.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março (medidas de simplificação administrativa) | Simplificação administrativa |
| 02 Jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/06/107A00/36803683.pdf) | Adapta à Região Autónoma Açores o Código do Trabalho e a respectiva regulamentação**MP** - revoga os seguintes diplomas: a) Dec. Regional 24/79/A, de 7 Dez. (regime de trabalho rural); b) Dec. Leg. Reg. 4/86/A, de 11 Jan. (adapta à R.A. Açores o DL 421/83, de 2 Dez. - lei do trabalho suplementar); c) Dec. Leg. Reg. 3/91/A, de 24 Jan. (adapta à R.A. Açores o DL 398/83, de 2 Nov. - redução ou suspensão da prestação do trabalho); d) Dec. Leg. Reg. 10/96/A, de 18 Jun. (adapta à R.A. Açores o DL 26/94, de 1 Fev. - organização e funcionamento das actividades segurança, higiene e saúde no trabalho); e) Dec. Leg. Reg. 43/2002/A, de 27 Dez. (adapta à R.A. Açores o DL 332/93, de 25 Set. - quadro de pessoal); f) Dec. Leg. Reg. 4/2003/A, de 27 Fev. (adapta à R.A. Açores a Lei 116/99, de 4 Ago. - contra-ordenações laborais); g) Dec. Leg. Reg. 39/2003/A, de 4 Nov. (adapta à R.A. Açores a Lei 141/85, de 14 Nov. - balanço social); h) Portaria 89/2003, de 20 Nov. (relatório de segurança, higiene e saúde no trabalho); i) Despacho Normativo 189/84, de 23 Out. (equiparação à situação de desemprego involuntário de determinadas suspensões do contrato de trabalho, sem garantia salarial). | Código do Trabalho - adaptação à R.A. Açores |
| 16 Jun. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2006/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/06/115B00/43274329.pdf) | Adapta à R.A. Madeira o regime de elaboração, afixação e validade dos mapas de horários de trabalho previsto no Código do Trabalho e sua regulamentação. **MP** - revoga Portaria 174/87, de 31 Dez. **MS** - derrogado pelo Decreto Legislativo Regional nº 39/2012/M | Código do Trabalho - mapas de horários trabalho (Madeira) |
| 23 Jun. | [Lei n.º 21/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/06/120A00/44574457.pdf) | Altera a lista I anexa ao Código Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 Dez., e o artigo 112.º do Código Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 Nov. | IVA - alterações à lista I anexa ao Código do IVA |
| 29 Jun. | [Portaria n.º 657-A/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/06/124B01/00020006.pdf) | Aprova o Regulamento do Registo Comercial. **MS** - alterada pelas Portarias 1416-A/2006, 234/2008, e 1256/2009 | Regulamento Registo Comercial |
| 29 Jun. | [Decreto-Lei 125-A/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/06/124A02/00100011.pdf) | Altera o Código do Imposto do Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 Set. | Código do Imposto do Selo |
| 13 Jul. | [Portaria n.º 712/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/13400/48904890.pdf) | Aprova o modelo do registo de trabalho suplementar previsto no n.º 2 do art. 188.º da Lei 35/2004, de 29 Julho (regulamenta Lei 99/2003, 27 Ago., que aprovou o Código Trabalho). **MP** - revogações: revoga o despacho do Ministro do Emprego e da Segurança Social de 27 de Outubro de 1992, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 17 de Novembro de 1992 | Código de Trabalho - modelo do registo de trabalho suplementar |
| 28 Jul. | [Lei n.º 33/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/14500/53725374.pdf) | Altera o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro, estabelecendo regras especiais em matéria de tributação de desperdícios, resíduos e sucatas recicláveis e de certas prestações de serviços relacionadas | Código do IVA - alterações |
| 31 Jul. | [Dec. Leg. Reg. 26/2006/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/14600/54565459.pdf) | Estabelece o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA | PROENERGIA |
| 31 Jul. | [Dec. Leg. Reg. 27/2006/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/07/14600/54595468.pdf) | Cria e regulamenta o Empreende Jovem - Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo | Empreende Jovem |
| 02 Ago. | [Decreto-Lei n.º 150/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/08/14800/54955496.pdf) | Altera o regulamento de cobrança e reembolsos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro | Regulamento de cobrança e reembolsos do IRS e IRC |
| 09 Nov. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/11/21600/77837784.pdf) | Estabelece o regime de funcionamento da diplomacia económica**MP** - revogações: revoga o despacho conjunto n.º 39/2004, de 6 Jan., do MNE e Min. Economia, publicado no DR, 2.ª série, n.º 18, de 22 Jan. 2004 | Regime de funcionamento da diplomacia económica |
| 04 Dez. | [Portaria n.º 1359/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/12/23200/82028202.pdf) | Altera o artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2005, de 20 Dez., que aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Modernização do Comércio | Fundo Modernização Comércio |
| 20 Dez. | [Decreto-Lei n.º 238/2006](http://dre.pt/pdf1sdip/2006/12/24300/85028510.pdf) | Introduz alterações ao Código do IRS, ao Código do IRC, ao Código do IVA, ao Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, ao Código do Imposto do Selo, ao Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Código do Imposto sobre Transmissões Onerosas de Imóveis, à lei geral tributária, ao Código do Procedimento Tributário e a legislação fiscal complementar, simplificando e racionalizando obrigações e procedimentos, no sentido da diminuição dos custos de cumprimento impostos aos contribuintes**MP** - alterações: altera diversos Códigos (IRS, IRC, IVA, Imposto do Selo) e outros diplomas relacionados com a área da fiscalidade. | Fiscalidade:alterações a diversos Códigos (IRS, IRC, IVA, Imposto do Selo, IMI, etc) |

|  |  |
| --- | --- |
| 2007 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 17 Jan. | [Decreto-Lei n.º 8/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/01200/03780388.pdf) | Altera o regime jurídico da redução do capital social de entidades comerciais, eliminando a intervenção judicial obrigatória e promovendo a simplificação global do regime, cria a Informação Empresarial Simplificada (IES) e procede à alteração do Código das Sociedades Comerciais, do Código de Registo Comercial, do Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto, do Código de Processo Civil, do Regime Nacional de Pessoas Colectivas e do Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado**MP** - revogações: *a*) O n.º 2 do art. 11.º e o n.º 4 do art. 42.º do Código do Registo Comercial, aprovado pelo DL 403/86, de 3 Dez.; *b*) O artigo 1487.º-A do Código de Processo Civil, aprovado pelo DL 44 129, de 28 Dez. 1961; *c*) O artigo 20.º do regime de estabelecimento individual de responsabilidade limitada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 248/86, de 25 de Agosto; *d*) Os n.os 4.1.1, 4.1.2, 4.3 e 5 do artigo 20.º e os n.os 2.2 e 2.3 do artigo 22.º do Regulamento Emolumentar Registos e Notariado, aprovado pelo DL 322-A/2001, de 14 Dez. | Medidas de eliminação e simplificação de actos no sector do registo comercial e de actos notariais |
| 22 Jan. | [Decreto-Lei n.º 18/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/01500/05630566.pdf) | Estabelece a data valor de qualquer movimento de depósitos à ordem e transferências efectuadas em euros, determinando qual o seu efeito no prazo para a disponibilização de fundos ao beneficiário, e altera o Decreto-Lei n.º 41/2000, de 17 de Março | Transferências entre contas de depósito à ordem - data valor |
| 25 Jan. | [Portaria n.º 121/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/01800/06850686.pdf) | Elimina a participação de início, suspensão ou cessação de actividade profissional dos trabalhadores independentes | Trabalhadores independentes |
| 29 Jan. | [Decreto-Lei n.º 21/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/01/02000/08220827.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pelo n.º 3 do artigo 45.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, introduz alterações ao Código do IVA e respectiva legislação complementar em matéria de tributação de operações imobiliárias, incluindo a revisão do regime da renúncia à isenção de IVA na transmissão e na locação de bens imóveis. **MP** - altera o Código IVA e o regime de exigibilidade do IVA nas empreitadas e subempreitadas de obras públicas; revoga DL 241/86, de 20 Ago. **MS** - alterado pela Lei n.º 67-A/2007 | Código IVA e legislação complementar - alterações em matéria de tributação operações imobiliárias |
| 14 Fev. | [Decreto-Lei n.º 31/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/02/03200/11451154.pdf) | Quarta alteração ao Decreto-Lei 183/88, de 24 Maio, que estabelece o quadro legal do seguro de créditos, e segunda alteração ao Decreto-Lei 295/2001, de 21 Nov., que regula o seguro de investimento directo português no estrangeiro, com garantia do Estado**MP** - revogações: revoga o n.º 5 do art. 17.º do DL 183/88, de 24 Maio, na redacção dada pelos DL 127/91, de 22 Março, 214/99, de 15 Jun., e 51/2006, de 14 Março, e o n.º 4 do art. 8.º e o n.º 1 do art. 9.º do DL n.º 295/2001 (21 Nov.), na redacção dada pelo DL 51/2006 | Seguro de créditos / seguro de investimento directo português no estrangeiro - alterações |
| 03 Abr. | [Decreto-Lei n.º 105/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/04/06600/21152134.pdf) | Procede à terceira alteração à Lei 3/2004, de 15 Janeiro, que aprova a lei quadro dos institutos públicos e procede à terceira alteração à Lei 4/2004, de 15 Jan., que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado.**MP** - revoga o artigo 45.º da Lei 3/2004, de 15 Janeiro | Lei quadro dos institutos públicos e regime da organização da administração directa do Estado |
| 10 Abr. | [Portaria n.º 403/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/04/07000/22382238.pdf) | Altera o Regulamento de Execução da Medida «Inovação Financeira». **MP** - altera 3 artigos da Portaria n.º 37/2002, de 10 de Janeiro | Medida «Inovação Financeira» |
| 09 Mai. | [Decreto-Lei n.º 183/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/08900/30533065.pdf) | Altera os Decretos-Leis n.os 69/2003, de 10 de Abril, e 194/2000, de 21 de Agosto, substituindo o regime de licenciamento prévio obrigatório dos estabelecimentos industriais de menor perigosidade, incluídos no regime 4, por um regime de declaração prévia ao exercício da actividade industrial. **MP** - revoga a alínea *b*) do n.º 4 do art. 14.º e os art. 35.º e 36.º do DL 69/2003 | Licenciamento da actividade industrial |
| 09 Mai. | [Dec. Regulamentar 61/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/05/08900/30653076.pdf) | Altera o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 8/2003, de 11 de Abril | Licenciamento actividade industrial |
| 10 Mai. | [Decreto-Lei n.º 185/2007](https://dre.pt/application/file/a/520699) | Altera o Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de Abril, que cria o Fundo de Acidentes de Trabalho | Fundo de Acidentes de Trabalho |
| 05 Jun. | [Dec. Leg. Reg. 13/2007/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/06/10800/37243735.pdf) | Aprova o regime jurídico dos institutos públicos e fundações regionais | R.A. Açores - institutos públicos |
| 07 Ago. | [Decreto-Lei n.º 282/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/15100/0507805082.pdf) | Altera o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas, aprovado pelo DL 53/2004, de 18 Mar., e o Estatuto do Administrador da Insolvência, aprovado pela Lei 32/2004, de 22 Jul. **MP** - revoga o n.º 1 do artigo 38.º do DL 53/2004, de 18 de Março | Insolvência e Recuperação Empresas |
| 20 Ago. | [Resolução da Assembleia da República n.º 35/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/08/15900/0539805400.pdf) | Regime da edição e publicação do Diário da Assembleia da República | Regime edição e publicação do Diário Assembleia República |
| 12 Out. | [Decreto-Lei n.º 341/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/10/19700/0737507379.pdf) | Aprova o regime jurídico do reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros**MP** - revogações: Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto e a Portaria n.º 69/98, de 18 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 1049/99, de 27 de Novembro; alterações: DL 283/83, de 21 Junho; | Reconhecimento de graus académicos superiores estrangeiros |
| 31 Out. | [Decreto-Lei 357-B/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/10/21002/0017800182.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 25/2007, de 18 de Julho, estabelece o regime jurídico aplicável às sociedades que têm por objecto exclusivo a prestação do serviço de consultoria para investimento em instrumentos financeiros e a recepção e transmissão de ordens por conta de outrem relativas àqueles, transpondo parcialmente para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/39/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril, relativa aos mercados de instrumentos financeiros («DMIF») | Consultoria financeira - regime jurídico aplicável às sociedades que exercem a actividade |
| 06 Nov. | [Decreto-Lei n.º 371/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21300/0807108080.pdf) | Primeira alteração ao Decreto-Lei 156/2005, de 15 Setembro, estabelecendo a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores | Livro de reclamações - primeira alteração ao DL 156/2005 |
| 06 Nov. | [Decreto-Lei n.º 372/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21300/0808008084.pdf) | Cria a certificação electrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME)**MP** - revoga os Despachos Normativos n.os 52/87, de 24 de Junho, e 38/88, de 16 de Maio | Certificação electrónica micro, pequena e média empresas |
| 07 Nov. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21400/0813508151.pdf) | Aprova um conjunto de medidas de reforma da formação profissional, acordada com a generalidade dos parceiros com assento na Comissão Permanente de Concertação Social | Reforma da Formação Profissional |
| 12 Nov. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2007/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21700/0839808398.pdf) | Elimina o acto administrativo autónomo de registo obrigatório dos estabelecimentos industriais no âmbito do cadastro industrial**MP** - revoga o Dec. Regulamentar Regional 19/87/M, de 10 Ago. e a Portaria 141/2004, de 20 Jul. | R.A. Madeira - licenciamento industrial |
| 14 Nov. | [Decreto-Lei n.º 381/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21900/0844008464.pdf) | Aprova a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3. **MP** - revoga o DL 197/2003, de 27 de Agosto | CAE - Revisão 3 |
| 31 Dez. | [Lei n.º 67/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25100/0911709120.pdf) | Aprova Regime Responsabilidade Civil Extracontratual Estado e Demais Entidades Públicas**MP** - altera o artigo 77.º do Estatuto do Ministério Público (Lei 47/86, de 15 Out., rectificada no DR, 1.ª série, n.º 263, de 14 Nov. 1986, e alterada pelas Leis 2/90, de 20 Jan., 23/92, de 20 Agosto, 33 -A/96, de 26 Agosto, 60/98, de 27 Agosto, e 42/2005, de 29 Agosto); revogações: DL 48 051, de 21 Nov. 1967, e art. 96.º e 97.º da Lei 169/99, na redacção Lei 5-A/2002. **MS** - alterada pela Lei n.º 31/2008 | Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas |
| 31 Dez. | [Decreto-Lei n.º 393/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25100/0912109122.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pelo n.º 2 do art. 1.º da Lei 65-A/2007, de 26 Nov., altera o Código do IVA e o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas 2006/69/CE, do Conselho, de 24 Julho, e 2006/112/CE, do Conselho, de 28 Nov. **MP** - altera o Código do IVA (DL n.º 394 -B/84, de 26 Dez.), e o RITI (DL 290/92, de 28 Dez.) | Código do IVA e Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias - alterações |
| 31 Dez. | [Decreto-Lei n.º 396/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25100/0916509173.pdf) | Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento**MP:** revogações - 1 - são revogados os DL 401/91 e 405/91, ambos de 16 Out., e o DL 205/96, de 25 Out.; este último a partir da entrada em vigor da portaria que regula esta modalidade de formação referida nos termos no n.º 3 do art. 9.º; 2 - é revogado o DL 59/92, de 13 Abril, com efeitos a partir da entrada em vigor da portaria que regule a informação e orientação para a qualificação e o emprego em matéria de educação, formação profissional e emprego; 3 - é revogado o Dec. Regul. 35/2002, de 23 Abril, com efeito a partir da entrada em vigor da portaria que aprove o modelo de certificado de formação profissional; alterações - altera os DL 39/2006, de 20 Fev., e 6/2001, de 18 Jan. **MS** - alterado e derrogado pelo DL 14/2017, de 26 jan. | Sistema Nacional de Qualificações - regime jurídico e estruturas que regulam o seu funcionamento |
| 31 Dez. | [Lei n.º 67-B/2007](http://dre.pt/pdf1sdip/2007/12/25103/0047200472.pdf) | Consagra a obrigatoriedade da publicação anual de uma lista de credores da administração central | Credores administração central |

|  |  |
| --- | --- |
| 2008 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 10 jan. | [Portaria n.º 29/2008](https://dre.pt/application/file/a/386898) | Aprova o Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do DL 341/2007, de 12 Out. **MS** - alterada pela Portaria 227/2017 | Registo de Diplomas Estrangeiros |
| 14 Jan. | [Lei n.º 1/2008](https://dre.pt/application/file/a/386696) | Aprova a abertura de um concurso excepcional de recrutamento de magistrados para os tribunais administrativos e fiscais e altera (terceira alteração) a Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais. | Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais |
| 29 Jan. | [Decreto-Lei n.º 18/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/01/02000/0075300852.PDF) | Aprova o Código dos Contratos Públicos, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo**MP:**Revogações: a) art. 138.º do DL 498/72, de 9 Dez.; b) art. 10.º a 15.º do DL 390/82, de 17 Set.; c) capítulo III da parte IV do Código Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL 442/91, de 15 Nov.; d) DL 59/99, de 2 Mar.; e) DL 196/99, de 8 Jun; f) DL 197/99, de 8 Jun., com excepção artigos 16.º a 22.º e 29.º; g) n.º 9 do artigo 107.º do DL 555/99, de 16 Dez.; h) DL 223/2001, de 9 Ago.; i) DL 104/2002, de 12 Abr.; j) artigos 14.º a 17.º e 24.º a 31.º do DL 185/2002, de 20 Ago.; l) DL 245/2003, de 7 Out.; m) alíneas a) a e) e i) do n.º 2 do artigo 24.º e as alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 37.º, ambos do DL 12/2004, de 9 Jan.; n) DL 1/2005, de 4 Jan.; o) artigo 13.º do DL 233/2005, de 29 Dez.; p) artigo 11.º do DL 50-B/2007, de 28 Fev. É igualmente revogada toda a legislação relativa às matérias reguladas pelo Código dos Contratos Públicos, seja ou não com ele incompatível.Alterações: altera alguns artigos dos seguintes diplomas: DL 33/99, de 5 Fev.; Lei 18/2003, de 11 Jun.; DL 12/2004, de 9 Jan.; DL 25/2007, de 7 Fev.**MS:**Alterações - alterado pelos seguintes diplomas: 1 - Lei 59/2008 - diploma entretanto revogado; 2 - DL 223/2009, de 11 Set., 3 - DL 278/2009, de 2 Out.; 4 - Lei 3/2010, de 27 abril; 5 - DL 131/2010, de 14 Dez.; 6 - Lei 64-B/2011, de 30 Dez. (Orçamento do Estado para 2012); 7 - DL 149/2012, de 12 julho; 8 - DL 214-G/2015, de 2 out.; 9 - DL 111-B/2017, de 31 ago.; 10 - DL 33/2018, de 15 maioDerrogações - derrogado pelos seguintes DLs: 278/2009, de 2 Out., 149/2012, de 12 Julho, 111-B/2017, de 31 ago., e 33/2018, de 15 maio**RE** - retificado pela Declaração de Rectificação 18-A/2008, de 28 Março | Código dos Contratos Públicos |
| 22 Fev. | [Res. Cons. Ministros 34/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/02/03800/0116701172.PDF) | Aprova o programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços pelo Estado, denominado Programa Pagar a Tempo e Horas | Programa Pagar a Tempo e Horas |
| 25 Fev. | [Decreto-Lei n.º 29/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/02/03900/0120501210.PDF) | Estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento à administração tributária para prevenir e combater o planeamento fiscal abusivo | Planeamento fiscal abusivo |
| 25 Fev. | [Decreto-Lei n.º 30/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/02/03900/0121001211.PDF) | Procede à terceira alteração ao DL 149/95, de 24 Junho, que aprova o regime jurídico do contrato de locação financeira, visando evitar acções judiciais desnecessárias de acordo com as medidas de descongestionamento dos tribunais aprovadas pela Resolução Conselho Ministros 172/2007, de 26 Nov.**MP** - altera os artigos 3.º, 17.º e 21.º do DL 149/95, de 24 Jun., alterado pelos DLs 265/97, de 2 Out., e 285/2001, de 3 Nov. | Regime jurídico do contrato de locação financeira |
| 12 Mar. | [Portaria n.º 234/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/05100/0156601567.PDF) | Altera o Regulamento do Registo Comercial, aprovado pela Portaria n.º 657-A/2006, de 29 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro. **MP** - altera os artigos 8.º e 10.º da Portaria 657-A/2006 | Regulamento do Registo Comercial |
| 14 Mar. | [Portaria n.º 238-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/05301/0000200006.PDF) | Regulamenta a Lei n.º 67-B/2007, de 31 Dez., que consagra a obrigatoriedade de publicação anual de uma lista de credores da administração central do Estado | Credores administração central do Estado |
| 24 Mar. | [Dec. Leg. Reg. 7/2008/A](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/05800/0164901656.PDF) | Estabelece o regime do sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. **MS** - alterado pelo DLR 3/2017/A, de 13 abril | Sector público empresarial |
| 26 Mar. | [Decreto-Lei n.º 55/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/06000/0173801740.PDF) | Regulamenta as normas necessárias à execução do artigo 39º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, respeitante às medidas de incentivo à recuperação acelerada das regiões portuguesas que sofrem de problemas de interioridade, e revoga o DL 310/2001, de 10 Dez. | Estatuto dos Benefícios Fiscais -regiões do interior |
| 26 Mar. | [Decreto-Lei n.º 57/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/06000/0174701754.PDF) | Estabelece o regime aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores, ocorridas antes, durante ou após uma transacção comercial relativa a um bem ou serviço, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio, relativa às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores no mercado interno.**MP** - revoga nos 4 e 5 do artigo 11.º e artigo 22.º -B do Código da Publicidade, aprovado pelo DL 330/90, de 23 Out. e os artigos 26.º, 27.º, 28.º e 29.º do DL 143/2001, de 26 Abril; altera os artigos 11.º e 16.º do Código da Publicidade, aprovado pelo DL 330/90, de 23 Out. | Regime aplicável às práticas comerciais desleais das empresas nas relações com os consumidores |
| 27 Mar. | [Portaria n.º 245/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/06100/0176901769.PDF) | Altera a Portaria n.º 499/2007, de 30 de Abril, que estabelece as normas relativas ao envio da informação empresarial simplificada (IES) por transmissão electrónica de dados | Informação empresarial simplificada (IES) |
| 28 Mar. | [Dec. Rectific. 18-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/03/06201/0000200007.PDF) | Rectifica o DL 18/2008, de 29 Jan., do MOPTC, que aprova o Código dos Contratos Públicos | Código dos Contratos Públicos |
| 01 Abr. | [Lei n.º 16/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/06400/0189401983.PDF) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à 3ª alteração ao Código da Propriedade Industrial, à 7ª alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à 2ª alteração ao DL 332/97, de 27 Nov.**MP** - alterações: altera diversos artigos do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo DL 63/85, de 14 Março e alterado pelas Leis n.os 45/85, de 17 Setembro e 114/91, de 3 Setembro, pelos DLs 332/97 e 334/97, ambos de 27 Novembro, e pelas Leis 50/2004, de 24 Agosto, e 24/2006, de 30 Junho. Revoga os artigos 339.º e 340.º do Código da Propriedade Industrial | Direitos de propriedade intelectual |
| 14 Abr. | [Decreto-Lei n.º 68/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/07300/0219302197.PDF) | Estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN). **MS** - alterado pelo Decreto-Lei n.º 85/2009, de 3 Abril | Organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas |
| 16 Abr. | [Decreto-Lei n.º 72/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/07500/0222802261.PDF) | Estabelece o regime jurídico do contrato de seguro**MP** - revogações: 1 - DL 142/2000, de 15 Julho, alterado pelos DLs 248-B/2000, de 12 Outubro, 150/2004, de 29 Junho, 122/2005, de 29 Julho, e 199/2005, de 10 Novembro; 2 - São ainda revogados: a) artigos 425.º a 462.º do Código Comercial aprovado por Carta de Lei de 28 Junho 1888; b) artigos 11.º, 30.º, 33.º e 53.º, corpo, 1.ª parte, do Decreto de 21 de Outubro de 1907; c) base XVIII, n.º 1, alíneas c) e d), e n.º 2, e base XIX da Lei 2/71, de 12 Abril; d) artigos 132.º a 142.º e 176.º a 193.º do DL 94 -B/98, de 17 de Abril, alterado pelos DLs 8 -C/2002, de 11 Janeiro, 169/2002, de 25 Julho, 72 -A/2003, de 14 Abril, 90/2003, de 30 Abril, 251/2003, de 14 Outubro, 76 -A/2006, de 29 Março, 145/2006, de 31 Julho, 291/2007, de 21 Agosto, e 357 -A/2007, de 31 Outubro; e) artigos 1.º a 5.º e 8.º a 25.º do DL n.º 176/95, de 26 Julho, alterado pelos DLs 60/2004, de 22 Março, e 357 -A/2007, de 31 Out. **MS** - alterado pelo DL 247-B/2008 | Regime jurídico do contrato de seguro |
| 21 Abr. | [Lei n.º 19/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/07800/0228802289.PDF) | Aprova medidas de combate à corrupção e procede à 1ª alteração à Lei 5/2002, de 11 Jan., à 17ª alteração à lei geral tributária e à terceira alteração à Lei n.º 4/83, de 2 Abril. **MP** - além das alterações referidas, introduz aditamentos no DL 398/98 (lei geral tributária) e na Lei 4/83 (2 Abril) | Medidas de combate à corrupção |
| 21 Abr. | [Lei n.º 20/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/04/07800/0228902291.PDF) | Cria o novo regime penal de corrupção no comércio internacional e no sector privado, dando cumprimento à Decisão Quadro n.º 2003/568/JAI, do Conselho, de 22 de Julho. **MP** - revoga artigos 41º-A, 41º-B e 41º-C do DL 28/84, de 20 Jan., e Lei 13/2001, de 4 Jun. | Regime penal de corrupção |
| 13 Mai. | [Lei n.º 22/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/05/09200/0261702622.PDF) | Lei do Sistema Estatístico Nacional. **MP** - revoga a Lei 6/89 e os DLs 124/80 e 294/2001 | Sistema Estatístico Nacional |
| 13 Mai. | [Portaria n.º 362/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/05/09200/0262202623.PDF) | Actualiza os coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano 2008, para efeitos de determinação da matéria colectável do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares | Actualização dos coeficientes de desvalorização da moeda |
| 13 Jun. | [Dec. Rectific. 32-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/11302/0002600028.PDF) | Rectifica o DL 72/2008, de 16 Abril, que estabelece o regime jurídico do contrato de seguro | Regime jurídico contrato seguro |
| 19 Jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/M](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/11700/0353303534.PDF) | Adapta à R.A. Madeira o DL 156/2005, de 15 Set., entretanto alterado pelo DL 371/2007, de 6 Nov., que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens e prestadores serviços que tenham contacto com o público em geral | Livro de reclamações - R.A. Madeira |
| 20 Jun. | [Decreto-Lei n.º 102/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/11800/0354203611.PDF) | No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 91.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 Dez., altera e republica o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez., e o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, aprovado pelo DL 290/92, de 28 Dez.**MP** - revogações: art. 34.º-A do Código IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez., art. 27.º e n.os 2 e 4 do art. 31.º do Regime IVA nas Transacções Intracomunitárias (DL 290/92, 28 Dez.) | Código do IVA e Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias: alteração e republicação |
| 26 Jun. | [Decreto-Lei n.º 108/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/12200/0392903962.PDF) | No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 91.º da Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro, altera e republica o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de Julho | Estatuto dos Benefícios Fiscais: alteração e republicação |
| 27 Jun. | [Lei n.º 26/2008](https://dre.pt/application/file/456302) | Nona alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de Julho (Estatuto dos Magistrados Judiciais), e quinta alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro (Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais) | Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais |
| 27 Jun. | [Lei n.º 26-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/06/12301/0000200002.PDF) | Altera o Código do IVA, aprovado pelo DL 394-B/94, de 26 Dez., e procede à sétima alteração ao DL 347/85, de 23 Agosto | Alteração Cód. IVA e DL 347/85 |
| 16 Jul. | [Portaria n.º 620-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/13601/0000200006.PDF) | Regula os procedimentos de celebração de acordos prévios sobre os preços de transferência (APPT), ao abrigo do artigo 198.º-A do Código do IRC | Preços de transferência (APPT) |
| 17 Jul. | [Lei n.º 31/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/13700/0445404454.PDF) | Procede à primeira alteração à Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, que aprova o Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas | Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado |
| 23 Jul. | [Dec. Rectificação 39/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14100/0457604576.PDF) | Rectifica a Declaração de Rectificação n.º 32-A/2008, de 13 de Junho, que rectifica o DL 72/2008 (regime jurídico do contrato de seguro) | Regime jurídico contrato seguro |
| 25 Jul. | [Decreto-Lei n.º 143/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14300/0465104728.PDF) | Aprova medidas de simplificação e acesso à propriedade industrial, alterando o Código da Propriedade Industrial**MP** - altera Código Propriedade Industrial (DL 36/2003) e revoga diversos artigos | Código da Propriedade Industrial - alterações |
| 29 Jul. | [Portaria n.º 701-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/07/14501/0000300013.PDF) | Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicitar no Diário da República | Código dos Contratos Públicos |
| 13 Ago. | [Dec. Rectific. 44-A/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/08/15601/0000200004.PDF) | Rectifica o DL 102/2008, de 20 Junho, que altera e republica o Código do IVA e o regime do IVA nas transacções intracomunitárias | IVA |
| 14 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 34/2008/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/08/15700/0564505649.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro | Adaptação à R.A. Madeira do CCP |
| 28 Ago. | [Lei n.º 52/2008](https://dre.pt/application/file/453299) | Aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais**MP** - altera o Código de Processo civil, aprovado pelo DL 44129 de 28 Dez. 1961, bem como o Código de Processo Penal aprovado pelo DL 78/87 de 17 Fev., o Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei 21/85 de 30 Jul., o Estatuto do Ministério Público aprovado pela Lei 47/86 de 15 Out., o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei 13/2002 de 19 Fev., o código da Propriedade Industrial, aprovado pelo DL 36/2003 de 5 Março e o regime jurídico da Concorrência, aprovado pela Lei 18/2003 de 11 Jun. | Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais |
| 04 Set. | [Lei n.º 54/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/09/17100/0618906190.PDF) | Cria o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) | Conselho Prevenção Corrupção |
| 10 Out. | [Decreto n.º 40/2008](http://www.dre.pt/pdf1sdip/2008/10/19700/0722107225.PDF) | Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Promoção e Protecção Recíproca de Investimentos, assinado em Luanda | Acordo entre Portugal e Angola |
| 29 Out. | [Decreto-Lei n.º 209/2008](https://dre.pt/application/file/a/439038) | Estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI) e revoga o DL 69/2003, de 10 de Abril, e respectivos diplomas regulamentares | Exercício da actividade industrial |
| 05 Dez. | [Lei n.º 64/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/23600/0865308655.pdf) | Aprova medidas fiscais anticíclicas, alterando o Código do IRS, o Código do IMI e o Estatuto dos Benefícios Fiscais, tendo em vista minorar o impacto nas famílias dos custos crescentes com a habitação, e cria uma taxa de tributação autónoma para empresas de fabricação e de distribuição de produtos petrolíferos refinados | Aprovação de medidas fiscais anticíclicas - alterações Códigos IRS, IMI e Est. Benefícios Fiscais |
| 12 Dez. | [Portaria n.º 1443/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/24000/0873808740.pdf) | Regula o funcionamento e o acesso ao balcão único previsto no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro, estabelecendo as condições de acesso, a natureza das dívidas susceptíveis de regularização, bem como os procedimentos associados ao reconhecimento e pagamento da dívida, ao reconhecimento e validação da dívida e à tramitação orçamental a utilizar no respectivo pagamento | Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado - balcão único |
| 26 Dez. | [Dec. Rectific. 77-A/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/24901/0000500009.pdf) | Rectifica o DL 209/2008, de 29 Out., que estabelece o regime de exercício da actividade industrial (REAI). **RE** - rectificada pela Dec. Rectificação 15/2009 | Exercício da actividade industrial |
| 30 Dez. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/25100/0916709169.pdf) | Cria o Sistema de Controlo dos Actos Normativos (SCAN), aprovando medidas destinadas ao controlo automatizado e ao acompanhamento das necessidades emissão actos normativos | Sistema de Controlo dos Actos Normativos |
| 30 Dez. | [Decreto-Lei 247-B/2008](http://dre.pt/pdf1sdip/2008/12/25101/0000200023.pdf) | Cria e regula o cartão da empresa e o Sistema de Informação da Classificação Portuguesa de Actividades Económicas (SICAE) e adopta medidas de simplificação no âmbito dos regimes do Registo Nacional de Pessoas Colectivas (RNPC), do Código do Registo Comercial, dos procedimentos simplificados de sucessão hereditária e divórcio com partilha, do regime especial de constituição imediata de sociedades («empresa na hora») e do regime especial de constituição online de sociedades comerciais e civis sob forma comercial («empresa on-line»), do regime especial de constituição imediata de associações («associação na hora») e do regime especial de criação de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras («sucursal na hora»)**MP**Revogações - *a*) DL 267/93, de 31 Jul.; *b*) DL 12/2001, de 25 Jan.; *c*) n.º 3 do artigo 4.º, n.º 2 do artigo 10.º, artigos 16.º a 20.º, n.os 4 a 7 do artigo 22.º, n.º 7 do artigo 33.º, n.º 5 do artigo 38.º, artigo 41.º, n.os 2 e 3 do artigo 45.º, n.os 2 a 5 do artigo 46.º, artigo 48.º, n.os 2 e 3 do artigo 51.º, n.os 2 e 4 do artigo 53.º, artigos 57.º e 59.º, n.º 2 do artigo 63.º, artigos 64.º, 68.º, 71.º, 73.º, alíneas *b*) e *e*) do artigo 80.º-A, n.º 2 do artigo 87.º e artigo 90.º do Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas; *d*) n.º 3 do artigo 45.º, alínea *g*) do n.º 1 do artigo 48.º e n.º 4 do artigo 53.º-A do Código do Registo Comercial; *e*) n.º 2 do artigo 70.º, n.º 5 do artigo 210.º-G e alínea *c*) do n.º 1 do artigo 270.º do Código do Registo Civil; *f*) n.os 4, 5, 7.3 e 7.4 do artigo 23.º e n.º 2 do artigo 27.º do Regulamento Emolumentar e dos Registos e Notariado, aprovado pelo DL 322 -A/2001, de 14 Dez.; *g*) alíneas *a*) e *b*) do artigo 2.º e artigo 15.º-A do DL 111/2005, de 8 Jul.; *h*) artigo 14.º-A do DL 125/2006, de 29 Jun.; *i*) n.º 3 do artigo 9.º da Lei 40/2007, de 24 Ago.; *j*) n.º 2 do artigo 24.º do DL 324/2007, de 24 Set. Alterações: altera o Regime Registo Nac. Pessoas Colectivas, o Código Sociedades Comerciais, o Código Registo Comercial, o Código do Registo Civil e o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado;Alterações - altera os DLs 322-A/2001, de 14 Dez., 111/2005, de 8 Jul., 125/2006, de 29 Jun., e 73/2008, de 16 Abril; altera Lei 40/2007, de 24 Ago; introduz aditamento no DL 111/2005, de 8 Jul. | Registos e Notariado - Cartão da empresa / SICAE / RNPC / Registo Comercial |

|  |  |
| --- | --- |
| 2009 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 07 Jan. | [Decreto-Lei n.º 8/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/01/00400/0014500145.pdf) | Altera o Código Comercial, aprovado pela Carta de Lei de 28 de Junho de 1888, no sentido de incluir os créditos garantidos por hipotecas e penhores sobre navios na escala de graduação de dívidas | Código Comercial - alterações |
| 10 Fev. | [Dec. Rectificação 15/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/02800/0087300874.pdf) | Rectifica a Declaração Rectificação n.º 77-A/2008, de 26 Dez., que rectifica o DL 209/2008, de 29 Out. | Reg. exercício actividade indust. |
| 12 Fev. | [Lei n.º 7/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/02/03000/0092601029.pdf) | Aprova a revisão do Código do Trabalho**MP** - revogações:1 - a) Lei 99/2003, de 27 Ago., na redacção dada pela Lei 9/2006, de 20 Março, pela Lei 59/2007, de 4 Set., e pela Lei 12-A/2008, de 27 Fev.; b) Lei 35/2004, de 29 Julho, na redacção dada pela Lei 9/2006, de 20 Março, e pelo DL 164/2007, de 3 Maio; c) alíneas d) a f) do artigo 2º, nos 2 e 9 do artigo 6º, nos 2 e 3 do artigo 13º, artigos 7º, 14º a 40º, 42º, 44º na parte relativa a contra-ordenações por violação de normas revogadas e o nº 1 e as alíneas d) e e) do nº 2 do artigo 45º, todos da Lei 19/2007, de 22 Maio.2 - art. 6º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 99/2003, de 27 Ago., sobre lei aplicável ao contrato de trabalho é revogado na medida em que seja aplicável o Regul. CE/593/2008, do PE e Conselho, de 17 Junho, sobre a ei aplicável às obrigações contratuais (Roma I).3 - a revogação dos preceitos a seguir referidos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 99/2003, de 27 Agosto, produz efeitos a partir da entrada em vigor do diploma que regular a mesma matéria: a) artigos 272º a 312º, sobre segurança, higiene e saúde no trabalho, acidentes de trabalho e doenças profissionais, na parte não referida na actual redacção do Código; b) artigo 344.º; c) artigos 471º a 473º; d) artigos 569º e 570º; e) artigos 630º a 640º.4 - a revogação dos artigos 34º a 43º e 50º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 99/2003, de 27 Agosto, e dos artigos 68º a 77º e 99º a 106º da Lei 35/2004, de 29 Julho, sobre protecção da maternidade e da paternidade produz efeitos a partir da entrada em vigor da legislação que regule o regime de protecção social na parentalidade.5 - artigos 414º, 418º, 430º e 435º, do nº 2 do artigo 436º e do nº 1 do artigo 438º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 99/2003, de 27 Agosto, produz efeitos a partir da entrada em vigor da revisão do Código de Processo do Trabalho.6 - preceitos a seguir referidos da Lei 35/2004, de 29 Julho, na redacção dada pela Lei 9/2006, de 20 Março, e pelo DL 164/2007, de 3 Maio, produz efeitos a partir da entrada em vigor do diploma que regular a mesma matéria: a) art. 14º a 26º; b) artigos 41º a 65º; c) artigos 84º a 95º; d) artigos 103º a 106º; e) artigos 107º a 113º; f) artigos 115º a 126º; g) artigos 139º a 146º; h) artigos 155º e 156º; i) artigos 165º a 167º e 170º; j) artigo 176º; l) artigos 191º a 201º e 206º; m) artigos 212º a 280º; n) artigos 306º e 310º a 315º; o) artigos 317º a 326º; p) artigos 365º a 395º; q) artigos 407º a 449º; r) art. 452º a 464º; s) art. 494º a 499º, sobre a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, na parte não revogada pelo DL 164/2007, de 3 Maio.7 - o regime sancionatório constante do Código do Trabalho não revoga qualquer disposição do Código Penal.**MS** - alterada pelos seguintes diplomas: 1 - Lei 105/2009, de 14 Set., 2 - Lei 53/2011, de 14 Out., 3 - Lei 23/2012, de 25 jun., 4 - Lei 47/2012, de 29 ago.; 5 - Lei 69/2013, de 30 ago.; 6 - Lei 27/2014, de 8 maio; 7 - Lei 55/2014, de 25 ago.; 8 - Lei nº 28/2015, de 14 abril; 9 - Lei nº 120/2015, de 1 set. A Lei 7/2009 foi derrogada pela Lei 23/2012; 10 - Lei n.º 8/2016, de 1 abril; 11 - Lei n.º 28/2016, de 23 ago.; 12 - Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 42/2016/M, de 23 dezembro; 13 - Lei 73/2017, de 16 agosto | Revisão do Código do Trabalho |
| 04 Mar. | [Lei n.º 9/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/04400/0146601530.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 Set., relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de Novembro, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia**MP** - 1 - revoga os seguintes diplomas: a) DL 320/87, de 27 Agosto; b) DL 322/87, de 28 Agosto; c) DL 326/87, de 1 Set.; d) DL 327/87, de 2 Set.; e) DL 332/87, de 1 Out.; f) DL 333/87, de 1 Out.; g) DL 31/88, de 3 Fev.; h) DL 399/89, de 10 Nov.; i) DL 14/90, de 8 Jan.;j) DL 289/91, de 10 Agosto; l) DL 15/92, de 4 Fev.; m) DL 21/92, de 8 Fev.; n) DL 33/92, de 5 Março; o) DL 186/93, de 22 Maio; p) DL 194/95, de 28 Julho, que altera o DL 399/89, de 10 Nov.; q) DL 251/95, de 21 Set.; r) DL 242/96, de 18 Dez.; s) DL 48/2000, de 24 Março, que altera o DL 326/87, de 1 Set.; t) Portaria 325/2000, de 8 Junho, na redacção dada pela Portaria 41/2008, de 11 Jan.; u) DL 18/2001, de 27 Janeiro; v) DL 48/2003, de 20 Março; x) DL 71/2003, de 10 Abril, que altera o DL 289/91, de 10 Agosto; z) DL 170/2003, de 1 Agosto, que altera o DL 333/87, de 1 Out.; aa) DL 171/2003, de 1 Agosto, que altera o DL 31/88, de 3 Fev.; bb) DL 174/2003, de 2 Agosto, que altera o DL 327/87, de 2 Set.; cc) DL 175/2003, de 2 Agosto, que altera o DL 332/87, de 1 Out.; dd) DL 177/2003, de 5 Agosto, que altera o DL 326/87, de 1 Set.; ee) DL 179/2003, de 14 Agosto, que altera o DL 242/96, de 18 Dez.; ff) DL 241/2003, de 4 Out., que altera o DL 14/90, de 8 Jan.; gg) DL 242/2003, de 7 Out., que altera o DL 399/89, de 10 Nov. 2 - as disposições dos diplomas referidos no número anterior, na medida em que especificam quais as profissões regulamentadas e designam as autoridades competentes para proceder ao reconhecimento das qualificações profissionais, mantêm-se em vigor até serem substituídos por portarias emitidas ao abrigo do n.º 1 do artigo 51.º deste diploma. | Reconhecimento de qualificações profissionais e livre circulação de pessoas no espaço europeu |
| 18 Mar. | [Dec. Rectificação 21/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/05400/0170901710.pdf) | Rectifica a Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho | Revisão do Código do Trabalho |
| 20 Mar. | [Decreto-Lei n.º 64/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/03/05600/0177301774.pdf) | Estabelece mecanismos extraordinários de diminuição do valor nominal das acções das sociedades anónimas | Valor nominal das acções |
| 03 Abr. | [Decreto-Lei n.º 85/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/04/06600/0208302083.pdf) | Procede à 1ª alteração ao DL 68/2008, de 14 Abril, através da redefinição das unidades territoriais de nível 3 (NUTS III) do Alto Alentejo e Alentejo Central para efeitos de organização territorial das associações de municípios e para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do QREN 2007-2013 | Organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas (alteração) |
| 09 Abr. | [Decreto-Lei n.º 88/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/04/07000/0215902175.pdf) | Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 Agosto, que estabelece o regime jurídico dos documentos electrónicos e da assinatura digital, e à primeira alteração ao Decreto-Lei 116-A/2006, de 16 Jun., que cria o Sistema de Certificação Electrónica do Estado**MP** - altera os DLs 290-D/99 e 116-A/2006; revoga os n.os 2 e 3 do art. 7º do DL 116-A/2006 | Regime jurídico doc. electrónicos e assinatura digital e Sistema Certificação Electrónica Estado |
| 12 Mai. | [Lei n.º 19/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09100/0281802826.pdf) | Altera o Código Sociedades Comerciais e o Código Registo Comercial, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas 2005/56/CE, do PE e do Conselho, de 26 Out., relativa às fusões transfronteiriças das sociedades de responsabilidade limitada, e [2007/63/CE](http://www.dre.pt/cgi/eurlex.asp?ano=2007&id=307L0063), do PE e do Conselho, de 13 Nov., que altera as Directivas 78/855/CEE e [82/891/CEE](http://www.dre.pt/cgi/eurlex.asp?ano=1982&id=382L0891), do Conselho, no que respeita à exigência de um relatório de peritos independentes aquando da fusão ou da cisão de sociedades anónimas, e estabelece o regime aplicável à participação dos trabalhadores na sociedade resultante da fusão**MP** - altera os artigos 98º, 99º e 101º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo DL 262/86, de 2 Set., com as alterações introduzidas por diversos diplomas posteriores | Código das Sociedades Comerciais e Código do Registo Comercial - alterações |
| 19 Mai. | [Decreto-Lei n.º 118/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09600/0318903190.pdf) | Procede à 2ª alteração ao [DL 156/2005](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20052477), que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral, criando a rede telemática de informação comum | Livro de reclamações - 2ª alteração do DL 156/2005 |
| 21 Mai. | [Decreto-Lei n.º 122/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/05/09800/0324803253.pdf) | Simplifica as comunicações dos cidadãos e das empresas ao Estado, procedendo à 20.ª alteração ao Código do Registo Predial, à alteração do Código do IVA, à 31.ª alteração ao Código do Registo Comercial, à alteração do Código do IRC, à 9.ª alteração ao regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, à 20.ª alteração ao [DL 322-A/2001](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20014120), de 14 Dezembro, à 20.ª alteração ao Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, à 5.ª alteração ao [DL 8-B/2002](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20020148), de 15 Janeiro, à 1.ª alteração ao [DL 129/2007](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20071539), de 27 Abril, à 1.ª alteração ao [DL 132/2007](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20071542), de 27 Abril, à 1.ª alteração ao [DL 263-A/2007](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20072405), de 23 Julho, à 1.ª alteração ao [DL 20/2008](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=20080282), de 31 Janeiro, e à 9.ª alteração ao [Decreto Regulamentar n.º 55/80](http://www.dre.pt/util/getdiplomas.asp?iddip=19803567), de 8 Outubro**MP** - revogações: 1 - nº 2 do art. 6º do Cód. Reg. Predial - DL 224/84, de 6 Jul.; 2 - nº 1 do art. 23.º e ponto 1.1.1 do art. 27.º do Reg. Emolumentar Reg. e Notariado - DL 322-A/2001, de 14 Dez.; 3 - alínea d) do nº 1, n.º 2 do art. 8º e nº 2 do art. 10º do DL 8-B/2002, de 15 Jan.; 4 - revoga nº 1 do art. 26.º do DL 263-A/2007, de 23 Jul. | Alterações a vários Códigos (Registo Predial, IVA, Registo Comercial e IRC), ao RNPC e ao Reg. Registos e Notariado |
| 05 Jun. | [Decreto-Lei 136-A/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/10901/0000200002.pdf) | Altera o Código do IVA, dispensando de algumas obrigações declarativas os sujeitos passivos que não possuam nem sejam obrigados a possuir contabilidade organizada e reduzindo o prazo das garantias exigidas para obtenção de reembolsos do imposto**MP** - altera art. 22º e 29º Cód. IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, 26 Dez., na actual redacção | Código do IVA - alterações |
| 17 Jun. | [Decreto-Lei n.º 144/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/11500/0369603698.pdf) | Cria o mediador do crédito | Mediador do crédito |
| 29 Jun. | [Lei n.º 29/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/06/12300/0419204208.pdf) | Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil, no cumprimento das medidas de descongestionamento dos tribunais previstas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 172/2007, de 6 Nov., o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, procede à transposição da Directiva n.º [2008/52/CE](http://www.dre.pt/cgi/eurlex.asp?ano=2008&id=308L0052), do Parlamento e do Conselho, de 21 Março, e altera o DL 594/74, de 7 Nov. **MP** - altera o Código Civil, o Código Processo Civil, o Código Registo Predial, o Código Registo Civil, o Regime Registo Nacional Pessoas Colectivas e o DL 594/74, de 7 Nov. **MS** - alterada pela Lei nº 1/2010, de 15 Jan. | Regime Jurídico do Processo de Inventário e alterações a vários Códigos e ao RNPC |
| 13 Jul. | [Decreto-Lei n.º 158/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/13300/0437504384.pdf) | Aprova o Sistema de Normalização Contabilística e revoga o Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de Fevereiro**MP** - revogações: 1 - a) DL 410/89, de 21 Nov.; b) DL 238/91, de 2 Jul.; c) DL 29/93, de 12 Fev.; d) DL 127/95, de 1 Jun.; e) DL 44/99, de 12 Fev., alterado pelo DL 79/2003, de 23 Abril; f) DL 88/2004, de 20 Abril; g) Art. 4º, 7º e 11º a 15º do DL 35/2005, de 17 Fev. / 2 - São revogadas as directrizes contabilísticas n.os 1 a 29 emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística.**MS** - alterado pela Lei 20/2010, de 23 Ago. e pelos DLs 36-A/2011, de 9 Mar., e 98/2015, de 2 jun.; derrogado pelo DL 98/2015, de 2 jun. | Aprovação do Sistema de Normalização Contabilística e revogação do Plano Oficial de Contabilidade |
| 13 Jul. | [Decreto-Lei n.º 159/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/13300/0438404448.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pelos n.os 1 e 2 do art. 74.º da Lei 64-A/2008, de 31 Dez., altera o Código do IRC, adaptando as regras de determinação do lucro tributável às normas internacionais de contabilidade tal como adoptadas pela U.E., bem como aos normativos contabilísticos nacionais que visam adaptar a contabilidade a essas normas**MP** - alterações: são alterados os art. 18º, 19º, 20º, 21º, 22º, 23º, 24º, 25º, 26º, 28º, 29º, 31º, 32º, 33º, 34º, 35º-A, 36º, 39º, 40º, 42º, 43º, 44º, 45º, 58º-A, 68º, 70º, 71º, 72º e 113º do Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 Nov. Aditamentos: são aditados ao Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 Nov., os artigos 27º-A, 35º-B, 39º-A, 45º-A e 45º -B; são aditadas epígrafes ao Código do IRC. Revogações: 1 - nos 4, 5 e 6 do art. 19.º, nos 3 e 4 e alínea c) do nº 5 do art. 23º, nos 2, 3, 4 e 5 do art. 24º, art. 37º, nº 4 do art. 71º e art. 78º e 79º do Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 Nov., na redacção actual. 2 - são também revogados os regimes transitórios previstos nos nos 2 e 3 do art. 57º da Lei 53-A/2006, de 29 Dez., e no DL 237/2008, 15 Dez. | Alterações ao Código do IRC - regras de determinação do lucro tributável |
| 23 Jul. | [Portaria n.º 781/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/14100/0477404776.pdf) | Estabelece a estrutura e organização do Catálogo Nacional de Qualificações | Catálogo Nacional Qualificações |
| 23 Jul. | [Portaria n.º 782/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/07/14100/0477604778.pdf) | Regula o Quadro Nacional de Qualificações e define os descritores para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais | Quadro Nacional de Qualificações |
| 31 Jul. | [Decreto-Lei n.º 166/2009](https://dre.pt/application/file/493095) | No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 125.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, procede à 8.ª alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, prevendo a possibilidade de desdobramento dos tribunais tributários em três níveis de especialização e a criação de gabinetes de apoio aos magistrados da jurisdição administrativa e fiscal | Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais |
| 04 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 21/2009/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/14900/0506005061.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o novo Código do Trabalho**MP** - revogações: é revogado o Decreto Legislativo Regional nº 3/2004/M, de 18 Março. O Decreto Legislativo Regional 13/2005/M, de 3 Agosto manter-se-á em vigor, no que respeita às disposições que não sejam incompatíveis com a legislação ora adaptada, até ser publicado diploma que regule as matérias em causa. **MS** - derrogado pelo Decreto Legislativo Regional nº 39/2012/M | Código do Trabalho - adaptação à R.A. Madeira |
| 06 Ago. | [Decreto Legislativo Regional n.º 15/2009/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15100/0510705117.pdf) | Altera o Dec. Legislativo Regional 34/2008/A, de 28 Julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na R.A. Açores.**MP** - altera e introduz aditamentos ao DLR 34/2008/A; revoga anteriores art. 6º, 9º e 15º deste mesmo diploma. **Vigência condicionada** | Código Contratos Públicos: alterações ao DLR 34/2008/A |
| 12 Ago. | [Decreto-Lei n.º 185/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15500/0522605235.pdf) | Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/46/CE, do PE e do Conselho, de 14 de Junho, que altera a Directiva n.º 78/660/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais de certas formas de sociedades, a Directiva n.º 83/349/CEE, do Conselho, relativa às contas consolidadas, a Directiva n.º 86/635/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas dos bancos e outras instituições financeiras, e a Directiva n.º 91/674/CEE, do Conselho, relativa às contas anuais e às contas consolidadas das empresas de seguros, e adopta medidas de simplificação e eliminação de actos no âmbito de operações de fusão e cisão, alterando o Código de Registo Predial, o Código das Sociedades Comerciais, o Código de Registo Comercial, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código dos Valores Mobiliários, o Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, o Regulamento Emolumentar dos Registos e do Notariado, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Regulamento do Registo Automóvel**MP** - alterações: a) Código Registo Predial, aprovado pelo DL 224/84, de 6 Jul.; b) Código Soc. Comerciais, aprovado pelo DL 262/86, de 2 Set.; c) Código Registo Comercial, aprovado pelo DL 403/86, de 3 Dez.; d) Estatuto Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL 215/89, de 1 Jul.; e) Regul. Emolumentar Registos e Notariado, aprovado pelo DL 322-A/2001, de 14 Dez.; f) Cód. Insolvência e Recuperação Empresas, aprovado pelo DL 53/2004, de 18 Março; g) Reg. Registo Automóveis, aprovado pelo Decreto 55/75, de 12 Fev.; revogações: alínea b) do nº 3 do art. 116.º do Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei 262/86, de 2 Setembro | Contas anuais / contas consolidadas / operações fusão e cisão - transposição Directivas (altera diversos Códigos) |
| 12 Ago. | [Decreto-Lei n.º 186/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/15500/0523505244.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 118.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 Dez., altera o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 Fev., e a Directiva n.º 2008/117/CE, do Conselho, de 16 Dez., e cria o regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2008/9/CE, do Conselho, de 12 Fevereiro.**MP** - revogações: 1 - alínea f) do nº 1 do art. 2º e nos 13 a 21 do art. 6º do Código IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez., e nº 2 do art. 23º do Regime IVA nas Transacções Intracomunitárias, aprovado pelo DL 290/92, de 28 Dez. 2 - DL 408/87, de 31 Dez., sem prejuízo aplicação suas disposições aos pedidos reembolso apresentados até 31/12/2009. | Código do IVA e Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias - alterações |
| 31 Ago. | [Portaria n.º 972/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/08/16800/0572505725.pdf) | Regulamenta o novo regime jurídico das informações vinculativas | Informações situação tributária |
| 03 Set. | [Lei n.º 96/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17100/0586105867.pdf) | Conselhos de empresa europeus | Conselhos de empresa europeus |
| 04 Set. | [Lei n.º 98/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17200/0589405920.pdf) | Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 Fevereiro**MP** - revoga Lei 100/97, de 13 Set., DL 143/99, de 30 Abril e DL 248/99, de 2 Julho | Código Trabalho - reparação acidentes trabalho e doenças profissionais |
| 04 Set. | [Portaria n.º 985/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17200/0599105996.pdf) | Aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito**MP** - revogações: a) secções I, III e IV do capítulo II da Portaria n.º 196-A/2001, de 10 Março, com a redacção dada pelas Portarias nos 255/2002, de 12 Março, e 183/2007, de 9 Fev.; b) Portaria nº 1191/2003, de 10 Out. Altera as Portarias 196-A/2001, de 10 Março, e 1160/2000, de 7 de Dez.**MS** - alterada pelas Portarias 58/2011, de 28 jan., 95/2012, de 4 abril, e 157/2015, de 28 maio | Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE) |
| 07 Set. | [Lei n.º 100/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17300/0600006001.pdf) | Altera o Código do IRS, aprovado pelo DL 442-A/88 (30 Nov.), e o Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88 (30 Nov.), por forma a criar um regime de tributação das indemnizações por cessação de funções ou por rescisão de um contrato antes do termo auferidas por administradores, gestores e gerentes de pessoas colectivas residentes em território português. **MP** - altera o DL 442-A/88, de 30 Nov., e o DL 442-B/88, de 30 Nov. | Códigos IRS e IRC: indemnizações por cessação funções ou por rescisão de contrato |
| 10 Set. | [Lei n.º 102/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17600/0616706192.pdf) | Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho. **MP** - revogações: DL 441/91, 14 Nov., 26/94, 1 Fev. e 29/2002, 14 Fev.; Portaria 1179/95, 26 Set. **MS** - alterada pelas Leis n.os 42/2012, de 28 Agosto, e 3/2014, de 28 Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 88/2015, de 28 maio, e pelas Leis n.os 146/2015, de 9 setembro, e 28/2016, de 23 ago.; derrogada pela Lei 3/2014, de 27 jan. | Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho |
| 10 Set. | [Portaria n.º 1020/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17600/0619306196.pdf) | Cria a Linha de Apoio à Internacionalização de Patentes (LAIP). **MS** - alterada pela Portaria nº 1169/2010 | Internacionalização de Patentes |
| 11 Set. | [Dec. Rectificação 67-A/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17701/0000200008.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, do MFAP | Código do IRC - lucro tributável |
| 11 Set. | [Dec. Rectificação 67-B/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17701/0000800008.pdf) | Rectifica o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, do MFAP | Sistema Normal. Contabilística |
| 14 Set. | [Lei n.º 105/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17800/0624706254.pdf) | Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 Fev., e procede à 1ª alteração da Lei 4/2008, de 7 Fev.**MP** - revogações: a revogação do artigo 166º, dos nos 3 e 4 do artigo 167º, dos artigos 170º, 259º, 452º a 464º e 480º, do nº 3 do artigo 484º e dos artigos 490º e 491º, determinada pelo nº 6 do artigo 12º da Lei 7/2009, de 12 Fev., produz efeitos no início do primeiro ano abrangido pelo regime da informação relativa à actividade social da empresa a que se refere o artigo 32º. Altera Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 Fev.; é aditado o art. 10º-A à Lei 4/2008, de 7 Fev. | Código do Trabalho - regulamentação e alterações |
| 14 Set. | [Dec. Regulamentar 25/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17800/0627006285.pdf) | Estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e revoga o Decreto Regulamentar 2/90, de 12 Jan.**MS** - alterado pelas Leis 2/2014, de 16 jan., e 82-D/2014, de 16 jan., e pelos Decretos Regulamentares 25/2009, de 14 set., e 157/2015, de 28 maio | Regime das depreciações e amortizações para efeitos IRC |
| 15 Set. | [Portaria n.º 1046/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/17900/0645506456.pdf) | Vincula genericamente o Instituto Registos e Notariado e o Instituto Nacional Propriedade Industrial à jurisdição do Arbitrare - Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes de Domínio, Firmas e Denominações, de forma a permitir a resolução de conflitos em matérias de firmas e denominações e de propriedade industrial por meio da arbitragem | Arbitrare - Centro de Arbitragem para a Propriedade Industrial, Nomes Domínio, Firmas e Den. |
| 16 Set. | [Lei n.º 110/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18000/0649006528.pdf) | Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social**MP** - revogações: a) art. 19º do DL 513-M/79, de 26 Dez., alterado pelos DL 251/83, de 11 Junho, 81/85, de 28 Março, e 141/91, de 10 Abril; b) DL 103/80, de 9 Maio, alterado pelos DL 275/82, de 15 Julho, 194/83, de 17 Maio, e 118/84, de 9 Abril; c) DL 124/84, de 18 Abril, alterado pelos DL 201/95, de 1 Agosto, 330/98, de 2 Nov., e 14/2007, de 19 Jan.; d) art. 14º e 19º do DL 140-D/86, de 14 Junho, alterado pelos DL 295/86, de 19 Set., e 102/89, de 29 Março, pelas Leis 2/92, de 9 Março, 75/93, de 20 Dez., 39-B/94, de 27 Dez., 52-C/96, de 27 Dez., e 87-B/98, de 31 Dez., pelo DL 199/99, de 8Junho, e pela Lei 67-A/2007, de 31 Dez.; e) DL 401/86, de 2 Dez.; f) artigos 2º a 17º, 18º, nº 1, 19º a 21º, 35º a 44º e 45º, nº 1, do DL 40/89, de 1 Fev., alterado pelos DL 176/2003, de 2 Agosto, 28/2004, de 4 Fev., e 91/2009, de 9 Abril; g) artigos 1º a 8º, 10º e 12º do DL 64/89, de 25 Fev.; h) DL 102/89, de 29 Março; i) DL 300/89, de 4 Set.; j) DL 411/91, de 17 Out., alterado pelo DL 400/93, de 3 Dez.; l) DL 327/93, de 25 Set., alterado pelos DL 103/94, de 20 Abril, e 571/99, de 24 Dez.; m) DL 328/93, de 25 Set., alterado pelos DL 240/96, de 14 Dez., 397/99, de 13 Out., 159/2001, de 18 Maio, e 119/2005, de 22 Julho; n) artigos 7º, 9º, 10º, 11º e 12º do DL 89/95, de 6 Maio, alterado pelo DL 34/96, de 18 Abril; o) DL 199/99, de 8 Junho, alterado pelo artigo 36º da Lei 3-B/2000, de 4 Abril; p) DL 200/99, de 8 Junho; q) DL 464/99, de 5 Nov.; r) DL 40/2001, de 9 Fev.; s) DL 106/2001, de 6 Abril; t) DL 8-B/2002, de 15 Jan., alterado pelos DL 111/2005, de 8 Julho, e 125/2006, de 29 Junho, pela Lei 40/2007, de 24 Agosto, e pelos DL 73/2008, de 16 Abril, e 122/2009, de 21 Maio; u) DL 87/2004, de 17 Abril, e o DL 261/91, de 25 Julho, alterado pelas Leis 118/99, de 11 Agosto, e 99/2003, de 27 Agosto, e pelos DL 87/2004, de 17 Abril, e 187/2007, de 10 Maio; v) DL 98/2005, de 16 Junho; x) Decreto Legislativo Regional 12/93/M, de 23 Julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional 22/98/M, de 18 Set.; z) artigos 17º, 20º, 24º, 127º, 128º e 129do Decreto 45 266, de 23 Set. 1963; aa) Decreto 420/71, de 30 Set.; bb) Dec. Regulamentar 43/82, de 22 Julho, alterado pelos Decretos Regulamentares 36/87, de 17 Junho, e 71/94, de 21 Dez.; cc) Dec. Regulamentar 5/83, de 31 Jan.; dd) Dec. Regulamentar 12/83, de 12 Fev., alterado pelo Dec. Regulamentar 53/83, de 22 Junho; ee) Dec. Regulamentar 75/86, de 30 Dez., alterado pelo Dec. Regulamentar 9/88, de 3 Março; ff) Dec. Regulamentar 14/88, de 30 Março; gg) Dec. Regulamentar 17/94, de 16 Julho, alterado pelo Dec. Regulamentar 6/97, de 10 Abril, e pelo DL 397/99, de 13 Out.; hh) Dec. Regulamentar 26/99, de 27 Out.; ii) Dec. Regional 26/79/M, de 7 Nov., alterado pelo DL 40/2001, de 9 Fev., e pelo Dec. Legislativo Reg. 20/2004/M, de 7 Agosto; jj) Dec. Legislativo Reg. 18/84/A, de 12 Maio; ll) Portaria 780/73, de 9 Nov.; mm) Portaria 456/97, de 11 Julho; nn) Portaria 989/2000, de 14 Out.; oo) Portaria 1039/2001, de 27 Agosto, alterada pela Portaria 311/2005, de 23 Março; pp) Portaria 311/2005, de 23 Março; qq) Portaria 292/2009, de 23 Março; rr) Desp. Normativo 208/83, de 22 Nov. **MS** - alterada pela Lei nº 119/2009, de 30 Dez., e pelo Decreto-Lei n.º 2/2018, de 9 jan.; parcialmente revogada pelo DL 2/2018, de 9 jan. | Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social |
| 23 Set. | [Decreto-Lei n.º 249/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18500/0677406783.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pelos art. 106º e 126º da Lei 64-A/2008, de 31 Dez., aprova o Código Fiscal do Investimento**MP** - revogações: a) artigos 1º a 3º e 8º a 13º do DL 401/99, de 14 Out.; b) DL 409/99, de 15 Out. Altera os Códigos IVA e IRS e Estatuto dos Benefícios Fiscais. **MS** - alterado e derrogado pelo Decreto-Lei 82/2013 | Código Fiscal do Investimento |
| 25 Set. | [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/18700/0692506953.pdf) | Estabelece o regime de exercício da actividade industrial na Região Autónoma da Madeira**MP** - revoga DLR 9/2004/M, de 15 Jun. e DLR 15/2006/M, de 24 Abr. | R.A. Madeira - regime de exercício da actividade industrial |
| 30 Set. | [Portaria n.º 1117/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/09/19000/0701407016.pdf) | Estabelece as áreas territoriais beneficiárias dos incentivos às regiões com problemas de interioridade. **RE** - rectificada pela Dec. Rectif. 79/2009. | Incentivos às regiões do interior |
| 02 Out. | [Decreto-Lei n.º 274/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/19200/0713107132.pdf) | Regula o procedimento de consulta de entidades, públicas e privadas, realizado pelo Governo. **MP** - revoga o DL 185/94, de 5 Jul. | Produção legislativa |
| 02 Out. | [Decreto-Lei n.º 278/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/19200/0718207277.pdf) | Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às actividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior**MP** - altera e introduz aditamento no DL 18/2009 e revoga a alínea c) do nº 2 do artigo 2º | Código dos Contratos Públicos:2ª alteração |
| 13 Out. | [Decreto-Lei n.º 295/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/19800/0755407596.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 76/2009, de 13 Ago., altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo DL 480/99, de 9 Nov.**MP** - revogações: 1 - são revogados os artigos 41º a 43º, 76º, 84º a 86º, 89º, os n.os 3, 4, 5 e 6 do artigo 90º, os artigos 91º a 95º, 97º, e o nº 2 do artigo 105º do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo DL 480/99, de 9 Nov., e alterado pelos DL 323/2001, de 17 Dez., e 38/2003, de 8 Março. 2 - com a entrada em vigor do artigo 186º-J é revogado o livro II do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo DL 480/99, de 9 Novembro. Altera e introduz aditamentos no DL 480/99, de 9 Nov., alterado pelos DL 323/2001, de 17 Dez., e 38/2003, de 8 Março. Altera as Leis 3/99, de 13 Jan., e 52/2008, de 28 Agosto. **RE** - rectificada pela Dec. Rect. 86/2009 | Código de Processo do Trabalho - alterações |
| 14 Out. | [Portaria n.º 1256/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/19900/0773107733.pdf) | Regulamenta a disponibilização de modelos de projectos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial e a Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de Dezembro**MP** - alterações: 1 - art. 2º, 8º, 10º, 14º e 15º do Regulamento do Registo Comercial, aprovado pela Portaria 657-A/2006, de 29 Junho, com as alterações introduzidas pelas Portarias 1416-A/2006, de 19 Dez., 234/2008, de 12 Março, e 4/2009, de 2 Janeiro; 2 - artigos 4º e 5º da Portaria 1416-A/2006, de 19 Dez., com a alteração introduzida pela Portaria 562/2007, de 30 Abril 3 - introduz aditamento ao Regulamento do Registo Comercial - artigo 13º-A | Modelos de projectos de fusão e de cisão e altera o Regulamento do Registo Comercial |
| 27 Out. | [Dec. Rectificação 79/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/10/20800/0804408046.pdf) | Rectifica a Portaria n.º 1117/2009, de 30 Set. (áreas territoriais beneficiárias dos incentivos às regiões com problemas de interioridade) | Interioridade |
| 23 Nov. | [Dec. Rectificação 86/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/11/22700/0845208455.pdf) | Rectifica o DL 295/2009, de 13 Out., que altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo DL 480/99, de 9 Nov. | Código de Processo do Trabalho |
| 15 Dez. | [Res. Com. Min. 115/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/12/24100/0864608646.pdf) | Estabelece as medidas que concretizam a estratégia de internacionalização da economia. **MS** - os nos 4 e 5 foram revogados pela Res. Cons. Min. 44/2011 | Internacionalização da economia |
| 29 Dez. | [Portaria n.º 1452/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/12/25000/0876308764.pdf) | Define os códigos de actividade económica (CAE) correspondentes a várias actividades | CAE |
| 30 Dez. | [Lei n.º 119/2009](http://dre.pt/pdf1sdip/2009/12/25100/0877608776.pdf) | Primeira alteração à Lei 110/2009, de 16 Set., que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social | Código Regimes Contributivos Sistema Previdencial Seg. Social |

|  |  |
| --- | --- |
| 2010 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 07 Jan. | [Portaria n.º 12/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/01/00400/0004000040.pdf) | Aprova a tabela de actividades de elevado valor acrescentado para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 72.º e no n.º 4 do artigo 81.º do Código do IRS | IRS - actividades valor acrescentado |
| 15 Jan. | [Lei n.º 1/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/01/01000/0018000180.pdf) | Procede à primeira alteração à Lei 29/2009, de 29 Junho - Regime Jurídico Processo Inventário, alterações a vários Códigos (Civil, Processo Civil, Registo Predial, Registo Civil, e ao Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, transposição Directiva 2008/52/CE | Regime Jur. Processo Inventário e alterações a vários Códigos e RNPC |
| 21 Jan. | [Portaria n.º 55/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/01/01400/0021200216.pdf) | Regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral**MP** - revoga a Portaria 46/94, alterada pela Portaria 785/2000, e Portaria 288/2009. **MS** - alterada pela Portaria nº 108-A/2011 | Relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa |
| 04 Fev. | [Aviso n.º 14/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/02/02400/0029300293.pdf) | Torna público ter, em 14 Dez. 2009, a República Portuguesa depositado junto da Organização Mundial de Propriedade Intelectual o seu instrumento de ratificação do Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor, adoptado em Genebra em 20 Dezembro 1996 | Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor |
| 01 Mar. | [Portaria n.º 126/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/03/04100/0057000575.pdf) | Estabelece as normas de funcionamento e de aplicação das medidas a disponibilizar no quadro da nova geração iniciativas sectoriais, no âmbito do Programa Qualificação-Emprego. **MP** - revoga Portaria 126/2009, de 30 Jan., com alterações introduzidas pelas Portarias 331-D/2009 e 765/2009 | Apoio ao emprego - Programa Qualificação-Emprego |
| 15 Mar. | [Lei n.º 2/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/03/05100/0080800809.pdf) | Altera o artigo 22.º do Código do IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez. | Código IVA - alteração artigo 22º |
| 29 Mar. | [Portaria n.º 183/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/03/06100/0097600980.pdf) | Cria a iniciativa Formação para Empresários e estabelece as respectivas normas de funcionamento | Formação para Empresários |
| 27 Abr. | [Lei n.º 3/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/08100/0139301394.pdf) | Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária**MP** - alterações: DL 32/2003, de 17 Fev., e artigos 299º e 326º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 Jan. | Pagamento de juros de mora pelo Estado |
| 29 Abr. | [Portaria n.º 238/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/08300/0147201476.pdf) | Estabelece o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros da medida INOV-Export e define as respectivas normas de funcionamento e acompanhamento, e aprova o Regulamento da Medida INOV-Export. **MS** - alterada pela Portaria nº 178/2011 | Medida INOV-Export (concessão apoios técnicos e financeiros) |
| 30 Abr. | [Decreto-Lei n.º 42/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/04/08400/0148901490.pdf) | Cria o Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique | Investimento em Moçambique |
| 18 Jun. | [Decreto-Lei n.º 72/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/06/11700/0214402164.pdf) | Estabelece medidas para reforçar a empregabilidade dos beneficiários de prestações de desemprego e o combate à fraude, procedendo à terceira alteração ao DL 220/2006, de 3 Nov., e à quarta alteração ao DL 124/84, de 18 Abril. **MP** - revogações: nº 2 do art. 2º, nº 2 do art. 13º, nº 3 do art. 24º, art. 25º, nº 4 do art. 44º e alínea d) do nº 1 do art. 48º do DL 220/2006, de 3 Nov., alterado pelo DL 68/2009, de 20 Março, e pela Lei 5/2010, de 5 Maio | Medidas para reforçar a empregabilidade beneficiários de prestações de desemprego |
| 08 Jul. | [Portaria n.º 474/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/07/13100/0251002511.pdf) | Estabelece o modelo de certificado de formação profissional que, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, se destina a certificar a conclusão com aproveitamento de uma acção de formação certificada não inserida no Catálogo Nacional de Qualificações | Acções formação não inseridas no Catálogo Nac. Qualificações |
| 26 Jul. | [Lei n.º 15/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/07/14300/0282302824.pdf) | Introduz um regime de tributação das mais-valias mobiliárias à taxa de 20% com regime de isenção para os pequenos investidores e altera o Código IRS e Estatuto Benefícios Fiscais. **MP** - alterações: art. 10º, 43º, 72º, 119º e 123º do Código do IRS, DL 442-A/88, de 30 Nov. Revogações: n.os 2 e 12 do artigo 10º do Código do IRS, DL 442-A/88, de 30 Nov. | Regime tributação mais-valias mobiliárias / alterações IRS e Estatuto Benefícios Fiscais |
| 05 Ago. | [Dec. Leg. Reg. 13/2010/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/15100/0323003238.pdf) | Estabelece o regime jurídico do sector empresarial da Região Autónoma da Madeira | Sector empresarial R.A. Madeira |
| 30 Ago. | [Lei n.º 25/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/08/16800/0377003782.pdf) | Estabelece as prescrições mínimas para protecção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações ópticas de fontes artificiais, transpondo a Directiva 2006/25/CE, do PE e Conselho, de 5 Abril | Segurança e saúde no trabalho: exposição a radiações ópticas |
| 30 Ago. | [Portaria n.º 815/2010](https://dre.pt/application/conteudo/343906) | Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique**MS** -alterada pelas Portarias 76-A/2014, de 24 março, e 132/2018, de 11 maio | Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique |
| 06 Set. | [Portaria n.º 851/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/17300/0393603944.pdf) | Regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no n.º 2 do art. 16.º do DL 396/2007, de 31 Dez.**MP** - revoga a Portaria 782/97, de 29 Agosto. **MS** - alterada pela Portaria 208/2013, de 26 jun. | Formação - sistema certificação entidades formadoras |
| 29 Set. | [Portaria n.º 994/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/09/19000/0433004331.pdf) | Determina a validade dos certificados de aptidão pedagógica de formador, emitidos ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 66/94, de 18 de Novembro | Certificados de aptidão de formador |
| 22 Out. | [Portaria n.º 1087/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/20600/0474604748.pdf) | Regulamenta o Registo Nacional de Turismo e define o âmbito e as suas condições de utilização | Registo Nacional de Turismo |
| 25 Out. | [Decreto n.º 14/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/20700/0477904782.pdf) | Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha Relativo ao Acesso a Informações em Matéria de Registo Civil e Comercial | Acordo ibérico acesso a informações |
| 27 Out. | [Dec. Rectificação 33/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/10/20900/0484904859.pdf) | Rectifica a Lei n.º 25/2010, de 30 Agosto (riscos para a saúde e segurança devidos à exposição a radiações ópticas de fontes artificiais) | Protecção contra riscos |
| 04 Nov. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/11/21400/0496504966.pdf) | Reconhece a importância das políticas para o desenvolvimento como instrumento essencial para a promoção dos objectivos da política externa portuguesa | Política externa - importância das políticas para o desenvolvimento |
| 10 Nov. | [Portaria n.º 1169/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/11/21800/0508405085.pdf) | 1ª alteração à Portaria 1020/2009, de 10 Set., que cria a Linha de Apoio à Internacionalização de Patentes (LAIP) e mantém para 2010 a mesma Linha | Internacionalização de Patentes |
| 14 Dez. | [Decreto-Lei n.º 131/2010](https://dre.pt/application/file/307289) | Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de actos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 Jan., e transpõe a Directiva 2007/66/CE, do PE e do Conselho, de 11 Dez., que altera as Directivas 89/665/CEE, do Conselho, de 21 Dez., e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 Fev., no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos | Código dos Contratos Públicos- alterações |
| 27 Dez. | [Decreto-Lei n.º 134/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/24900/0592705931.pdf) | Altera o Código do IVA e o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, ao abrigo da autorização legislativa constante do artigo 129.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 Abril, e transpõe o artigo 3.º da Directiva n.º 2008/8/CE, do Conselho, de 12 Fev., a Directiva n.º 2009/69/CE, do Conselho, de 25 Junho, e a Directiva n.º 2009/162/UE, do Conselho, de 22 Dez.**MP** - alterações: art. 1º, 2º, 6º, 13º, 14º, 19º, 27º e 29º do Código do IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 Dez.; art. 6º, 7º, 15º e 16º do Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias, aprovado pelo DL 290/92, de 28 Dez. Revogações: nº 4 do art. 27º do Código do IVA (DL 394-B/84, de 26 Dez.) | Código do IVA e Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias - alterações |
| 27 Dez. | [Res. C. Ministros 101-B/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/24901/0001200015.pdf) | Aprova a Iniciativa para a Competitividade e o Emprego | Competitividade e Emprego |
| 28 Dez. | [Portaria n.º 1315/2010](http://dre.pt/pdf1sdip/2010/12/25000/0594305943.pdf) | Determina quais as actividades económicas que podem ser objecto das operações de microcrédito bem como montantes máximos dos financiamentos | Microcrédito |

|  |  |
| --- | --- |
| 2011 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 03 Jan. | [Dec. Regulamentar 1-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/01/00101/0000400016.pdf) | Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela Lei 110/2009, de 16 Set.**MS** - alterado pelos Decretos Regulamentares 50/2012 e 6/2013 | Código Regimes Contributivos Sistema Previdencial Seg. Social |
| 28 Jan. | [Portaria n.º 58/2011](https://dre.pt/application/file/a/280088) | Primeira alteração à Portaria n.º 985/2009, de 4 Set., que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regula os apoios a conceder no seu âmbito | Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego |
| 15 Fev. | [Lei n.º 3/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/03200/0080900811.pdf) | Proíbe qualquer discriminação no acesso e no exercício do trabalho independente e transpõe a Directiva nº 2000/43/CE, do Conselho, de 29 Jun., a Directiva nº 2000/78/CE, do Conselho, de 27 Nov., e a Directiva n.º 2006/54/CE, do PE e do Conselho, de 5 Jul. | Trabalho independente |
| 15 Fev. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2011/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/03200/0081500818.pdf) | Define o processo de reconhecimento e acompanhamento dos projectos de interesse regional (PIR)**MP** - revoga o Dec. Regulamentar Reg. 28/2007/A, de 21 Nov. **MS** - alterado pelos Decretos Regul. Reg. 23/2014/A, de 15 dez., e 5/2015/A, de 2 março | Projectos de interesse regional |
| 28 Fev. | [Portaria n.º 92-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/02/04101/0000200015.pdf) | Define os elementos que integram o dossier fiscal, aprova novos mapas de modelo oficial e revoga a Portaria 359/2000, de 20 Junho | Dossier fiscal |
| 07 Mar. | [Decreto-Lei n.º 33/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/04600/0130901311.pdf) | Adopta medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas, passando o capital social a ser livremente definido pelos sócios**MP** - alterações e revogações parciais: alteração ao Código das Sociedades Comerciais - os artigos 26º, 199º, 201º, 202º, 203º, 205º, 219º e 238º do Código Sociedades Comerciais, aprovado pelo DL 262/86, de 2 Set., passam a ter uma nova redacção; altera o DL 111/2005, de 8 Julho; o art. 7º do DL 111/2005, de 8 Jul., alterado pelos DLs 76-A/2006, de 29 Mar., 125/2006, de 29 Jun., 318/2007, de 26 Set., 247-B/2008, de 30 Dez., e 99/2010, de 2 Set., passa a ter uma nova redacção; altera o DL 125/2006, de 29 Jun.; o art. 6º do DL 125/2006, de 29 Jun., alterado pelos DLs 318/2007, de 26 Set., e 247-B/2008, de 30 Dez., passam a ter uma nova redacção; revoga os nos 2, 3 e 5 do art. 202º e nº 3 do art. 204º do Código das Sociedades Comerciais | Medidas de simplificação dos processos de constituição das sociedades por quotas |
| 09 Mar. | [Decreto-Lei n.º 36-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/04801/0000200011.pdf) | Aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo e transpõe a Directiva n.º 2009/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Junho, e a Directiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 de Outubro**MP** - altera artigos 7º e 8º do DL 158/2009; altera o DL 160/2009, de 13 Julho; revoga os DLs 78/89, de 3 Mar., 295/95, de 17 Nov. e 74/98, de 27 Março**MS** - alterado pelos DLs 64/2013, de 13 maio, e 98/2015, de 2 jun.; derrogado pelo DL 98/2015, de 2 jun. | Regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do sector não lucrativo |
| 14 Mar. | [Portaria n.º 103/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05100/0142001422.pdf) | Procede à revisão das categorias de bens e serviços cujos acordos quadro e procedimentos de contratação da aquisição são celebrados e conduzidos pela ANCP | Agência Nac. Compras Públicas - rev. categorias bens e serviços |
| 14 Mar. | [Portaria n.º 108-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05101/0000200002.pdf) | Primeira alteração à Portaria n.º 55/2010, de 21 Janeiro, que regula o conteúdo do relatório anual referente à informação sobre a actividade social da empresa e o prazo da sua apresentação, por parte do empregador, ao serviço com competência inspectiva do ministério responsável pela área laboral | Relatório anual informação sobre actividade social da empresa |
| 18 Mar. | [Portaria n.º 111-A/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/03/05501/0000200002.pdf) | Aplica a certificação legal das contas por revisor oficial de contas às sociedades comerciais, excepto as qualificadas como microentidades | Certificação legal de contas |
| 01 Abr. | [Decreto-Lei n.º 48/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/06500/0188201904.pdf) | Simplifica o regime de acesso e de exercício de diversas actividades económicas no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», no uso da autorização legislativa concedida pela Lei 49/2010, de 12 de Novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro**MP: -** alterações - Lei 97/88, de 17 Ago.; DL 48/96, de 15 Maio e DL 310/2002, de 18 Dez. Aditamentos: Lei 97/88, de 17 Ago. e DL 48/96, de 15 Maio.Revogações - a) alínea d) do nº 2 do art. 1º do DL 122/79, 8 Maio; b) DL 339/85, 21 Ago.; c) nº 1 do art. 5º e art. 8º do DL 48/96, 15 Maio; d) DL 462/99, 5 Nov.; e) Portaria 1024-A/99, de 19 Nov.; f) nº 2 do art. 3º do DL 309/2002, 16 Dez.; g) alínea i) do art. 1º, o nº 2 do art. 35º, os art. 37º e 41º e as alíneas j) e m) do art. 47º do DL 310/2002, 18 Dez.; h) Portaria 144/2003, 14 Fev.; i) DL 234/2007, 19 Jun.; j) art. 1º a 12º e 14º e 15º do DL 259/2007, 17 Jul.; l) Portaria 573/2007, 17 Jul. (2.ª série); m) Portaria 789/2007, de 23 Jul.; n) Portaria 790/2007, de 23 Jul.; o) Portaria 791/2007, de 23 Jul.; p) Dec. Regulamentar 20/2008, de 27 Nov. | Iniciativa «Licenciamento zero» - simplificação do regime de acesso e exercício de diversas actividades económicas |
| 08 Abr. | [Portaria n.º 148/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07000/0208402085.pdf) | Primeira alteração à Portaria 238/2010, de 29 Abril, que estabelece o regime de concessão dos apoios técnicos e financeiros da medida INOV-Export e define as respectivas normas de funcionamento e acompanhamento e aprova o Regulamento Medida INOV-Export | INOV-Export - primeira alteração à Portaria n.º 238/2010 |
| 13 Abr. | [Decreto-Lei n.º 53/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/04/07300/0226802270.pdf) | Altera o Código das Sociedades Comerciais quanto à informação exigível em caso de fusão e cisão e transpõe a Directiva n.º 2009/109/CE, do PE e do Conselho, de 16 Set., no que respeita aos requisitos em matéria de relatórios e documentação em caso de fusões ou de cisões | Código das Sociedades Comerciais - fusões e cisões |
| 24 Jun. | [Lei n.º 46/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/06/12000/0374403750.pdf) | Cria o tribunal de competência especializada para propriedade intelectual e o tribunal de competência especializada para a concorrência, regulação e supervisão e procede à 15.ª alteração à Lei n.º 3/99, de 13 Jan., que aprova a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, à 4.ª alteração à Lei n.º 18/2003, de 11 Jun., que aprova o Regime Jurídico da Concorrência, à 5.ª alteração à Lei n.º 5/2004, de 10 Fev., que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas, à 2.ª alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 Junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, à 7.ª alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 Ago., que aprova a Lei de Organização e Financiamento dos Tribunais Judiciais, à 1.ª alteração à Lei n.º 99/2009, de 4 Set., que aprova o regime quadro das ordenações do sector das comunicações, à 23.ª alteração ao DL 298/92, de 31 Dez., que aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à 15.ª alteração ao DL 94-B/98, de 17 Abril, que regula as condições de acesso e de exercício da actividade seguradora e resseguradora no território da Comunidade Europeia, ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo DL 486/99, de 13 Nov., ao Código de Propriedade Industrial, aprovado pelo DL 36/2003, de 5 Março, à 2.ª alteração ao DL 95/2006, de 29 Maio, que estabelece o regime jurídico aplicável aos contratos à distância relativos a serviços financeiros celebrados com consumidores, e à 2.ª alteração ao DL 144/2006, de 31 Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/92/CE, do PE e do Conselho, de 9 Dez.**MP** - revogações: a) nº 2 do art. 57º da Lei 3/99, de 13 Jan., nos 4 e 5 do art. 121º, nº 3 do art. 122.º e os art. 167º e 168º da Lei 52/2008, de 28 Ago.; b) alíneas f) e h) do nº 1 e a alínea a) do nº 2 do art. 89º da Lei 3/99, de 13 Jan., e alínea f) do nº 1 do art. 122º da Lei 52/2008, de 28 Ago.; c) alínea c) do nº 2 do art. 89º da Lei 3/99, de 13 Jan., e alínea b) do nº 2 do art. 121º da Lei 52/2008, de 28 Agosto | Criação tribunais competência especializada p/ propriedade intelectual e competência especializada para concorrência |
| 05 Jul. | [Portaria n.º 256/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/07/12700/0393103940.pdf) | Aprova a parte uniforme das condições gerais da apólice de seguro obrigatório de acidentes de trabalho para trabalhadores por conta de outrem, bem como as respectivas condições especiais uniformes | Seguro obrigatório de acidentes de trabalho |
| 14 Out. | [Lei n.º 53/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/10/19800/0463604638.pdf) | Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 Fev., estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação do contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho | Código do Trabalho - alterações |
| 25 Out. | [Res. Cons. Ministros 43/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/10/20500/0471404716.pdf) | Aprova os Princípios Orientadores da Recuperação Extrajudicial de Devedores | Recuperação de devedores |
| 25 Out. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/10/20500/0471604716.pdf) | Estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia.**MP** - revoga nos 4 e 5 da RCM 115/2009 e RCM 3/2010. **MS** - alterada pelas RCM 35/2012, 64/2013 e 24/2016; derrogada pelo RCM 24/2016 | Diplomacia económica e internacionalização da economia |
| 08 Nov. | [Portaria n.º 292/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/11/21400/0478804789.pdf) | Primeira alteração à Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes de tributação privilegiada claramente mais favoráveis | Fiscalidade - regimes tributação privilegiada (alteração) |
| 28 Nov. | [Lei n.º 57/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/11/22800/0508205084.pdf) | Institui e regula o funcionamento do Sistema Informação da Organização do Estado (SIOE)**MP** - revoga: a) art. 49º da Lei 3/2004, de 15 Jan., alterada pela Lei 51/2005, de 30 Ago., pelos DLs 200/2006, de 25 Out., e 105/2007, de 3 Abril, pela Lei 64-A/2008, de 31 Dez., e pelo DL 40/2011, de 22 Março; b) art. 29º da Lei 4/2004, de 15 Jan., alterada pela Lei 51/2005, de 30 Ago., pelos DLs 200/2006, de 25 Out., e 105/2007, de 3 Abril, e pela Lei 64-A/2008, de 31 Dez; c) Lei 20/2011, de 20 Maio | Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE) |
| 14 Dez. | [Lei n.º 63/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/23800/0527605289.pdf) | Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária. **MP** - altera art. 812º-D, 815º, 1094º e 1527º do Código Proc. Civil | Lei da Arbitragem Voluntária |
| 16 Dez. | [Res. Cons. Min. 54/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24000/0531505316.pdf) | Aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação | Empreendedorismo e a Inovação |
| 16 Dez. | [Res. Cons. Min. 56/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24000/0531605318.pdf) | Aprova a iniciativa «Portugal Sou Eu» | Iniciativa «Portugal Sou Eu» |
| 21 Dez. | [Dec. Rectificação 35/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24300/0535105354.pdf) | Rectifica a Resolução Cons. Ministros 54/2011, de 16 Dez., que aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação | Empreendedorismo e inovação |
| 26 Dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 20/2011/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24600/0540905410.pdf) | Define as taxas do IRS e do IRC. **MP** - alterações: é aditado um artigo ao DLR 3/2001/M, de 22 Fev., com as alterações introduzidas pelos DLRs 34/2009/M, de 31 Dez., 14/2001/M, de 5 Agosto e 2/2011/M, de 10 Jan. | R.A. Madeira - taxas IRS e IRC |
| 29 Dez. | [Decreto-Lei n.º 121/2011](http://dre.pt/pdf1sdip/2011/12/24900/0546605474.pdf) | Aprova a Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros. **MP** - revoga DL 204/2006, de 27 Out., com excepção do disposto no seu art. 24.º, que se mantém em vigor, em tudo o que não for contrariado pelo presente diploma, até à revisão do Estatuto da Carreira Diplomática. | Lei Orgânica do Min. Neg. Est. |

|  |  |
| --- | --- |
| 2012 | **>> a partir deste ano, o DRE passou a ser redigido ao abrigo do acordo ortográfico de 1990, cuja vigência iniciou em 2009** |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 17 jan. | [Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/01/01200/0024100251.pdf) | Estabelece as normas para o exercício da atividade industrial na Região Autónoma Açores**MP** - revoga DLR 1/84/A, DLR 14/88/A, DRR 35/83/A e DRR 21/86/A | Normas para o exercício da atividade industrial nos Açores |
| 03 fev. | [Resolução Conselho de Ministros n.º 11/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/02500/0057200573.pdf) | Cria o Programa Revitalizar, uma iniciativa do Governo com vista à otimização do enquadramento legal, tributário e financeiro, em que o tecido empresarial em Portugal desenvolve a sua atividade | Programa Revitalizar |
| 06 fev. | [Decreto-Lei n.º 24/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/02600/0058000589.pdf) | Consolida as prescrições mínimas em matéria de protecção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Directiva 2009/161/UE, da Comissão, de 17 Dez. 2009**MP** - revogações.: DL 274/89, alterado pela Lei 113/99; DL 275/91, alterado pela Lei 113/99; DL 290/2001, alterado pelo DL 305/2007. | Protecção trabalhadores contra riscos para seg. e saúde devido exposição agentes químicos |
| 21 fev. | [Lei n.º 8/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/02/03700/0082600828.pdf) | Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas**MS** - derrogado pela Lei nº 22/2015, de 17 março | Pagamentos em atraso das entidades públicas - regras |
| 09 mar. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/05000/0105901061.pdf) | Aprova o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego, com o objetivo de acelerar e potenciar a contratação e a formação dos desempregados, contribuir para um acompanhamento reforçado de potenciais situações de desempregados de longa duração, alterar o sistema e a articulação das medidas ativas e passivas de emprego e imprimir uma nova dinâmica ao funcionamento dos Centros de Emprego | Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego  |
| 16 mar. | [Res. Cons. Ministros 35/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/05500/0124901249.pdf) | Altera a RCM 44/2011, de 25 outubro, que estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia | Diplomacia económica |
| 20 mar. | [Decreto-Lei n.º 67/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/05700/0127501277.pdf) | Procede à instituição do tribunal da propriedade intelectual e tribunal da concorrência, regulação e supervisão, tribunais com competência territorial de âmbito nacional para o tratamento das questões relativas à propriedade intelectual e à concorrência, regulação e supervisão**MP** - altera o DL 186-A/99, de 31 maio | Justiça - instituição do tribunal da propriedade intelectual e do tribunal da concorrência |
| 30 mar. | [Lei n.º 14-A/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/03/06502/0000400005.pdf) | Aprova alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais de Consumo e procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da R.A. Madeira**MP** - alterações: altera o Código do IVA - art. 18º do DL 394-B/84, de 26 dez.; altera o DL 347/85, de 23 ago.; o art. 1º do DL 347/85, de 23 ago., alterado pela Lei 2/92, de 9 março, pelo DL 166/94, de 9 junho, pela Lei 39-B/94, de 27 dez., pelo DL 91/96, de 12 julho, e pelas Leis 16-A/2002, de 31 maio, 39/2005, de 24 junho, 26-A/2008, de 27 junho, 12-A/2010, de 30 junho, e 55-A/2010, de 31 dez.; altera o Código dos Impostos Especiais de Consumo - artigos 78º, 95º e 105º do DL 73/2010, de 21 junho; introduz aditamento (artigo 105º-A) | R.A. Madeira - alterações ao Código do IVA e ao Código dos Impostos Especiais de Consumo |
| 04 abr. | [Portaria n.º 95/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/06800/0172501726.pdf) | Segunda alteração à Portaria 985/2009, de 4 set., que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação Próprio Emprego (PAECPE), a promover e executar pelo Instituto Emprego e Formação Profissional, e regulamenta os apoios a conceder no seu âmbito | Prog. Apoio ao Empreendimento e Criação Próprio Emprego (PAECPE) |
| 20 abr. | [Lei n.º 16/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/07900/0222302231.pdf) | Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo DL 53/2004, de 18 março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização. **MP** - revoga o nº 4 do artigo 31º e o artigo 190º deste Código, aprovado pelo DL 53/2004, de 18 março, e alterado pelos DLs 200/2004, de 18 ago., 76-A/2006, de 29 março, 282/2007, de 7 ago., 116/2008, de 4 julho, e 185/2009, de 12 agosto; altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo DL 53/2004, de 18 março | Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas - 6ª alteração |
| 20 abr. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/04/07900/0223202232.pdf) | Aprova o Relatório «Estratégia para os pagamentos em atraso há mais de 90 dias» | Relatório «Estratégia para pag. em atraso há mais de 90 dias» |
| 03 mai. | [Res. Cons. Ministros 45/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/08600/0235302354.pdf) | Define as competências, a composição e as regras de funcionamento do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação | Empreendedorismo e Inovação |
| 08 mai. | [Lei n.º 19/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/08900/0240402427.pdf) | Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis 18/2003, de 11 jun., e 39/2006, de 25 ago., e procede à 2ª alteração à Lei 2/99, de 13 Jan. **MP** - revogações: Lei 18/2003, de 11 junho, alterada pelo DL 219/2006, de 2 nov., pelo DL 18/2008, de 29 jan., e pelas Leis 52/2008, de 28 ago., e 46/2011, de 24 junho, que estabelece o Regime Jurídico da Concorrência; Lei 39/2006, de 25 ago. Altera Lei 2/99, de 13 Jan.**MS** - alterada pela Lei n.º 23/2018, de 5 junho | Novo regime jurídico da concorrência |
| 18 mai. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/05/09700/0259802599.pdf) | Lança o Programa da Indústria Responsável com vista à melhoria do ambiente de negócios, à redução de custos de contexto e à otimização do enquadramento legal e regulamentar relativo à localização, instalação e exploração da atividade industrial | Lançamento do Programa da Indústria Responsável |
| 14 jun. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/06/11401/0000200002.pdf) | Aprova o Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas - «Impulso Jovem». **MS** - alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2013 | «Impulso Jovem» |
| 21 jun. | [Decreto-Lei n.º 127/2012](https://dre.pt/application/file/a/178904) | Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista**MS** - alterado pelas Leis 64/2012, de 20 dez., e 66-B/2012, de 31 dez.; derrogado pelo Decreto-Lei 99/2015, de 2 jun. | Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso |
| 25 jun. | [Lei n.º 23/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/06/12100/0315803169.pdf) | Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 Fev.**MP** - revogações: 1 - alínea b) do nº 3 do art. 12º da Lei 7/2009, de 12 fev.; 2 - nº 4 do art. 127º, o nº 3 do art. 216º, nos 3 e 4 do art. 218º, nos 1, 2 e 6 do art. 229º, nos 2 e 3 do art. 230º, nº 4 do art. 238º, nos 3 e 4 do art. 344º, nº 6 do art. 346º, nº 2 do art. 356º, nº 3 do art. 357º, alínea c) do nº 3 do art. 358º, art. 366º-A e as alíneas d) e e) do nº 1 do art. 375º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009 e alterado pelas Leis 105/2009, de 14 set., e 53/2011, de 14 out.; 3 - art. 4º da Lei 3/2012, de 10 jan.; alterações: altera e introduz aditamento ao Código do Trabalho**MS** - alterada pela Lei 69/2013, de 30 ago. **RE** - retificada pela Dec. Retificação 38/2012 | Código do Trabalho - terceira alteração |
| 12 jul. | [Decreto-Lei n.º 149/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/13400/0363903645.pdf) | Procede à sétima alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao DL 18/2008, de 29 de Jan.**MP** - revogações: nº 3 do art. 2º, nº 3 do art. 5º, nº 4 do art. 20º, alínea f) do nº 1 e nº 7 do art. 27º, nos 7, 8, 9 e 10 do art. 42º, nº 4 do art. 58º; art. 126º, alínea j) do nº 2 do art. 146º, alínea d) do nº 2 e nº 3 do art. 370º e alínea d) do nº 2 do art. 454º do Código dos Contratos Públicos - DL 18/2008 | Código dos Contratos Públicos - sétima alteração |
| 23 jul. | [Dec. Retificação 38/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/14100/0386603866.pdf) | Retifica a Lei 23/2012, de 25 junho (terceira alteração ao Código do Trabalho | Código do Trabalho - retificação |
| 01 ago. | [Decreto-Lei n.º 169/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/14800/0396904007.pdf) | Cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema**MP** - revoga DL 152/2004, de 30 jun., DL 209/2008, de 29 out. **MS** - alterado pelo DL 24/2010, de 25 mar., e DL 72/2009, 31 mar. | Sistema Indústria Responsável (atividade industrial, instalação e exploração zonas empresariais) |
| 08 ago. | [Resolução da Assembleia da República n.º 110/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/15300/0417304179.pdf) | Aprova a Convenção n.º 173 Relativa à Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Empregador, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 79ª Sessão, realizada em Genebra em 23 de junho de 1992 | Convenção 173 relativa proteção dos créditos dos trabalhadores |
| 24 ago. | [Decreto-Lei n.º 197/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/16400/0465604666.pdf) | Introduz alterações no Código do IVA, no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias e alguma legislação complementar, transpondo o artigo 4º da Diretiva 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de fevereiro, em matéria de localização das prestações de serviços, e a Diretiva 2010/45/UE, do Conselho, de 13 de julho, em matéria de faturação, dando execução às autorizações legislativas constantes do artigo 128º da Lei nº 64-A/2011, de 30 de dezembro**MP:**Alterações - a) Código do IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 dez.; b) Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, aprovado pelo DL 290/92, de 28 dez.; c) DL 221/85, de 3 julho, alterado pelo DL 206/2006, de 26 out., e pela Lei 32-B/2002, de 30 dez.; d) Código do IRS, aprovado pelo DL 442-A/88, de 30 nov.; e) Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov.; f) DL 198/90, de 19 junho, com as alterações introduzidas pelo DL 256/2003, de 21 out., e pela Lei 60-A/2005, de 30 dez.; g) Regime especial de tributação dos bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades, aprovado em anexo ao DL 199/96, de 18 out., e alterado pela Lei 4/98, de 12 jan.; h) Regime especial de exigibilidade do IVA nas empreitadas e subempreitadas de obras públicas, aprovado em anexo ao DL 204/97, de 9 ago., e alterado pelas Leis 3-B/2000, de 4 abril, e 109-B/2001, de 27 dez., e pelo DL 21/2007, de 29 jan.; i) Regime especial aplicável ao ouro para investimento, aprovado em anexo ao DL 362/99, de 16 set., e alterado pela Lei 3-B/2000, de 4 abril; j) Regime especial exigibilidade do IVA nas entregas de bens às cooperativas agrícolas, aprovado em anexo ao DL 418/99, de 21 out.; k) DL 196/2007, de 15 maio; l) Regime especial exigibilidade do IVA dos serviços de transporte rodoviário nacional de mercadorias, aprovado em anexo à Lei 15/2009, de 1 abril.Derrogações - a) nos 13 do art. 29º e 4 do art. 46º e o art. 47º do Código IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 dez.; b) nº 6 do art. 27º do Regime IVA nas Transações Intracomunitárias, aprovado pelo DL 290/92, de 28 dez.; c) nº 2 do art. 115º do Código do IRS, aprovado pelo DL 442-A/88, de 30 nov | Código do IVA - alterações |
| 29 ago. | [Lei n.º 47/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/08/16700/0482604827.pdf) | Procede à quarta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 fev., por forma a adequá-lo à Lei 85/2009, de 27 agosto, que estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade | Código do Trabalho - alterações |
| 31 ago. | [Lei n.º 50/2012](https://dre.pt/application/file/a/174886) | Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.os 53-F/2006, de 29 dez., e 55/2011, de 15 nov.**MS** - alterada pelas Leis 53/2014, de 25 ago., 69/2015, de 16 jul., 7-A/2016, de 30 mar. e 42/2016, de 28 dez. | Regime jurídico da atividade empresarial local |
| 25 set. | [Decreto Regulamentar n.º 50/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/09/18600/0541205414.pdf) | Procede à segunda alteração ao Decreto Regulamentar 1-A/2011, de 3 jan., que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. **MP** - altera e introduz aditamento no Dec. Reg. 1-A/2011 e revoga o nº 2 do artigo 69º | Segurança Social - alterações Código Regimes Contributivos |
| 25 set. | [Decreto-Lei n.º 213/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/09/18600/0542705428.pdf) | Procede à definição do regime de celebração de acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações devidas à segurança social, autoriza o pagamento diferido de montante de contribuições a regularizar em situações não resultantes de incumprimento e prevê uma dispensa excecional do pagamento de contribuições | Regime celebração acordos de regularização voluntária de contribuições e quotizações  |
| 29 out. | [Lei n.º 55-A/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/10/20901/0000200005.pdf) | Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto do Selo e a Lei Geral Tributária. **MP** - altera os DLs 442-A/88, 442-B/88 e 398/98 e a Lei 150/99 | Fiscalidade - alterações Códigos IRS, IRC, Selo e Lei Geral Tribut. |
| 15 nov. | [Portaria n.º 370-A/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/11/22101/0000200003.pdf) | Cria a medida «Passaporte para o empreendedorismo» | Empreendedorismo |
| 06 dez. | [Portaria n.º 401/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/23600/0689006890.pdf) | Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2012 | Coeficientes de desvalorização |
| 14 dez. | [Portaria n.º 408/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/24200/0702607032.pdf) | Implementa as Medidas Passaporte Emprego Industrialização, Passaporte Emprego Inovação e Passaporte Emprego Internacionalização, e aprova o Regulamento Específico Passaportes Emprego 3i. **MS** - alterada pela Portaria 156/2013, de 18 abril | Medidas Passaporte Emprego Industrialização, Inovação etc |
| 21 dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 39/2012/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/24700/0723807239.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira as alterações ao atual Código do Trabalho**MP** - revogações: 1 - art. 4º e 5º do Dec. Leg. Regional 21/2009/M, de 4 agosto (adaptação à Região do Código do Trabalho aprovado pela Lei 7/2009 de 12 fev.); 2 - artigos 3º e 7º do Dec. Regulamentar Regional 7/2006/M, de 16 junho (regime de horários de trabalho). | Adaptação à Região Autónoma da Madeira as alterações ao atual Código do Trabalho |
| 31 dez. | [Portaria n.º 432/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25200/0732707330.pdf) | Cria a medida de Apoio à Contratação de Trabalhadores por Empresas Startups | Empresas Startups |
| 31 dez. | [Portaria n.º 432-B/2012](http://dre.pt/pdf1sdip/2012/12/25204/0030400307.pdf) | Regulamenta, no âmbito do Programa Estratégico +E +I, o Programa «Portugal Empreendedor» | Prog. «Portugal Empreendedor» |

|  |  |
| --- | --- |
| 2013 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 11 jan. | [Portaria n.º 12/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/01/00800/0016000161.pdf) | Fixa o montante da taxa de utilização do Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial | Sistema Recuperação Empresas |
| 17 jan. | [Decreto-Lei n.º 6/2013](https://dre.pt/application/file/a/256489) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 dez., aprova alterações à legislação tributária, de modo a garantir o adequado funcionamento da Unidade dos Grandes Contribuintes no âmbito da Autoridade Tributária e Aduaneira**MS** - alterado e derrogado pela Lei 114/2017, de 29 dez. | Legislação tributária - Unidade dos Grandes Contribuintes |
| 28 jan. | [Decreto-Lei n.º 14/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/01/01900/0054200548.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 64-B/2011, de 30 dez., procede à sistematização e harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal e revoga o DL 463/79, de 30 nov. **MP** - revogações: DL 463/79, de 30 nov.; Portarias 386/98, de 3 jul., 271/99, de 13 abr., 862/99, de 8 out., e 594/2003, de 21 jul. **RE** - retificado pela Dec. Retificação 7/2013, de 13 fev. | Harmonização da legislação referente ao Número de Identificação Fiscal |
| 13 fev. | [Dec. Retificação nº 7/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/03100/0078600787.pdf) | Retifica o DL 14/2013, de 28 jan. (legislação referente ao Número de Identificação Fiscal) | Número de Identificação Fiscal |
| 26 fev. | [Lei n.º 22/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/04000/0112601133.pdf) | Estabelece o estatuto do administrador judicial. **MP** - revoga a Lei 32/2004, de 22 julho, alterada pela Lei 34/2009 e pelo DL 282/2007 | Estatuto do administrador judicial |
| 27 fev. | [Portaria n.º 85/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/02/04100/0113801139.pdf) | Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 jul. (portal único da Internet dedicado aos contratos públicos) | Portal Contratos Públicos |
| 18 abr. | [Portaria n.º 156/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/04/07600/0226702275.pdf) | Primeira alteração ao Regulamento Específico Passaportes Emprego 3i, aprovado pela Portaria 408/2012, de 14 dez. | Passaportes Emprego 3i |
| 08 mai. | [Decreto-Lei n.º 58/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/08800/0273302736.pdf) | Estabelece as normas aplicáveis à classificação e contagem do prazo das operações de crédito, aos juros remuneratórios, à capitalização de juros e à mora do devedor. **MP** - revoga DL 344/78, de 17 nov., alterado pelos DLs 429/79, 83/86 e 204/87 | Operações de crédito |
| 10 mai. | [Decreto-Lei n.º 62/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/09000/0281202816.pdf) | Estabelece medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais, e transpõe a Diretiva 2011/7/UE, do PE e do Conselho, de 16 fev.2011**MP** - altera o artigo 102º do Código Comercial; revoga o DL 32/2003, de 17 fev., alterado pelo DL 107/2005, de 1 julho e pela Lei 3/2010, de 27 abril, com exceção dos artigos 6º e 8º, mantendo-se em vigor no que respeita aos contratos celebrados antes da entrada em vigor do presente diploma. As remissões legais ou contratuais para preceitos do DL 32/2003, de 17 fev., consideram-se efetuadas para as correspondentes disposições do presente diploma, relativamente aos contratos a que o mesmo é aplicável nos termos do artigo seguinte (ver diploma). | Medidas contra os atrasos no pagamento de transações comerciais (transposição da Diretiva n.º 2011/7/EU) |
| 13 mai. | [Decreto-Lei n.º 64/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/09100/0286302864.pdf) | Procede à 2ª alteração ao DL 36-A/2011, de 9 março, que aprova os regimes da normalização contabilística para microentidades e para as entidades do setor não lucrativo e transpõe a Diretiva n.º 2009/49/CE, do PE e do Conselho, de 18 junho, e a Diretiva n.º 2010/66/UE, do Conselho, de 14 out. | Contabilidade - Microentidades e entidades do setor não lucrativo |
| 30 mai. | [Decreto-Lei n.º 71/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/05/10400/0314203145.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 66-B/2012, de 31 dez., aprova o regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime de IVA de caixa), e altera o Código do IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 dez.**MP** - revogações: a) Regime Especial de Exigibilidade do IVA dos Serviços de Transporte Rodoviário Nacional de Mercadorias, aprovado pela Lei 15/2009, de 1 abr., alterada pelo DL 197/2012, de 24 ago.; b) Regime Especial Exigibilidade IVA nas Empreitadas e Subempreitadas de Obras Públicas, aprovado pelo DL 204/97, de 9 ago., alterado pelas Leis 127-B/97, de 20 dez., 3-B/2000, de 4 abril, e 109-B/2001, de 27 dez., e pelos DLs 21/2007, de 29 jan., e 197/2012, de 24 ago.; c) Regime Especial de Exigibilidade do IVA nas Entregas de Bens às Cooperativas Agrícolas, aprovado pelo DL 418/99, de 21 out., alterado pelo DL 197/2012, de 24 ago; altera o Código IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 dez.; altera o art. 63º-B da Lei Geral Tributária, aprovada pelo DL 398/98, de 17 dez.; altera o DL 198/2012, de 24 ago.; altera os art. 1.º e 3.º do DL 198/2012, de 24 ago., alterado pela Lei 66-B/2012, de 31 dez.**MS** - alterado pelas Leis n.os 83-C/2013, de 31 dez., e 82-B/2014, de 31 dez. | Regime de contabilidade de caixa em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (regime de IVA de caixa) |
| 04 jun. | [Res. Cons. Ministros 36/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/06/10700/0321603217.pdf) | Procede à 1ª alteração à RCM 51-A/2012, de 14 jun., que aprova o Plano Estratégico Iniciativas Promoção Empregabilidade Jovem - «Impulso Jovem» | «Impulso Jovem» |
| 17 jun. | [Decreto-Lei n.º 82/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/06/11400/0333503350.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 66-B/2012, de 31 dez., introduz um conjunto de medidas de incentivo ao investimento**MP** - Alterações: altera o art. 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho; altera o art. 92.º do Código do IIRC, aprovado pelo DL 442 -B/88, de 30 nov.; altera os art. 5º e 9º do Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao DL 249/2009, de 23 set., alterado pela Lei 20/2012, de 14 maio; introduz aditamento ao Código do Fiscal do Investimento (art. 26.º a 40); altera o art. 68.º da Lei Geral Tributária, aprovada pelo DL 398/98, de 17 dez.; Alterações sistemáticas: é aditada uma parte IV ao Código Fiscal do Investimento (DL 249/2009), com a designação «Outros benefícios fiscais ao investimento». Revogações: a) art. 13º da Lei 10/2009, de 10 março; b) art. 133.º da Lei 55-A/2010, de 31 dez.; c) alínea d) do n.º 2 do art. 5.º do Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao DL 249/2009, de 23 set., alterado pela Lei 20/2012, de 14 maio. | Medidas de incentivo ao investimento |
| 17 jun. | [Portaria n.º 203/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/06/11400/0335003355.pdf) | Cria a medida Vida Ativa - Emprego Qualificado | Vida Ativa - Emprego Qualificado |
| 17 jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 20/2013/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/06/11400/0336103362.pdf) | Adapta à Região Autónoma da Madeira o Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE), criado pelo Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 de agosto. **MP** - revoga o Decreto Legislativo Regional 31/2008/M, 12 ago. | Sistema Recuperação Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE) |
| 26 jun. | [Portaria n.º 208/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/06/12100/0366603680.pdf) | Primeira alteração à Portaria 851/2010, de 6 set., que regula o sistema de certificação de entidades formadoras previsto no nº 2 do artigo 16.º do DL 396/2007, de 31 dezembro. **MP** - altera Portaria 851/2010 e revoga algumas disposições | Sistema de certificação de entidades formadoras |
| 24 jul. | [Lei n.º 51/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/07/14100/0428204331.pdf) | Procede à primeira alteração à Lei 66-B/2012, de 31 dez. (Orçamento do Estado para 2013), à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, do Código dos Impostos Especiais de Consumo, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, à segunda alteração ao DL 172/94, de 25 junho, e à Lei 28/2012, de 31 julho, e à terceira alteração ao DL 113/2011, de 29 nov.**MP:**Alterações - altera a Lei 66-B/2012, de 31 dez., o Código IRS, aprovado pelo DL 442-A/88, de 30 nov., o Código IVA, aprovado pelo DL 394-B/84, de 26 dez., o Código Impostos Especiais de Consumo, aprovado pelo DL 73/2010, de 21 junho, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho, o DL 172/94, de 25 jun., alterado pelo DL 60/95, de 7 abril, a Lei 28/2012, de 31 jul., alterada pela Lei 66-B/2012, de 31 dez., e o DL 113/2011, de 29 nov., alterado pelo DL 128/2012, de 21 junho, e pela Lei 66-B/2012, de 31 dez. Revogações - nº 2 do art. 3º, nº 2 do art. 96º, e nos 2 a 4 do art. 117. da Lei 66-B/2012, 31 dez., e nº 2 do art. 8.º-A do DL 113/2011, de 29 nov., alterado pelo DL 128/2012, de 21 jun., e pela Lei 66-B/2012, de 31 dez. | Alterações Códigos IRS, IVA e Impostos Especiais de Consumo, ao Estatuto Benefícios Fiscais e outros diplomas |
| 08 ago. | [Lei n.º 55/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/15200/0477604778.pdf) | Completa a transposição da Diretiva 2003/49/CE, do Conselho, de 3 junho 2003, relativa a um regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties efetuados entre sociedades associadas de Estados membros diferentes, e altera o Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov.**MP** - revogações: 1 - art. 5º do DL 165/86, de 26 jun.. 2 - alínea g) do nº 4 e nº 6 do art. 87º e nos 1 e 2 do art. 96.º do Código IRC (DL 442-B/88) | Regime fiscal comum aplicável aos pagamentos de juros e royalties entre Estados diferentes; Código IRC |
| 26 ago. | [Portaria n.º 277/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16300/0514505145.pdf) | Fixa a taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, e revoga a Portaria n.º 597/2005, de 19 julho | Fixação de taxa supletiva de juros moratórios |
| 29 ago. | [Portaria n.º 282/2013](https://dre.pt/application/file/a/499443) | Regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis. **MP** - revogações: a) Portaria 700/2003, de 31 julho; b) Portaria 946/2003, de 6 set.; c) Portaria 331-B/2009, de 30 março. **MS** - alterada pela Portaria 233/2014, de 14 nov. | Ações executivas cíveis |
| 30 ago. | [Lei n.º 69/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16700/0525105254.pdf) | 5ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 fev., ajustando o valor da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho. **MP** - revoga o nº 4 do art. 177º do Código do Trabalho e o art. 6º e o nº 1 do art. 7º da Lei 23/2012, de 25 jun. altera Leis 7/2009 e 23/2012 | Código do Trabalho - quinta alteração |
| 30 ago. | [Lei n.º 70/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/08/16700/0525405264.pdf) | Estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho | Fundos Compensação do Trabalho |
| 16 set. | [Portaria n.º 286-A/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/09/17801/0000300005.pdf) | Cria a medida Incentivo Emprego. **MS** - alterada pela Portaria 17/2014, de 28 jan. | Medida Incentivo Emprego |
| 30 set. | [Portaria n.º 294-A/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/09/18801/0000200004.pdf) | Define os procedimentos e os elementos necessários à operacionalização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT) | Fundo Compensação do Trabalho e Fundo Garantia Comp. Trabalho |
| 03 out. | [Decreto-Lei n.º 133/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/19100/0598806002.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei 18/2013, de 18 fev., aprova o novo regime jurídico do sector público empresarial**MP** - revogações: a) DL 558/99, de 17 dez., alterado pelo DL 300/2007, de 23 ago., e pelas Leis 64-A/2009, de 31 dez., e 55-A/2010, de 31 dez.; b) Resolução do Conselho de Ministros 49/2007, de 28 março; c) Resolução do Conselho de Ministros 70/2008, de 22 abril. | Novo regime jurídico do sector público empresarial |
| 15 out. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/19900/0610006100.pdf) | Procede à segunda alteração à Resolução Conselho Ministros 44/2011, de 25 outubro, que estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia. **MP** - altera a RCM 44/2011, alterada pela RCM 35/2012, de 16 março | Diplomacia económica e internacionalização da economia |
| 15 out. | [Decreto Regulamentar n.º 6/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/10/19900/0610006101.pdf) | Procede à terceira alteração ao Decreto Regulamentar 1-A/2011, de 3 jan., que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social | Código Regimes Contributivos Sistema Previdencial Seg. Social |
| 05 nov. | [Decreto-Lei n.º 154/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/11/21400/0636106371.pdf) | Institui o sistema acompanhamento projetos investimento, e procede à criação do Conselho Interministerial para o Investimento e da Comissão Permanente de Apoio ao Investidor. **MP** - revoga os DLs 285/2007, de 17 ago.; 157/2008, de 8 ago. e 174/2008, de 26 ago., alterado pelo DL 76/2011 | Instrumentos de apoio ao investimento |
| 09 dez. | [Lei n.º 83/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/23800/0665806704.pdf) | Procede à 2ª alteração à Lei 66-B/2012, de 31 dez. (Orçamento do Estado 2013), à alteração do DL 215/89, de 1 julho (Estatuto dos Benefícios Fiscais), e à 3ª alteração ao DL 193/2005, de 7 nov. (Regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida)**MP** - além das referidas alterações, revoga algumas disposições do DL 193/2005 | OE 2013 / Estatuto Benefícios Fiscais / Regime tributação valores representativos dívida |
| 23 dez. | [Res. Cons. Ministros 91/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/24800/0686806913.pdf) | Aprova a Estratégia de Fomento Industrial para o Crescimento e o Emprego 2014-2020 | Crescimento e Emprego |
| 27 dez. | [Decreto-Lei n.º 166/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/25100/0698506990.pdf) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 31/2013, de 10 de maio, aprova o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio**MP** - revogações: a) DL 370/93, de 29 out., alterado pelo DLs 140/98, de 16 maio, e 10/2003, de 18 jan.; b) alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do DL 10/2003, de 18 jan. **MS** - alterado e derrogado pelo Decreto-Lei 220/2015, de 8 out. | Regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio |
| 27 dez. | [Portaria n.º 375/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/25100/0699106992.pdf) | Primeira alteração à Portaria 204-B/2013, de 18 jun., que cria a medida Estágios Emprego. **Vigência Condicionada** | Medida Estágios Emprego |
| 30 dez. | [Portaria n.º 376/2013](http://dre.pt/pdf1sdip/2013/12/25200/0700107002.pdf) | Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2013 | Coeficientes desvalorização |
| 31 dez. | [Lei n.º 83-C/2013](https://dre.pt/application/file/a/164366) | Orçamento do Estado para 2014 | Orçamento do Estado para 2014 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2014 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 16 jan. | [Lei n.º 2/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/01100/0025300346.pdf) | Procede à reforma da tributação das sociedades, alterando o Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov., o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 set., e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei 442-A/88, de 30 nov.**MP** - alterações, revogações e aditamentos: altera diversos artigos, revoga diversas disposições e introduz aditamentos ao Código IRC - DL 442-B/88, de 30 nov.; altera o Dec. Regulamentar 25/2009, de 14 set.; altera o art. 32º do Código do IRS - DL 442-A/88, de 30 nov.**MS** - derrogada pelo DL 162/2014, de 31 out. **RE** - retificada pela Declaração de Retificação nº 18/2014 | IRC / IRS - reforma da tributação das sociedades |
| 27 jan. | [Portaria n.º 17/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/01800/0055000551.pdf) | Primeira alteração à Portaria 286-A/2013, de 16 set., que cria a medida Incentivo Emprego. **RE** - retificada pela Declaração de Retificação nº 5/2014 | Medida Incentivo Emprego |
| 28 jan. | [Lei n.º 3/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/01900/0055400591.pdf) | Procede à 2ª alteração à Lei 102/2009, de 10 set., que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à 2ª alteração ao DL 116/97, de 12 maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 nov., relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca**MP** - para além das referidas alterações, revoga diversas disposições da Lei 102/2009. **RE** - retificada pela Dec. Retificação 20/2014 | Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho - alterações |
| 30 jan. | [Portaria n.º 20-A/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/01/02101/0000200002.pdf) | Segunda alteração à Portaria 204-B/2013, de 18 junho que cria a medida Estágios Emprego. **Vigência Condicionada** | Medida Estágios Emprego |
| 03 fev. | [Dec. Retificação 5/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/02/02300/0091000910.pdf) | Retifica a Portaria n.º 17/2014, de 27 de janeiro, que procede à primeira alteração à Portaria n.º 286-A/2013, de 16 de setembro  | Medida Incentivo Emprego |
| 07 mar. | [Res. Con. Min. 17/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/04700/0176401780.pdf) | Aprova o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020. **MP** - revoga a Resolução Cons. Ministros 196/2005, de 22 dez. | Cooperação Portuguesa |
| 13 mar. | [Dec. Retificação 18/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/05100/0185001853.pdf) | Declaração de retificação à Lei 2/2014, de 16 jan. (à reforma da tributação das sociedades) | IRC / IRS |
| 24 mar. | [Portaria n.º 76-A/2014](https://dre.pt/application/conteudo/577558) | Primeira alteração ao Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique, aprovado pela Portaria n.º 815/2010, de 30 de agosto | Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique |
| 27 mar. | [Dec. Retificação 20/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/03/06100/0218402185.pdf) | Declaração de Retificação à Lei 3/2014, de 28 jan. (2ª alteração à Lei 102/2009 - regime jurídico d | Segurança e saúde no trabalho |
| 02 abr. | [Res. Ass. República 28/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/04/06500/0227602278.pdf) | Aprova o Acordo de Cooperação Consular entre os Estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa (24/07/2008) | Acordo de Cooperação Consular |
| 10 abr. | [Dec. Leg. Reg. 2/2014/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/04/07100/0236602384.pdf) | Aprova o Plano de Desenvolvimento Económico e Social Regional para o período 2014-2020 designado «Compromisso Madeira@2020» | «Compromisso Madeira@2020» |
| 08 mai. | [Lei n.º 27/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/05/08800/0269602696.pdf) | Procede à sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro | Código Trabalho - 6ª alteração |
| 30 mai. | [Lei n.º 32/2014](http://www.dre.pt/pdf1s/2014/05/10400/0300303010.pdf) | Aprova o procedimento extrajudicial pré-executivo | Proc. extrajudicial pré-executivo |
| 27 jun. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2014/A](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/06/12200/0352503534.pdf) | Regulamenta o regime dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, suscetíveis de concessão ao abrigo do disposto no art. 9.º do DLR 2/99/A, de 20 jan., que adapta o sistema fiscal nacional à R.A. Açores. **MS** - alterado pelo Decreto Regulamentar Regional 12/2015/A, de 23 junho | R.A. Açores - regime dos benefícios fiscais |
| 21 jul. | [Decreto n.º 20/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/07/13800/0391203928.pdf) | Aprova o Acordo de Aplicação da Convenção Multilateral Ibero-Americana de Segurança Social, assinado em Madrid, em 19 março 2013 | Convenção Ibero-Americana |
| 23 jul. | [Dec. L. Reg. 5-A/2014/M](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/07/14001/0000200004.pdf) | Altera o regime jurídico da derrama regional. **MP** - atera o Decreto Legislativo Regional n.º 14/2010/M, de 5 ago. | R.A. Açores - derrama regional |
| 24 jul. | [Portaria n.º 149-B/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/07/14101/0000600015.pdf) | Segunda alteração à Portaria n.º 204-B/2013, de 18 de junho, que cria a medida Estágios Emprego. **Vigência Condicionada****MP** - altera a referida Portaria e revoga algumas das suas disposições (a alínea d) do nº 1 do art. 15º, o nº 2 do art. 22º e o art. 24º). | Medida Estágios Emprego |
| 30 jul | [Portaria n.º 150/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/07/14500/0402404027.pdf) | Cria a medida Emprego Jovem Ativo | Medida Emprego Jovem Ativo |
| 30 jul. | [Portaria n.º 151/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/07/14500/0402704031.pdf) | Cria o Programa Investe Jovem | Programa Investe Jovem |
| 18 ago. | [Decreto-Lei n.º 125/2014](https://dre.pt/application/file/a/56152880) | Aprova os estatutos da Autoridade da Concorrência, adaptando-os ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto. **RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 10/2014, de 15 set. | Estatutos da Autoridade da Concorrência |
| 25 ago. | [Lei n.º 53/2014](https://dre.pt/application/file/a/56346449) | Aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal, e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais | Fundo de Apoio Municipal e atividade empresarial local |
| 25 ago. | [Lei n.º 55/2014](http://dre.pt/pdf1sdip/2014/08/16200/0445204452.pdf) | Procede à sétima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro | Código do Trabalho |
| 26 ago. | [Lei n.º 61/2014](https://dre.pt/application/file/56358579) | Aprova o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos. **MS** - alterada pela Lei n.º 23/2016, de 19 agosto | Ativos por impostos diferidos |
| 02 set. | [Lei n.º 72/2014](https://dre.pt/application/file/56388756) | Procede à 2ª alteração à Lei n.º 68/93, de 4 set., que estabelece a Lei dos Baldios, à alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho, e à 9ª alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo DL 34/2008, de 26 fev. **RE** - retificada pela Dec. Ret. 46/2014 | Baldios / Estatuto dos Benefícios Fiscais / Custas Processuais |
| 15 set. | [Dec. Retificação 40/2014](https://dre.pt/application/file/56819287) | Retifica o Decreto-Lei n.º 125/2014, de 18 de agosto (estatutos da Autoridade da Concorrência) | Autoridade da Concorrência |
| 30 set. | [Lei n.º 75-A/2014](https://dre.pt/application/file/57701419) | Procede à 2ª alteração à Lei 83-C/2013, de 31 dez. (Orçamento do Estado para 2014), à 5ª alteração à Lei 108/91, de 17 agosto, e ao DL 413/98, de 31 dez., à 4ª alteração à Lei 28/2012, de 31 julho, e à 1ª alteração aos DLs 133/2013, de 3 out., 26-A/2014, de 17 fev., e 165-A/2013, de 23 dez., alterando ainda o Código do IVA, o Código dos Impostos Especiais de Consumo, o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Regime Geral das Infrações Tributárias**MP** - derrogações: a) nº 6 do art. 94º da Lei 83-C/2013, de 31 dez.; b) nº 7 do art. 8º do Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei 15/2001, de 5 junho; c) alíneas d) e e) do nº 2 do art. 3º do DL 453/88, de 13 dez., que revê o regime jurídico do Fundo de Regularização da Dívida Pública, alterado pelos DLs 324/90, de 19 out., 36/93, de 13 fev., 236/93, de 3 julho, e 2/95, de 14 jan., 158/96, de 3 set., e pelas Leis 127-B/97, de 20 dez., 53-A/2006, de 29 dez., e 64-A/2008, 31 dez.; d) art. 2º e 3º do DL 413/98, de 31 dez., alterado pelas Leis 32-B/2002, de 30 dez., 50/2005, de 30 ago., 53-A/2006, de 29 dez., e pelo DL 6/2013, de 17 jan.; e) nº 2 do art. 16º do Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária, aprovado em anexo ao DL 413/98, de 31 dez., alterado pelas Leis 32-B/2002, de 30 dez., 50/2005, de 30 ago., 53-A/2006, de 29 dez., e pelo DL 6/2013 | OE 2014 / Código IVA / Código Impostos Especiais Consumo / Estatuto Benefícios Fiscais e Reg. Infrações Tributárias |
| 29 out. | [Dec. Retificação 46/2014](https://dre.pt/application/file/58627909) | Retifica a Lei 72/2014, de 2 set., (Lei dos Baldios, Estatuto dos Benefícios Fiscais e Regulamento das Custas Processuais) | Baldios / Benefícios Fiscais |
| 31 out. | [Decreto-Lei n.º 162/2014](https://dre.pt/application/file/58660557) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 44/2014, de 11 de julho, aprova um novo Código Fiscal do Investimento e procede à revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento produtivo, e respetiva regulamentação**MP** - alterações: art. 92.º do Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov., e capítulo VI da parte II do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho; revogações e derrogações: a) art. 9º da Lei 2/2014, de 16 jan.; b) art. 41º e 66º-C a 66º-L do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho; c) Código Fiscal do Investimento, aprovado pelo DL 249/2009, alterado pela Lei 20/2012, de 14 maio, pelo DL 82/2013, de 17 junho, e pela Lei 83-C/2013, de 31 dez.**MS** - alterado pelas Leis 7-A/2016, de 30 março, 42/2016, de 28 dez., 114/2014, de 29 dez., e 71/2018, de 31 dez.; derrogado pelas Leis 114/2017, de 29 dez., e 71/2018, de 31 dez.**RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 49/2014, de 1 dez. | Aprovação de um novo Código Fiscal do Investimento e revisão regimes benefícios fiscais ao investimento produtivo |
| 01 dez. | [Dec. Retificação 49/2014](https://dre.pt/application/file/59231665) | Retifica o DL 162/2014, de 31 out., (novo Código Fiscal do Investimento e revisão dos regimes de benefícios fiscais ao investimento) | Código Fiscal do Investimento |
| 15 dez. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2014/A](https://dre.pt/application/file/64797506) | Primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2011/A, de 15 de fevereiro, que define o processo de reconhecimento e acompanhamento dos projetos de interesse regional (PIR) | R.A. Açores - projetos de interesse regional (PIR) |
| 24 dez. | [Portaria n.º 273/2014](https://dre.pt/application/file/65985918) | Define os elementos que devem instruir o pedido de autorização previsto no n.º 12 do artigo 52.º do Código do IRC | Código do IRC - prejuízos fiscais |
| 26 dez. | [Portaria n.º 275/2014](https://dre.pt/application/file/65990836) | Estabelece os critérios e procedimentos de controlo a adotar na transmissão de benefícios fiscais e do direito à dedução dos gastos de financiamento líquidos, no âmbito de operações de cisão ou de entrada de ativos e estabelece os elementos que devem constar do requerimento, a apresentar junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) | Operações de cisão e entrada de ativos - transmissão benefícios fiscais e dedução de gastos |
| 30 dez. | [Portaria n.º 279/2014](https://dre.pt/application/file/66005956) | Fixa a taxa de juro a que se refere a alínea m) do n.º 1 do artigo 23.º-A do Código do IRC | Suprimentos e empréstimos sócios |
| 30 dez. | [Portaria n.º 281/2014](https://dre.pt/application/file/66005958) | Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2014 | Coeficientes desvalorização moeda |
| 31 dez. | [Decreto-Lei n.º 191/2014](https://dre.pt/application/file/66014809) | Estabelece um regime especial de contratação de apoios e incentivos exclusivamente aplicável a grandes projetos de investimento enquadráveis no âmbito das atribuições da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E. **MP** - revoga o Decreto-Lei 203/2003, de 10 set. | AICEP - apoios e incentivos para grandes projetos investimento |
| 31 dez. | [Lei n.º 82-B/2014](https://dre.pt/application/file/a/66015866) | Orçamento do Estado para 2015**MP - Alterações:**1 - Código IRC - altera o art. 87.º deste Código, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 novembro, e republicado pela Lei 2/2014, de 16 jan.2 - DL 492/88, de 30 dez. - introduz aditamento a este diploma, que disciplina a cobrança e reembolsos do IRS e do IRC, alterado pelos DLs 172-A/90, de 31 maio, 160/2003, de 19 julho, 124/2005, de 3 agosto, e 150/2006, de 2 agosto, e pela Lei 83-C/2013, de 31 dez.3 - Código do IVA - altera os artigos 18.º, 29.º, 34.º, 78.º, 78.º-A, 78.º-B, 78.º-C, 78.º-D e 94.º deste Código, aprovado pelo DL 394-B/84; altera também as listas I e II anexas ao Código IVA e introduz-lhe aditamentos - artigos 59.º-A, 59.º-B, 59.º-C, 59.º-D e 59.º4 - Decreto-Lei n.º 198/90, de 19 de junho - altera o artigo 6.º deste diploma, que introduz alterações ao Código do IVA5 - Regime IVA de caixa - altera art. 4.º deste regime, aprovado pelo DL 71/2013, de 30 maio e alterado pela Lei 83-C/2013, de 31 dez.6 - Código do Imposto do Selo - altera os artigos 2.º, 3.º, 5.º, 8.º, 23.º, 41.º, 42.º, 44.º e 60.º deste Código, aprovado pela Lei n.º 150/997 - Estatuto dos Benefícios Fiscais - altera os art. 48.º, 62.º e 69.º do EBF, aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho e introduz aditamento8 - Lei geral tributária - introduz aditamento e altera os art. 63.º, 63.º-A, 63.º-B, 64.º e 105.º desta lei, aprovada pelo DL 398/98, de 17 dez.9 - Código de Procedimento e Processo Tributário - introduz aditamento e altera o CPPT, aprovado pelo DL 433/99, de 26 out.10 - Regime Geral das Infrações Tributárias - altera diversos os artigos deste Regime, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 junho**MP - Derrogações:** 1 - Estatuto dos Benefícios Fiscais - revoga a alínea i) do n.º 6 do artigo 62.º do EBF. 2 - Código de Procedimento e de Processo Tributário - revoga a alínea b) do n.º 2 do artigo 146.º-A e o artigo 146.º-C do CPPT. **MP - Revogações:** Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de setembro | Orçamento do Estado para 2015 |
| 31 dez. | [Lei n.º 82-C/2014](https://dre.pt/application/file/66014832) | Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov., transpondo a Diretiva 2014/86/UE, do Conselho, de 8 julho, que altera a Diretiva 2011/96/UE relativa ao regime fiscal comum aplicável às sociedades-mães e sociedades afiliadas de Estados membros diferentes e adequando o regime especial de tributação de grupos de sociedades à jurisprudência recente do Tribunal de Justiça da UE**MP** - altera o DL 442-B/88, de 30 nov.; revoga o nº 4 do art. 28º-C, a alínea d) do n.º 3 do art. 75.º e o n.º 7 do art. 90.º do DL 442-B/88. | Código do IRC - transposição da Diretiva n.º 2014/86/UE (regime fiscal das sociedades-mães e sociedades afiliadas) |
| 31 dez. | [Lei n.º 82-D/2014](https://dre.pt/application/file/a/66014833) | Procede à alteração das normas fiscais ambientais nos sectores da energia e emissões, transportes, água, resíduos, ordenamento do território, florestas e biodiversidade, introduzindo ainda um regime de tributação dos sacos de plástico e um regime de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, no quadro de uma reforma da fiscalidade ambiental**MP - Alterações:** 1 - Código do IRC, aprovado pelo DL 442 -B/88, de 30 nov.; 2 - Código do IVA, aprovado pelo DL 394 -B/84, de 26 dez.; 3 - Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo DL 215/89, de 1 julho; 4 - Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 setembro, que estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas; | Alteração de normas fiscais |
| 31 dez. | [Lei n.º 82-E/2014](https://dre.pt/application/file/a/66014834) | Procede a uma reforma da tributação das pessoas singulares, orientada para a família, para a simplificação e para a mobilidade social, altera o Código do IRS, o Código do Imposto do Selo (Lei 150/99), o Estatuto dos Benefícios Fiscais (DL 215/89), a lei geral tributária (DL398/98), o Código de Procedimento e de Processo Tributário (DL 433/99), o Regime Geral das Infrações Tributárias (Lei 15/2001) e o Decreto-Lei n.º 26/99, de 28 janeiro, e revoga o Decreto-Lei n.º 42/91, de 22 de janeiro. **MS** - derrogada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 março | Código do IRC; Código do Imposto do Selo; Estatuto dos Benefícios Fiscais |

|  |  |
| --- | --- |
| 2015 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 07 jan. | [Decreto-Lei n.º 4/2015](https://dre.pt/application/file/66047121) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 42/2014, de 11 de julho, aprova o novo Código do Procedimento Administrativo**MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 janeiro | Novo Código do Procedimento Administrativo |
| 26 jan. | [Decreto-Lei n.º 13/2015](https://dre.pt/application/file/66325286) | Define os objetivos e os princípios da política de emprego e regula a conceção, a execução, o acompanhamento, a avaliação e o financiamento dos respetivos programas e medidas**MP** - revogações: a) DL 206/79, de 4 julho; b) DL 225/87, de 5 junho; c) DL 51/99, de 20 fev.; d) DL 132/99, de 21 abril; e) art. 27.º e 28.º do DL 320-A/2000, de 15 dez., alterado pelos DLs 118/2004, de 21 maio, e 320/2007, de 27 set., e pelas Leis 55-A/2010, de 31 dez., e 64-B/2011, de 30 dez.; f) RCM 104/96, de 9 julho, alterada pela RCM 39/97, de 13 março; g) RCM 39/97, de 13 março; h) RCM 136/98, de 4 dez.; i) Portaria 474/87, de 5 junho; j) Portaria 475/87, de 5 junho; k) Portaria 247/95, de 29 março; l) Portaria 414/96, de 24 ago., alterada pela Portaria 196-A/2001, de 10 março; m) Portaria 348-A/98, de 18 junho; n) Portaria 763/99, de 27 ago.; o) Portaria 567/2000, de 7 ago.; p) Portaria 1212/2000, de 26 dez.; q) Despacho 87/99, de 5 jan.; r) Despacho 16758/99, de 27 ago.; s) Desp. Normativo 302/79, de 28 set.; t) Desp. Normativo 109/86, de 12 dez.; u) Desp. Normativo 47/87, de 6 maio; v) Desp. Normativo 140/93, de 6 julho | Política de emprego - definição de objetivos e princípios e regulamentação de programas e medidas |
| 02 fev. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-A/2015](https://dre.pt/application/file/66411660) | Aprova a Agenda para a Competitividade do Comércio, Serviços e Restauração 2014-2020 e cria o Conselho para o Comércio, Serviços e Restauração, estabelecendo a respetiva composição e funcionamento | Agenda para a Competitividade Comércio, Serviços e Restaur. |
| 06 fev. | [Decreto-Lei n.º 26/2015](https://dre.pt/application/file/66432651) | Promove um enquadramento mais favorável à reestruturação e revitalização de empresas, ao financiamento de longo prazo da atividade produtiva e à emissão de instrumentos híbridos de capitalização, alterando o Sistema de Recuperação de Empresas por via Extrajudicial, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas e o Código das Sociedades Comerciais**MP** - alterações: altera o DL 178/2012, de 3 agosto, o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (DL 53/2004) e o Código das Sociedades Comerciais (DL 262/86, de 2 set.); revogações: a) art. 5.º, subalínea ii) da alínea a) do n.º 1 do art. 6.º, art. 7.º e n.º 2 do art. 9.º do DL 178/2012, de 3 agosto; b) n.os 5 e 6 do art. 349.º e alínea e) do n.º 1 do art. 361.º do Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 set.) | Reestruturação e revitalização de empresas, financiamento de longo prazo e instrumentos híbridos de capitalização |
| 10 fev. | [Portaria n.º 26/2015](https://dre.pt/application/file/66457149) | Estabelece a Medida Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego e revoga a Portaria n.º 207/2012, de 6 de julho | Aceitação Ofertas de Emprego |
| 02 mar. | [Dec. Reg. Regional 5/2015/A](https://dre.pt/application/file/66639425) | 2ª alteração ao D.R. Reg. 6/2011/A, de 15 fev., que define o processo de reconhecimento e acompanhamento dos projetos de interesse regional (PIR) | Açores - projetos interesse regional |
| 10 mar. | [Decreto-Lei n.º 37/2015](https://dre.pt/application/file/66702042) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 dez., estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais. **MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 92/2011, de 27 julho | Regime de acesso e exercício de profissões e de atividades prof. |
| 17 mar. | [Lei n.º 22/2015](https://dre.pt/application/file/66773532) | 4ª alteração à Lei 8/2012, de 21 fev., que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas. **MP** - revoga o n.º 3 do art. 16.º da Lei 8/2012, de 21 fev., alterada pelas Leis 20/2012, de 14 maio, 64/2012, de 20 dez., e 66-B/2012, de 31 dez. | Pagamentos em atraso das entidades públicas |
| 20 mar. | [Portaria n.º 86/2015](https://dre.pt/application/file/66818282) | Cria a medida REATIVAR. **Vigência Condicionada** | Reintegração de desempregados |
| 27 mar. | [Portaria n.º 94/2015](https://dre.pt/application/file/66857539) | Procede à regulamentação do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo | Benefícios fiscais contratuais |
| 14 abr. | [Lei n.º 28/2015](https://dre.pt/application/file/66970828) | Consagra a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à 8ª alteração ao Código do Trabalho | Código do Trabalho - 8ª alteração |
| 21 abr. | [Decreto-Lei n.º 59/2015](https://dre.pt/application/file/67042389) | Aprova o novo regime do Fundo de Garantia Salarial, previsto no artigo 336.º do Código do Trabalho (Lei 7/2009, de 12 fev.), transpondo a Diretiva n.º 2008/94/CE, do PE e do Conselho, de 22 outubro 2008, relativa à proteção dos trabalhadores assalariados em caso de insolvência do empregador**MP** - revogações: a) art. 316.º a 326.º da Lei 35/2004, de 29 julho, alterada pela Lei 9/2006, pelo DL 164/2007 e pela Lei 59/2008; b) DL 139/2001 | Novo regime do Fundo de Garantia Salarial |
| 22 abr. | [Dec. Regulamentar 4/2015](https://dre.pt/application/file/67051499) | Procede à 4ª alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 set., que estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do IRC | Depreciações e amortizações |
| 28 mai. | [Portaria n.º 157/2015](https://dre.pt/application/file/67332702) | Aprova a medida de Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos (ATCP), no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo**MP** - revoga alínea b) do art. 2.º e art. 11.º da Portaria 985/2009, de 4 set., alterada pela Portaria 58/2011 e pela Portaria 95/2012 | Empreendedorismo - medida Apoio Técnico Criação e Consolidação Proj. |
| 02 jun. | [Decreto-Lei n.º 98/2015](https://dre.pt/application/file/67361214) | Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do P. Europeu e do Conselho, de 26 junho 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas**MP** - Alterações: a) DL 158/2009, de 13 julho, alterado pela Lei 20/2010, de 23 agosto, pelo DL 36-A/2011, de 9 março, e pelas Leis 66-B/2012, de 31 dez., e 83-C/2013, de 31 dez.; b) Código das Sociedades Comerciais; c) DL 36-A/2011, de 9 março, alterado pela Lei 66-B/2012, de 31 dez., e pelo DL 64/2013, de 13 maio. Revogações: a) Lei 20/2010, de 23 agosto; b) Lei 35/2010, de 2 set.; c) n.º 2 do art. 3.º, o n.º 2 do art. 7.º e o n.º 3 do art. 12.º e o parágrafo 3.3 do anexo I do DL 158/2009, de 13 julho, alterado pela Lei 20/2010, de 23 agosto, pelo DL 36-A/2011, de 9 março, e pelas Leis 66-B/2012, de 31 dez., e 83-C/2013, de 31 dez.; d) n.os 1 e 2 do art. 1.º e os art. 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 13.º, 16.º, 17.º, 18.º, 19.º e 20.º e os anexos I e II do DL 36-A/2011, de 9 março, alterado pela Lei 66 -B/2012, de 31 dez., e pelo DL 64/2013, de 13 maio | Sistema de Normalização Contabilística - simplificação de procedimentos |
| 02 jun. | [Decreto-Lei n.º 99/2015](https://dre.pt/application/file/67361215) | Procede à terceira alteração ao DL 127/2012, de 21 junho, que contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei 8/2012**MP** - revoga o art. 20.º do DL 127/2012, de 21 junho, alterado pelas Leis 64/2012, de 20 dez., e 66-B/2012, de 31 dez. | Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso |
| 11 jun. | [Lei n.º 53/2015](https://dre.pt/application/file/67448991) | Regime jurídico constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais | Sociedades de profissionais |
| 15 jun. | [Portaria n.º 178/2015](https://dre.pt/application/file/67477958) | Primeira alteração à Portaria n.º 1456-A/95, de 11 de dezembro, que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho | Sinalização de segurança e saúde no trabalho |
| 23 jun. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2015/A](https://dre.pt/application/file/67541963) | Primeira alteração ao Dec. Reg. Reg. 9/2014/A, de 27 junho, que regulamenta o regime dos benefícios fiscais contratuais, condicionados e temporários, suscetíveis de concessão ao abrigo do disposto no art. 9.º do Dec. Leg. Reg. 2/99/A, de 20 jan., que adapta o sistema fiscal nacional à R.A. Açores | Açores - benefícios fiscais contratuais, condicionados e temp. |
| 01 jul. | [Lei n.º 64/2015](https://dre.pt/application/file/67649186) | Aprova o novo regime especial aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015, e altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho | Zona Franca Madeira e alteração Estatuto Benefícios Fiscais |
| 16 jul. | [Lei n.º 69/2015](https://dre.pt/application/file/a/69819515) | Segunda alteração às Leis n.os 50/2012, de 31 de agosto, 73/2013, de 3 de setembro, e 75/2013, de 12 de setembro, e primeira alteração à Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, e ao Decreto-Lei n.º 92/2014, de 20 de junho, introduzindo clarificações nos respetivos regimes | Atividade empresarial local e participações locais |
| 21 jul. | [Res. Cons. Ministros 51/2015](https://dre.pt/application/file/69848107) | Aprova o novo Programa Nacional de Turismo de Natureza. **MP** - revoga a Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/98, de 25 de agosto | Programa Nac. Turismo de Natureza |
| 03 ago. | [Portaria n.º 229/2015](https://dre.pt/application/file/69927814) | Cria a medida Cheque-Formação | Medida Cheque-Formação |
| 17 ago. | [Lei n.º 96/2015](https://dre.pt/application/file/70017225) | Regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o art. 29.º da Diretiva 2014/23/UE, o art. 22.º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o art. 40.º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do PE e do Conselho, de 26 fev. 2014, revogando o DL 143-A/2008**MP** - revogações: a) DL 143-A/2008, de 25 julho; b) Portaria 701-G/2008, de 29 julho | Plataformas eletrónicas de contratação pública |
| 20 ago. | [Lei n.º 101/2015](https://dre.pt/application/file/70062583) | Primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Economistas, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais. **MP** - revoga os artigos 2.º a 4.º do Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de junho | Estatuto da Ordem dos Economistas |
| 24 ago. | [Lei n.º 102/2015](https://dre.pt/application/file/70084426) | Regime jurídico do financiamento colaborativo (“crowd funding”). **MS** - alterada pela Lei n.º 3/2018, de 9 fev. | Financiamento colaborativo |
| 31 ago. | [Lei n.º 119/2015](https://dre.pt/application/file/70139874) | Aprova o Código Cooperativo e revoga a Lei 51/96, de 7 set. **MP** - revoga o Código Cooperativo, aprovado pela Lei 51/96, de 7 set., alterada pelos DLs 343/98, de 6 nov., 131/99, de 21 abril, 108/2001, de 6 abril, 204/2004, de 19 agosto, 76-A/2006, de 29 março e 282/2009, de 7 out.; bem como toda a legislação vigente que contrarie o disposto na presente lei. **MS** - alterada e derrogada pela Lei 66/2017, de 9 agosto | Código Cooperativo |
| 01 set. | [Lei n.º 120/2015](https://dre.pt/application/file/70144395) | Procede à nona alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 fev., reforçando os direitos de maternidade e paternidade, à terceira alteração ao DL 91/2009, de 9 abril, e à segunda alteração ao DL 89/2009, de 9 abril | Código do Trabalho - nona alteração |
| 18 set. | [Res. Cons. Ministros 77/2015](https://dre.pt/application/file/70334184) | Aprova a Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020 | Segurança e Saúde no Trabalho |
| 21 set. | [Portaria n.º 297/2015](https://dre.pt/application/file/70344876) | Procede à regulamentação do regime fiscal de apoio ao investimento (RFAI) e do regime da dedução por lucros retidos e reinvestidos (DLRR) | Fiscalidade - apoio ao investimento |
| 25 set. | [Portaria n.º 308/2015](https://dre.pt/application/file/70386225) | Cria o Programa Empreende Já - Rede de Perceção e Gestão de Negócios e revoga a Portaria 427/2012, de 31 dez. | Programa Empreende Já |
| 02 out. | [Decreto-Lei nº 214-G/2015](https://dre.pt/application/file/70441118) | No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 100/2015, de 19 de agosto, revê o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente**MP:**Alterações - este DL procede: a) à 4ª alteração ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei 15/2002, de 22 fev., alterada pelas Leis 4-A/2003, de 19 fev., 59/2008, de 11 set., e 63/2011, de 14 dez.; b) à 11ª alteração ao Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei 13/2002, de 19 fev.; c) à 7ª alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 jan.; d) à 14ª alteração ao DL 555/99, de 16 dez.; e) à 1ª alteração à Lei 83/95, de 31 agosto; f) à 2ª alteração à Lei 27/96, de 1 ago., alterada pela Lei Orgânica nº 1/2011, de 30 nov.; g) à 1ª alteração à Lei 19/2006, de 12 junho.Revogações - são revogados: a) os n.os 2 e 3 do art. 16.º da Lei 83/95, de 31 ago.; b) os n.os 2 a 8 do art. 15.º da Lei 27/96, de 1 ago., alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 nov.; c) os n.os 2 e 3 do art. 40.º, os n.os 2 a 4 do art. 48.º e os art. 60.º e 73.º do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, aprovado pela Lei 13/2002, de 19 fev.; d) diversos artigos do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, aprovado pela Lei n.º 15/2002, de 22 fev., alterada pelas Leis 4-A/2003, de 19 fev., 59/2008, de 11 set., e 63/2011, de 14 dez.; e) o n.º 3 do art. 14.º da Lei 19/2006, de 12 junho. | Revisão de códigos e regimes: Código de Processo nos Tribunais Administrativos; Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais;Código dos Contratos Públicos;Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação;Lei Participação Procedimental e de Ação Popular;Regime Jurídico da Tutela Administrativa;Lei de Acesso aos Documentos Administrativos; Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente |
| 08 out. | [Decreto-Lei n.º 220/2015](https://dre.pt/application/file/70481963) | Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 166/2013, de 27 dez., que aprova o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio**MP** - altera o DL 166/2013, de 27 dez., e revoga a alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º deste diploma | Práticas individuais restritivas do comércio |
| 09 out. | [Decreto-Lei n.º 225/2015](https://dre.pt/application/file/70497069) | Procede à criação do Fundo de Capital e Quase Capital, gerido pela IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A., e vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos financeiros de capitalização de empresas com recurso a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento | IFD - criação Fundo de Capital e Quase Capital |
| 09 out. | [Decreto-Lei n.º 226/2015](https://dre.pt/application/file/70497070) | Procede à criação do Fundo de Dívida e Garantias, gerido pela IFD - Instituição Financeira de Desenvolvimento, S. A., e vocacionado para a criação ou reforço de instrumentos financeiros de capitalização de empresas com recurso a financiamento de fundos europeus estruturais e de investimento | IFD - criação do Fundo de Dívida e Garantias |
| 06 nov. | [Portaria n.º 400/2015](https://dre.pt/application/file/70933564) | Atualiza os coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis aos bens e direitos alienados durante o ano de 2015 | Coeficientes desvalorização moeda |
| 22 dez. | [Dec. Leg. Reg. n.º 14/2015/M](https://dre.pt/application/file/72934017) | Adapta à R.A. Madeira o Decreto-Lei n.º 37/2015, de 10 março, que estabelece o regime de acesso e exercício de profissões e de atividades profissionais | Profissões e atividades profissionais |
| 29 dez. | [Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A](https://dre.pt/application/file/72970600) | Aprova o regime jurídico dos contratos públicos na Região Autónoma dos Açores**MP** - Revogações: a) Dec. Reg. Reg. 11/77/A, de 16 abril, que adota medidas definidoras da competência para a autorização de despesas com obras e com a aquisição de bens e serviços; b) Dec. Reg. Reg. 8/88/A, de 28 março, que regulamenta os concursos públicos de empreitadas de obras públicas e de aquisição de bens e serviços; c) Dec. Reg. Reg. 19/89/A, de 22 maio, que estabelece regulamentação da realização e dispensa de concursos públicos e limitados, bem como as condições da celebração de contrato escrito; d) Dec. Reg. Reg. 34/2008/A, de 28 julho, alterado pelo Dec. Reg. Reg.15/2009/A, de 6 agosto, que aprova as regras especiais da contratação pública na R.A. Açores; e) Dec. Reg. Reg. 14/2009/A, de 29 julho, que aprova o regime excecional de liberação da caução nos contratos de obras públicas; f) Artigos 24.º do Dec. Reg. Reg. 3/2012/A, de 13 jan., 25.º do Dec. Reg. Reg.2/2014/A, de 29 jan., e 24.º do Dec. Reg. Reg. 1/2015/A, de 7 janeiro. **MS** - alterado pelo DLR 3/2017/A, de 13 abril | R.A. Açores - regime jurídico dos contratos públicos |

|  |  |
| --- | --- |
| 2016 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 29 fev. | [Lei n.º 5/2016](https://dre.pt/application/file/a/73737990) | Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro, transpondo a Diretiva 2015/121/UE, do Conselho, de 27 de janeiro de 2015 | Código do IRC |
| 09 mar. | [Decreto-Lei n.º 16/2016](https://dre.pt/application/file/73814887) | Cria o Fundo Azul | Fundo Azul (economia do mar) |
| 22 mar. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2016/M](https://dre.pt/application/file/a/73934992) | Terceira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M, de 5 de setembro, que aprova o Regulamento das Atividades Industriais, Comerciais e de Serviços Integradas no Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira | Zona Franca da Madeira |
| 30 mar. | [Lei n.º 7-A/2016](https://dre.pt/application/file/73966319) | Orçamento do Estado para 2016**MP** - nota: nesta lista figuram apenas as modificações introduzidas por esta Lei em diplomas com interesse para as empresas do Setor**Alterações / aditamentos:**1 - Código IRC - altera diversos artigos deste Código, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov., republicado pela Lei 2/2014, de 16 jan., e alterado pelo DL 162/2014, de 31 out., e pelas Leis 82-B/2014, de 31 dez., 82-C/2014, de 31 dez., 82-D/2014, de 31 dez., e 5/2016, de 29 fev.; introduz aditamento - art. 121.º-A2 - Código do IVA - altera os artigos 9.º e 12.º deste Código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 dez.; altera a Lista I3 - Código do Imposto do Selo - altera os artigos 2.º, 4.º e 7.º deste Código, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 set.4 - Estatuto dos Benefícios Fiscais - altera os artigos 22.º-A, 24.º, 27.º, 44.º, 55.º, 66.º-A, 69.º e 71.º do EBF, aprovado pelo DL 215/895 - Lei Geral Tributária - altera os artigos 49.º, 63.º-A e 68.º-B desta Lei, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 dez.6 - Código de Procedimento e de Processo Tributário - altera diversos artigos e introduz aditamento ao CPPT, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 outubro, republicado pela Lei n.º 15/2001, de 5 junho, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 dezembro7 - Regime Geral das Infrações Tributárias - altera o artigo 117.º do RGIT, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 junho8 - Decreto-Lei n.º 492/88, de 30 dezembro - altera o artigo 34.º-A deste diploma, que disciplina a cobrança e reembolsos do IRS e IRC9 - Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais - altera o artigo 62.º deste Regime, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 agosto, alterada pelas Leis n.os 53/2014, de 25 agosto, e 69/2015, de 16 jul.10 - Código Fiscal do Investimento - adita o artigo 23.º-A a este Código, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 out.**Derrogações:** 1 - alínea b) do n.º 2 do art. 7.º da Lei 30-G/2000, de 29 dez.; 2 - verba 1.1 da lista II, anexa ao Código IVA; 3 - art. 48.º e 49.º do Estatuto Benefícios Fiscais; 4 - n.º 2 do art. 78.º da Lei G. Tributária; 5 - n. os 4 e 5 do art. 73.º do CPPT; 6 - art. 12.º da Lei 82-E/2014, de 31 dez. | Orçamento do Estado para 2016 |
| 13 abr. | [Decreto-Lei n.º 18/2016](https://dre.pt/application/file/74126051) | Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2016 (inclui disposições sobre contratação pública)**MP** - altera o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio | OE 2016 - normas de execução sobre contratação pública |
| 01 abr. | [Lei n.º 8/2016](https://dre.pt/application/file/74018009) | Procede à décima alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, restabelecendo feriados nacionais | Código do Trabalho - 10ª alter. |
| 27 abr. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2016](https://dre.pt/application/file/74284696) | Procede à 3ª alteração à RCM 44/2011, de 25 out., que estabelece a coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia. **MP** - Altera os n.os 2 a 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2011, de 25 out., alterada pelas Resoluções do Conselho de Ministros n.os 35/2012, de 16 mar., e 64/2013, de 15 out.; Revoga os n.os 8 a 13 da Resolução Conselho Ministros 44/2011, de 25 out. | Coordenação estratégica para a diplomacia económica e a internacionalização da economia |
| 28 jun. | [Decreto Legislativo Regional n.º 24/2016/M](https://dre.pt/application/file/74811835) | Cria o Código Fiscal do Investimento na Região Autónoma da Madeira**MP** - revoga o Dec. Leg. Reg. 18/99/M, de 28 jun., com as alterações introduzidas pelo DLR 17/2006/M, de 23 maio, e o D.L. Reg. 2/2009/M, de 22 jan. | Código Fiscal do Investimento na Região Autónoma da Madeira |
| 01 jul. | [Decreto-Lei n.º 36/2016](https://dre.pt/application/file/74842317) | No uso da autorização legislativa concedida pelos art. 179.º, 181.º e 182.º da Lei 7-A/2016, de 30 março, altera o Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 out., o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 dez., e o Regulamento das Custas dos Processos Tributários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 29/98, de 11 fevereiro**MP** - alterações: ver sumário; revoga alínea b) do nº 2 do art. 14.º do Reg. Custas Processos Tributários, aprovado pelo DL 29/98 | Cód. Procedimento e Processo Tributário / Inspeção Tributária e Aduaneira / Reg. Custas dos Processos Tributários |
| 04 jul. | [Res. Assembleia Legislativa R. A. Madeira n.º 31/2016/M](https://dre.pt/application/file/74860947) | Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que altera o DL 215/89, de 1 julho, que aprova o Estatuto dos Benefícios Fiscais**MP** - altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais (DL 215/89, de 1 julho) e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (DL 287/2003, de 12 nov.) | Região Autónoma da Madeira - Estatuto dos Benefícios Fiscais |
| 29 jul. | [Res. Cons. Ministros 38/2016](https://dre.pt/application/file/75058315) | Aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 | Compras Públicas Ecológicas 2020 |
| 01 ago. | [Decreto-Lei n.º 41/2016](https://dre.pt/application/file/75058348) | No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 131.º, pelos n.os 3 e 4 do artigo 140.º e pelos artigos 148.º a 150.º, 156.º, 166.º e 169.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, o Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias, o Decreto-Lei n.º 185/86, de 14 de julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e o Código do Imposto Único de Circulação**MP - Alterações:** a) Código do Imposto do Selo (Lei 150/99); b) Código do Imposto Único de Circulação (Lei 22-A/2007); c) Código do IVA (DL 394-B/84); d) DL 185/86, de 14 julho, alterado pelos DLs 82/94, 323/98, 164/2000 e 296/2001 e pela Lei 107-B/2003; e) Código do IRS (DL 442-A/88); f) Código do IRC (DL 442 -B/88); g) Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (DL 290/92); h) Código do IMI (DL 287/2003)**Revogações:** revoga o n.º 2 do art. 31º do Código do IVA. **MS** - alterado pela Lei n.º 40/2016, de 19 dezembro | Alteração Códigos IRS, IRC, IVA, Regime IVA Transações Intracomunitárias, Imposto Selo, IMI e Imposto Circulação |
| 18 ago. | [Res. Cons. Ministros 42/2016](https://dre.pt/application/file/75150171) | Aprova o Programa Capitalizar (apoio à capitalização das empresas, à retoma do investimento e ao relançamento da economia) | Programa Capitalizar |
| 19 ago. | [Lei n.º 23/2016](https://dre.pt/application/file/75171183) | Primeira alteração ao regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos, aprovado em anexo à Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto**RE** - retificada pela Declaração de Retificação nº 16/2016, de 8 set. | Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos |
| 22 ago. | [Lei n.º 26/2016](https://dre.pt/application/file/75180115) | Aprova o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do PE e do Conselho, de 28 jan., e a Diretiva 2003/98/CE, do PE e do Conselho, de 17 de novembroNota: este diploma abrange os procedimentos de contratação pública, incluindo os contratos celebrados (artigo 3º).**MP - Alterações:** altera o art. 3.º do Regulamento Orgânico da CADA (Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos) aprovado em anexo à Lei n.º 10/2012, de 29 fev.; altera o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 jan. (estabelece o regime geral dos arquivos e do património arquivístico); altera o art. 3.º da Lei n.º 12/2005, de 26 jan. (informação genética pessoal e informação de saúde).**MP - Revogações:** a) Lei n.º 19/2006, de 12 junho, alterada pelo DL 214-G/2015; b) Lei n.º 46/2007, de 24 agosto, alterada pelo DL 214-G/2015 | Regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos |
| 22 ago. | [Decreto-Lei n.º 47/2016](https://dre.pt/application/file/75180120) | No uso da autorização concedida pelos n.os 1 e 2 do artigo 140.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, altera o regime de isenção parcial para os rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial previsto no artigo 50.º-A do Código do IRC, de modo a garantir que os benefícios fiscais atribuídos apenas abranjam rendimentos relativos a atividades de investigação e desenvolvimento do próprio sujeito passivo beneficiário**MP** - altera o Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 nov., e revoga a alínea a) do n.º 3 do artigo 50.º-A | Regime de isenção parcial para os rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial |
| 23 ago. | [Lei n.º 28/2016](https://dre.pt/application/file/75171218) | Combate as formas modernas de trabalho forçado, procedendo à 11ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 fev., à 5ª alteração ao regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, aprovado pela Lei 102/2009, de 10 set., e à 3ª alteração ao regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário, aprovado pelo DL 260/2009, de 25 set. | Código do Trabalho - 11ª alteração (combate às formas modernas de trabalho forçado) |
| 08 set. | [Dec. Retificação n.º 16/2016](https://dre.pt/application/file/75287710) | Declaração de retificação à Lei n.º 23/2016, de 19 de agosto (regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos) | Ativos por impostos diferidos |
| 04 out. | [Portaria n.º 259/2016](https://dre.pt/application/file/75461804) | Portaria que regulamenta os procedimentos do REAID. A presente portaria regulamenta os procedimentos para a aplicação do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos que tenham resultado da não dedução de gastos e variações patrimoniais negativas com perdas por imparidade em créditos e com benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (REAID), aprovado pela Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto, nomeadamente no que respeita ao controlo e utilização do crédito tributário. | Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos (REAID) - regulamentação de procedimentos |
| 17 out. | [Dec. Leg. Reg. n.º 21/2016/A](https://dre.pt/application/file/75542043) | Cria a derrama regional a vigorar na Região Autónoma dos Açores e aprova o respetivo regime jurídico | Derrama regional na R.A. Açores |
| 03 nov. | [Decreto-Lei n.º 66/2016](https://dre.pt/application/file/75639946) | Estabelece um regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 141.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março | Reavaliação ativo fixo tangível e propriedades de investimento |
| 03 nov. | [Decreto-Lei n.º 67/2016](https://dre.pt/application/file/75639947) | Aprova o programa especial de redução do endividamento ao Estado | Redução endividamento ao Estado |
| 10 nov. | [Decreto n.º 4/2016](https://dre.pt/application/file/75708443) | Aprova o Acordo Cooperação Económica entre a República Portuguesa e a República da Tunísia (assinado em Tunes, março 2010) | Acordo entre Portugal e Tunísia |
| 18 nov. | [Portaria n.º 293-A/2016](https://dre.pt/application/file/75774050) | Estabelece as condições e procedimentos para a aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos. **MS** - alterada pela Portaria 272/2017, de 13 set. | Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos |
| 23 nov. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2016/M](https://dre.pt/application/file/75791477) | Quarta alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 21/87/M, de 5 de setembro, que aprovou o Regulamento das Atividades Industriais, Comerciais e de Serviços Integradas no Âmbito Institucional da Zona Franca da Madeira | Zona Franca Madeira: Regul. Atividades Ind., Com. e Serviços |
| 24 nov. | [Res. Cons. Ministros 72/2016](https://dre.pt/application/file/75790821) | Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial | Programa Nac. Coesão Territorial |
| 14 dez. | [Portaria n.º 316/2016](https://dre.pt/application/file/a/105367261) | Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda aplicáveis aos bens e direitos alienados durante o ano de 2016 | Coeficientes desvalorização moeda |
| 19 dez. | [Lei n.º 40/2016](https://dre.pt/application/file/a/105387030) | Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao DL 41/2016, de 1 ago., que altera o Código do IRS, o Código do IRC, o Código do IVA, o Regime IVA nas Transações Intracomunitárias, o DL 185/86, de 14 julho, o Código do Imposto do Selo, o Código do IMI e o Código do Imposto Único de Circulação | Códigos IRS, IRC e IVA, DL 185/86, Cód. Imposto Selo, IMI e Circulação |
| 21 dez. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 84/2016](https://dre.pt/application/file/a/105583448) | Aprova o CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa, enquanto instrumento fundamental da passagem de conhecimento das instituições de ensino superior para as empresas | CITec - Programa Capacitar a Indústria Portuguesa |
| 23 dez. | [Res. Assembleia Legislativa R.A. Madeira n.º 42/2016/M](https://dre.pt/application/file/a/105601496) | Apresenta à A.R. a proposta de Lei que procede à 13ª alteração ao Código do Trabalho e à 4ª alteração ao DL 91/2009, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade e revoga os DLs 154/88 e 105/2008 | R.A. Madeira - 13ª alteração ao Código do Trabalho |
| 28 dez. | [Lei n.º 42/2016](https://dre.pt/application/file/a/105630354) | Orçamento do Estado para 2017**MP** - nota: nesta lista figuram as modificações introduzidas por esta Lei em diplomas com interesse para as empresas do Setor1. Código do IRC: altera vários artigos deste Código, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov. e revoga o n.º 15 do artigo 52.º e o n.º 6 do artigo 71º;
2. Código do IVA: altera os artigos 9.º, 27.º e 28.º deste Código, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 dezembro;
3. Código do Imposto do Selo: altera o artigo 7.º deste Código, aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 setembro, revoga diversas disposições de 10 artigos e a verba 28 da Tabela Geral do Imposto do Selo;
4. Estatuto dos Benefícios Fiscais - altera os artigos 14.º, 17.º, 22.º, 30.º, 41.º-A, 44.º-B, 46.º e 70.º do EBF, aprovado em anexo ao DL 215/89, de 1 julho; são aditados ao EBF os art. 41.º-B, 43.º-A e 59.º-E; revoga as alíneas a) e b) do n.º 1 e o n.º 3 do art. 41.º-A e o n.º 14 do art. 66.º-A do EBF;
5. Lei Geral Tributária: altera os artigos 46.º, 52.º, 63.º-D e 68.º desta Lei, aprovada em anexo ao Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 dez.;
6. Código de Procedimento e Processo Tributário - altera os art. 59.º e 198.º deste Código (DL 433/99) e introduz-lhe um aditamento (artigo 183.º-B);
7. Regime Geral das Infrações Tributárias: altera art. 28º, 92º, 119º e 120º deste Regime, aprovado em anexo à Lei 15/2001, de 5 jun.;
8. Código Fiscal do Investimento - altera os artigos 23.º, 37.º e 40.º deste Código, aprovado pelo DL 162/2014, de 31 out., alterado pela Lei 7-A/2016;
9. Lei n.º 50/2012, de 31 agosto - altera os artigos 36.º, 56.º, 59.º e 62.º desta Lei, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local, alterada pelas Leis n.os 53/2014, de 25 agosto, 69/2015, de 16 julho, e 7-A/2016, de 30 março.
 | Orçamento do Estado para 2017 |
| 30 dez. | [Portaria n.º 344/2016](https://dre.pt/application/file/a/105658978) | Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo Azul | Recursos marítimos - Fundo Azul |

|  |  |
| --- | --- |
| 2017 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 18 jan. | [Portaria n.º 34/2017](https://dre.pt/application/file/a/105776416) | Portaria que regula a criação da medida Contrato-Emprego, que consiste na concessão, à entidade empregadora, de um apoio financeiro à celebração de contrato de trabalho com desempregado inscrito no Instituto do Emprego e Formação Profissional. **MP** - revoga a Portaria 149-A/2014, de 24 jul. | Medida Contrato-Emprego (apoio à contratação de desempregados) |
| 26 jan. | [Decreto-Lei n.º 14/2017](https://dre.pt/application/file/a/105808732) | Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento**MP** - procede à 1ª alteração ao DL 396/2007, de 31 dez., e revoga o DL 39/2006, de 20 fev. e alguns artigos, números e alíneas do DL 396/2007 | Sistema Nacional de Qualificações |
| 01 fev. | [Portaria n.º 47/2017](https://dre.pt/application/file/a/106376593) | Portaria que regula o Sistema Nacional de Créditos do Ensino e Formação Profissionais e define o modelo do «Passaporte Qualifica»**MP** - revoga a Portaria n.º 475/2010, de 8 julho | Ensino e Formação Profissionais«Passaporte Qualifica» |
| 23 fev. | [Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2017/M](https://dre.pt/application/file/a/106512103) | Determina e regulamenta os critérios e condições exigíveis para que projetos de investimento, de valor igual ou superior a 500.000 euros possam usufruir do regime de benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo | Madeira - regime de benefícios fiscais ao investimento |
| 29 mar. | [Lei n.º 10-A/2017](https://dre.pt/application/conteudo/106667554) | Reduz o pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável | Código do IRC - redução do pagamento especial por conta |
| 07 abr. | [Portaria n.º 131/2017](https://dre.pt/application/file/a/106848681) | Portaria que regula a criação da medida de Estágios Profissionais, que consiste no apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho ou à reconversão profissional de desempregados. **MP** - revoga a Portaria 204 -B/2013, de 18 jun., alterada pelas Portarias 375/2013, 20-A/2014, 149-B/2014 e 86/2015 | Medida Estágios Profissionais |
| 13 abr. | [Decreto Legislativo Regional n.º 3/2017/A](https://dre.pt/application/file/a/106882380) | Orçamento da R.A. Açores para o ano 2017. **MP** - altera os Dec. Leg. Reg. 7/2008/A, de 24 março, 20/2012/A, de 18 abril, 8/2002/A, de 10 abril (10ª alteração), 33/2004/A, de 25 ago., 27/2015/A, de 29 dez., 23/2007/A, de 23 out., 35/2002/A, de 21 nov., 8/2016/A, de 26 abril, e 17/2014/A, de 6 out. | Orçamento da R.A. Açores para 2017 |
| 03 mai. | [Lei n.º 14/2017](https://dre.pt/application/file/a/106960825) | Determina a publicação anual do valor total e destino das transferências e envio de fundos para países, territórios e regiões com regime de tributação privilegiada, alterando a lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro | Países, territórios e regiões com regime de tributação privilegiada |
| 03 mai. | [Lei n.º 15/2017](https://dre.pt/application/file/a/106960826) | Proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e o Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro**MP** - para além das alterações referidas no sumário, revoga algumas disposições do Decreto-Lei 486/99, de 13 nov., e do Decreto-Lei 262/86, de 2 set. | Emissão valores mobiliários ao portador e alterações aos Códigos Valores Mobiliários e Soc. Com. |
| 23 mai. | [Lei n.º 22/2017](https://dre.pt/application/file/a/107059794) | Altera o Código do Imposto do Selo, aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, de 11 de setembro, clarificando o titular do interesse económico nas taxas relativas a operações de pagamento baseadas em cartões | Imposto do Selo - operações de pagamento baseadas em cartões |
| 06 jun. | [D. Leg. Regional 15/2017/M](https://dre.pt/application/file/a/107477218) | Aprova o Programa de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira. **MP** - revoga os DLR 17/2002/M, de 29 ago., e 12/2007/M, de 16 abril  | Prog. Ord. Turístico da RA Madeira |
| 08 jun. | [Res. Cons. Ministros 81/2017](https://dre.pt/application/file/a/107491839) | Avalia o Programa Capitalizar e aprova medidas adicionais | Programa Capitalizar |
| 21 jun. | [Decreto-Lei n.º 72/2017](https://dre.pt/application/file/a/107542704) | Estabelece incentivos à contratação de jovens à procura do primeiro emprego e de desempregados de longa duração e de muito longa duração**MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 89/95, de 6 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 34/96, de 18 abril, e pela Lei n.º 110/2009, de 16 setembro | Contratação de jovens (1º emprego) e desempregados longa duração |
| 21 jun. | [Decreto-Lei n.º 74/2017](https://dre.pt/application/file/a/107542707) | Implementa as medidas SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on-line», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado»**MP** - altera o Regime Jurídico do Livro de Reclamações, aprovado pelo Decreto-Lei 156/2005, de 15 set., alterado pelos DLs n.os 371/2007, de 6 nov., 118/2009, de 19 maio, 317/2009, de 30 out., e 242/2012, de 7 nov., visando concretizar a medida do SIMPLEX+ 2016 «Livro de reclamações on -line» | SIMPLEX+ 2016 - «Livro de reclamações on-line» e «Livro de reclamações amarelo» |
| 30 jun. | [Decreto-Lei n.º 77/2017](https://dre.pt/application/file/a/107604778) | Cria medidas de dinamização do mercado de capitais, com vista à diversificação das fontes de financiamento das empresas**MP** - altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo (Lei n.º 16/2015, de 24 fev.), o Regime Jurídico do Papel Comercial (Decreto-Lei n.º 69/2004, de 25 março) e o Código dos Valores Mobiliários (Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 nov.). **MS** - alterado pelo Decreto-Lei 56/2018, de 9 jul. | Fontes de financiamento das empresas - mercado de capitais |
| 30 jun. | [Decreto-Lei n.º 79/2017](https://dre.pt/application/file/a/107604780) | Altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**MP** - altera o DL 262/86, de 2 set., e o DL 53/2004, de 18 março; revoga o n.º 4 do artigo 136.º, o n.º 5 do artigo 226.º e o título XIV do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado em anexo ao DL 53/2004, de 18 março. **RE** - retificado pela Dec. Retificação 21/2017, de 25 ago. | Códigos das Sociedades Comerciais e da Insolvência e Recuperação de Empresas |
| 30 jun. | [Portaria n.º 201-B/2017](https://dre.pt/application/file/a/107604804) | Programa SIMPLEX+ 2016 - Estabelecem-se os procedimentos para a compensação de créditos entre os contribuintes e o Estado | Compensação de créditos |
| 13 jul. | [Portaria n.º 208/2017](https://dre.pt/application/file/a/107688278) | Delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior | Programa Nacional para a Coesão Territorial - delimitação de áreas |
| 25 jul. | [Portaria n.º 227/2017](https://dre.pt/application/file/a/107745644) | Procede à primeira alteração ao Regulamento do Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros ao abrigo do Decreto-Lei n.º 341/2007, de 12 de outubro, aprovado pela Portaria n.º 29/2008, de 10 janeiro. **MP** - além da referida alteração, revoga os artigos 6.º e 10.º da Portaria n.º 29/2008 | Formação superior - Processo de Registo de Diplomas Estrangeiros |
| 28 jul. | [Decreto-Lei n.º 89/2017](https://dre.pt/application/file/a/107773551) | Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por grandes empresas e grupos, transpondo a Diretiva 2014/95/EU**MP** - altera o Código das Sociedades Comerciais (Decreto-Lei 262/86) e o Código dos Valores Mobiliários (Decreto-Lei 486/99) | Grandes empresas e grupos - divulgação informações não financ. |
| 03 ago. | [Resol. Assembleia Legislativa R.A. Madeira n.º 18/2017/M](https://dre.pt/application/file/a/107802146) | Apresenta à Assembleia da República a proposta de Lei que altera o Código do IRC, aprovado pelo DL 442-B/88, de 30 nov.**MP** - altera artigo 106.º do DL 442-B/88 | R.A. Madeira - proposta de Lei que altera o Código do IRC |
| 07 ago. | [Lei n.º 64/2017](https://dre.pt/application/file/a/107962183) | Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do PE e Conselho, de 26 jun. 2013**RE** - retificada pela Declaração de Retificação n.º 26/2017, de 27 set. | Proteção dos trabalhadores contra os riscos relativos à exposição a campos eletromagnéticos |
| 09 ago. | [Lei n.º 66/2017](https://dre.pt/application/file/a/107982393) | Primeira alteração à Lei n.º 119/2015, de 31 agosto, que aprova o Código Cooperativo. **MP** - além de alterar esta lei, revoga o n.º 4 do seu artigo 89.º | Código Cooperativo |
| 16 ago. | [Lei n.º 73/2017](https://dre.pt/application/file/a/108000750) | Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à 12ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei 7/2009, de 12 fev., à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo DL 480/99, de 9 novembro. **RE** - retificada pela Dec. Retificação 28/2017, de 2 out. | Código do Trabalho - 12ª alteração (prevenção da prática de assédio) |
| 21 ago. | [Portaria n.º 258/2017](https://dre.pt/application/file/a/108029684) | Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular | Inovação/Tecnol./Economia Circular |
| 22 ago. | [Lei n.º 91/2017](https://dre.pt/application/file/a/108029706) | Modifica as condições em que um país, região ou território pode ser considerado regime fiscal claramente mais favorável, alterando a Lei Geral Tributária. **MP** - altera o artigo 63.º-D da Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto -Lei n.º 398/98, de 17 dezembro. | Países, regiões ou territórios com regimes fiscais mais favoráveis |
| 25 ago. | [Dec. Retificação n.º 21/2017](https://dre.pt/application/file/a/108057376) | Retifica o Decreto-Lei n.º 79/2017, de 30 junho (Código das Sociedades Comerciais e Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas) | Retificação de códigos |
| 25 ago. | [Dec. Retificação n.º 22/2017](https://dre.pt/application/file/a/108057377) | Retifica o Decreto-Lei n.º 77/2017, de 30 junho, das Finanças, que cria medidas de dinamização do mercado de capitais | Dinamização do mercado de capitais |
| 31 ago. | [Decreto-Lei n.º 111-B/2017](https://dre.pt/application/file/a/108085917) | Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas n.os 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva n.º 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014**MP** - além de alterar e derrogar muitas disposições do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, revoga também o DL 307/94, de 21 dez., e as Portarias n.os 701-B/2008, 701-C/2008, 701-D/2008, 701-E/2008, 701-F/2008, 701-I/2008 e 701-J/2008, todas de 29 julho**MS** **-** Alterações: alterado pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 dez. Associação inversa: alterados os art. 5º, 26º e 27º e revogado o anexo VIII do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL 18/2008, de 29 jan., na versão alterada e republicada pelo presente diploma, pelo DL 33/2018, de 15 maio**RE** - retificada pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 out. | Revisão do Código dos Contratos Públicos |
| 13 set. | [Portaria n.º 272/2017](https://dre.pt/application/file/a/108139112) | Portaria que procede à primeira alteração à Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro | Ativos por impostos diferidos |
| 27 set. | [Dec. Retificação n.º 26/2017](https://dre.pt/application/file/a/108219630) | Declaração de retificação à Lei n.º 64/2017, de 7 de agosto (exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho) | Exposição campos eletromagnéticos |
| 02 out. | [Dec. Retificação n.º 28/2017](https://dre.pt/application/file/a/108241830) | Declaração de retificação à Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto (prevenção da prática de assédio - 12ª alteração ao Código do Trabalho) | Código do Trabalho - assédio |
| 06 out. | [Decreto-Lei n.º 126-C/2017](https://dre.pt/application/file/a/108269514) | Cria o Fundo de Coinvestimento 200M | Fundo de Coinvestimento 200M |
| 30 out. | [Portaria n.º 326/2017](https://dre.pt/application/file/a/114123643) | Portaria que procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante 2017, cujo valor deva ser atualizado nos termos dos art. 47.º do Código IRC e 50.º do Código IRS, para efeitos de determinação da matéria coletável dos referidos impostos | Atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda - 2017 |
| 30 out. | [Dec. Retificação 36-A/2017](https://dre.pt/application/file/a/114133073) | Retifica o Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 agosto, que procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos | Código dos Contratos Públicos |
| 06 dez. | [Res. Con. Ministros 189/2017](https://dre.pt/application/file/a/114311212) | Aprova o Programa Internacionalizar | Programa Internacionalizar |
| 11 dez. | [Res. C. Ministros 190-A/2017](https://dre.pt/application/file/a/114336872) | Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal | Economia Circular |
| 14 dez. | [Portaria n.º 371/2017](https://dre.pt/application/file/a/114352672) | Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos | CCP - modelos de anúncio |
| 14 dez. | [Portaria n.º 372/2017](https://dre.pt/application/file/a/114352674) | Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos | Código dos Contratos Públicos -doc. habilitação adjudicatário |
| 14 dez. | [Aviso n.º 143/2017](https://dre.pt/application/file/a/114352673) | Protocolo que altera a Convenção entre Portugal e a França para Evitar a Dupla Tributação e estabelecer regras de assistência administrativa recíproca em matéria de impostos sobre o rendimento (assinada em Paris - 14/01/1971), assinado em Lisboa - 25/08/2016 | Convenção entre Portugal e França para Evitar Dupla Tributação |
| 15 dez. | [Lei n.º 110/2017](https://dre.pt/application/file/a/114344886) | Cria benefícios fiscais para entidades de gestão florestal, alterando o Estatuto Benefícios Fiscais e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado**MP** - altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais (DL 215/89, de 1 jul.) e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (DL 322-A/2001, de 14 dez.) | Atribuição de benefícios fiscais a entidades de gestão florestal |
| 20 dez. | [Portaria n.º 382/2017](https://dre.pt/application/file/a/114380458) | É criado o Programa Formar+, com o objetivo de promover e apoiar as atividades formativas junto da população jovem, das entidades e dos profissionais com intervenção na área da juventude. **MP** - revoga a Portaria n.º 1229/2006, de 15 novembro. | Programa Formar+ |
| 21 dez. | [Res. A. República 274-A/2017](https://dre.pt/application/file/a/114394749) | Aprova o Acordo Económico e Comercial Global entre o Canadá, por um lado, e a U.E. e os seus Estados-Membros, por outro, assinado em Bruxelas | Acordo entre Canadá e U.E. |
| 21 dez. | [Portaria n.º 383-B/2017](https://dre.pt/application/file/a/114394754) | Portaria que aprova a lista das jurisdições participantes a que se refere o n.º 4 do artigo 2.º da Lei n.º 98/2017, de 24 de agosto | Preços de transferência |
| 28 dez. | [Decreto-Lei n.º 154/2017](https://dre.pt/application/file/a/114405421) | Altera o regime jurídico das câmaras de comércio e indústria. **MP** - altera o regime jurídico das câmaras de comércio e indústria, aprovado pelo DL 244/92, de 29 out., alterado pelo DL 81/2000; revoga alíneas b), c) e f) do n.º 1 do art. 7.º do DL 244/92, na sua redação atual, e a Portaria 1066/95 | Alteração do regime jurídico das câmaras de comércio e indústria |
| 28 dez. | [Decreto Regulamentar n.º 11/2017](https://dre.pt/application/file/a/114405422) | Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. **MP** - revoga o Decreto Regulamentar n.º 5/2016, de 18 novembro. | IRC - limites máximos das perdas por imparidade e outras correções |
| 28 dez. | [Decreto-Lei n.º 156/2017](https://dre.pt/application/file/a/114405425) | Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2018. **MP** - revoga o Decreto-Lei n.º 86-B/2016, de 29 dezembro. | Retribuição mínima mensal 2018 |
| 29 dez. | [Lei n.º 114/2017](https://dre.pt/application/file/a/114426182) | Orçamento do Estado para 2018**MP** - modificações produzidas relevantes para o setor de consultoria e projeto, nos domínios da economia, gestão de empresas e áreas afins:**Alterações:** Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei 442-B/88, o Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, o Código do Imposto do Selo, aprovado em anexo à Lei n.º 150/99, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, a lei geral tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, o Código de Procedimento e de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 out., o Regime Complementar do Procedimento de Inspeção Tributária e Aduaneira, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 413/98, de 31 dez., o Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 out., alterado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 março; o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, e o Decreto-Lei n.º 6/2013, que aprova alterações à legislação tributária**Revogações:** revoga a alínea c) do n.º 1 do artigo 90.º do Código do IRC; revoga a alínea d) do n.º 8 do artigo 27.º do Código do IVA; revoga a alínea g) do n.º 1 do artigo 2.º do Código do Imposto do Selo; revoga alguns artigos e disposições do Estatuto dos Benefícios Fiscais; revoga o n.º 8 do artigo 37.º do Código Fiscal do Investimento; revoga a alínea d) do artigo 9.º Decreto-Lei n.º 6/2013, de 17 jan. | Orçamento do Estado para 2018 |

|  |  |
| --- | --- |
| 2018 |  |

| Data | Diploma | Objeto, modificações produzidas e sofridas (MP/MS) e retificações (RE) | **Palavras-chave** |
| --- | --- | --- | --- |
| 09 jan. | [Decreto-Lei n.º 2/2018](https://dre.pt/application/file/a/114484286) | Altera o regime contributivo dos trabalhadores independentes**MP** - Alteração ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - altera diversos artigos da Lei n.º 110/2009, de 16 de set., alterada pela Lei n.º 119/2009, de 30 dez., pelo Decreto-Lei 140-B/2010, de 30 dez., e pelas Leis n.os 55 -A/2010, de 31 dez., 64-B/2011, de 30 dez., 20/2012, de 14 maio, 66-B/2012, de 31 dez., 83-C/2013, de 31 dez., 82-B/2014, de 31 dez., 42/2016, de 28 dez., e 93/2017, de 1 agosto.Norma revogatória - revoga diversas disposições do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social (Lei n.º 110/2009) | Trabalhadores independentes |
| 08 fev. | [Resolução Assembleia Leg. R.A. Madeira n.º 4/2018/M](https://dre.pt/application/file/a/114655121) | Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à alteração do Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, na sua redação atual, que aprovou o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado. **MP** - altera o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (DL 394 -B/84, de 26 dez.) | Código do IVA - alterações a vigorar na R.A. Madeira |
| 09 fev. | [Lei n.º 3/2018](https://dre.pt/application/file/a/114665484) | Define o regime sancionatório aplicável ao desenvolvimento da atividade de financiamento colaborativo e procede à primeira alteração à Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico do financiamento colaborativo | Atividade de financiamento colaborativo (“crowd-funding”) |
| 22 fev. | [Lei n.º 6/2018](https://dre.pt/application/file/a/114749044) | Estatuto do mediador de recuperação de empresas | Estatuto do mediador de recuperação de empresas |
| 26 fev. | [Portaria n.º 57/2018](https://dre.pt/application/file/a/114766106) | Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir**RE** - retificada pela Declaração de Retificação n.º 14/2018, de 29 março | Portal dos contratos públicos («Portal BASE») |
| 02 mar. | [Lei n.º 7/2018](https://dre.pt/application/file/a/114796977) | Regime jurídico da conversão de créditos em capital | Conversão de créditos em capital |
| 02 mar. | [Lei n.º 8/2018](https://dre.pt/application/file/a/114796978) | Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (Altera o Código do IRC e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado)**MP** - altera o artigo 41.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 nov., e o artigo 78.º-A do Código do IVA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394 -B/84, de 26 dez.; revoga o Decreto-Lei n.º 178/2012, de 3 agosto, o n.º 2 do artigo 16.º do CIRE, a alínea d) do n.º 1 do artigo 41.º do Código do IRC e a alínea d) do n.º 4 do artigo 78.º-A do Código do IVA. | Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas |
| 08 mar. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2018](https://dre.pt/application/file/a/114835000) | Aprova as linhas orientadoras para uma estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-2030 | Estratégia de inovação tecnológica e empresarial para Portugal, 2018-30 |
| 09 mar. | [Portaria n.º 72/2018](https://dre.pt/application/file/a/114833948) | Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova | Código dos Contratos Públicos - rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova |
| 09 mar. | [Dec. Retificação n.º 9/2018](https://dre.pt/application/file/a/114833947) | Retifica o Decreto-Lei n.º 2/2018 - altera o regime contributivo dos trabalhadores independentes | Regime contributivo dos trabalhadores independentes |
| 12 mar. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2018](https://dre.pt/application/file/a/114842871) | Aprova a Estratégia Nacional do Espaço | Estratégia Nacional do Espaço |
| 12 mar. | [Portaria n.º 73/2018](https://dre.pt/application/file/a/114842872) | Define os termos e as condições de utilização do Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), para a certificação de atributos profissionais, empresariais e públicos através do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital | Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP) |
| 29 mar. | [Dec. Retificação n.º 14/2018](https://dre.pt/application/file/a/114943474) | Retifica a Portaria n.º 57/2018, regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE» | CCP - portal BASE |
| 10 mai. | [Portaria n.º 131/2018](https://dre.pt/application/file/a/115263311) | Estabelece as regras e modelo constante do anexo I à presente portaria e da qual faz parte integrante, aplicáveis ao procedimento de comunicação prévia de início de atividade das plataformas de financiamento colaborativo nas modalidades de donativo e/ou com recompensa consagradas na Lei n.º 102/2015, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 3/2018, de 9 de fevereiro. **MP** - revoga a Portaria n.º 344/2015, de 12 de outubro | Plataformas de financiamento colaborativo |
| 11 mai. | [Portaria n.º 132/2018](https://dre.pt/application/file/a/115276379) | Alteração ao Regulamento de Gestão do Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique**MP** - altera os art. 2º e 3º deste Regulamento, aprovado em anexo à Portaria 815/2010, de 30 ago., alterada pela Portaria 76-A/2014, de 24 março | Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique |
| 15 mai. | [Decreto-Lei n.º 33/2018](https://dre.pt/application/file/a/115309964) | Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2018**MP** - revoga o Anexo VIII do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual | Orçamento do Estado para 2018 - revoga o Anexo VIII do CCP |
| 05 jun. | [Lei n.º 23/2018](https://dre.pt/application/file/a/115456196) | Direito a indemnização por infração ao direito da concorrência, transpõe a Diretiva 2014/104/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de novembro de 2014, relativa a certas regras que regem as ações de indemnização no âmbito do direito nacional por infração às disposições do direito da concorrência dos Estados-Membros e da União Europeia, e procede à primeira alteração à Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que aprova o novo regime jurídico da concorrência, e à quarta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, Lei de Organização do Sistema Judiciário | Direito a indemnização por infração ao direito da concorrência (1ª alteração à Lei 19/2012, de 8 maio) |
| 06 jun. | [Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2018](https://dre.pt/application/file/a/115456258) | Aprova o Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva | Prog. para combater a precariedade e promover a negociação coletiva |
| 05 jul. | [Portaria n.º 195/2018](https://dre.pt/application/conteudo/115645078) | Define o conceito de setor tecnológico para efeitos do disposto no artigo 43.º-C do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho | Benefícios Fiscais - definição do conceito de setor tecnológico |
| 09 jul. | [Decreto-Lei n.º 56/2018](https://dre.pt/application/conteudo/115660003) | Altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado e as medidas de dinamização do mercado de capitais**MP** - Alterações: a) 4ª alteração ao Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 fev., alterado pelos DLs 124/2015, de 7 julho, e 77/2017, de 30 junho, e pela Lei 104/2017, de 30 agosto; b) 1ª alteração ao Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado, aprovado pela Lei n.º 18/2015, de 4 março; c) 1ª alteração ao DL 77/2017, de 30 junho.**RE** - retificado pela Declaração de Retificação n.º 31/2018, de 7 set. | Organismos de Investimento Coletivo / Capital de Risco, Empreendedorismo Social e Investimento Especializado |
| 09 ago. | [Lei n.º 43/2018](https://dre.pt/application/file/a/115960129) | Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais**MP** - altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 julho, na sua redação atual, e prorroga a vigência de artigos do mesmo; revoga os artigos 19.º, 26.º, 47.º e 50.º do EBF. | Estatuto dos Benefícios Fiscais - prorrogação da vigência de determinados benefícios fiscais |
| 17 ago. | [Decreto-Lei n.º 68/2018](https://dre.pt/application/file/a/116090700) | Cria o Fundo de Fundos para a Internacionalização | Internacionalização |
| 06 set. | [R.C. Ministros n.º 116/2018](https://dre.pt/application/file/a/116341313) | Aprova o Programa de Valorização do Interior | Programa de Valorização do Interior |
| 07 set. | [Dec. Retificação n.º 31/2018](https://dre.pt/application/file/a/116344541) | Retifica o DL 56/2018 (altera o Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, o Regime Jurídico do Capital de Risco, do Empreendedorismo Social e do Investimento Especializado e medidas de dinamização do mercado de capitais) | Organismos de Investimento Coletivo / Capital de Risco (…) |
| 12 set. | [Decreto-Lei n.º 72/2018](https://dre.pt/application/file/a/116361809) | Cria o Portal Nacional de Fornecedores do Estado. **MP** - altera o Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, e o Decreto-Lei n.º 171/2015, de 25 agosto | Portal Nac. Fornecedores do Estado |
| 14 nov. | [Decreto-Lei n.º 94/2018](https://dre.pt/application/conteudo/116967078) | Cria o Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento**MP** - altera 3 diplomas: Decreto-Lei n.º 183/88, de 24 maio, alterado pelos DLs 127/91, de 22 março, 214/99, de 15 junho, 51/2006, de 14 março, e 31/2007, de 14 fev.; Decreto-Lei n.º 295/2001, de 21 nov., alterado pelos DLs 51/2006, de 14 março, e 31/2007, de 14 fev.; Decreto-Lei n.º 51/2006, de 14 março. Revoga os artigos 1.º a 3.º, o n.º 2 do artigo 4.º e os artigos 5.º, 6.º, 8.º a 10.º do Decreto-Lei n.º 51/2006, de 14 março. | Conselho de Garantias Financeiras à Exportação e ao Investimento |
| 10 dez. | [Decreto-Lei n.º 110/2018](https://dre.pt/application/file/a/117306206) | Aprova o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943**MP** - alterações: a) 5ª alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 agosto, alterada pelas Leis 40-A/2016, de 22 dez., e 94/2017, de 23 agosto, pela Lei Orgânica n.º 4/2017, de 25 agosto, e pela Lei n.º 23/2018, de 5 junho, que aprova a Lei da Organização do Sistema Judiciário; b) 1ª alteração à Lei n.º 62/2011, de 12 dez. (medicamentos); revogações: revoga o Decreto-Lei n.º 36/2003, de 5 março, alterado pelos DLs 318/2007, de 26 set., e 360/2007, de 2 nov., pela Lei n.º 16/2008, de 1 abril, pelo DL 143/2008, de 25 julho, e pelas Leis 52/2008, de 28 agosto, 46/2011, de 24 junho, e 83/2017, de 18de agosto | Novo Código da Propriedade Industrial |
| 11 dez. | [Decreto-Lei n.º 111/2018](https://dre.pt/application/file/a/117350287) | Cria e regulamenta o Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II) | Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2II) |
| 11 dez. | [Portaria n.º 317/2018](https://dre.pt/application/file/a/117350291) | Procede à atualização dos coeficientes de desvalorização da moeda a aplicar aos bens e direitos alienados durante o ano de 2018 | Coeficientes de desvalorização da moeda - ano 2018 |
| 19 dez. | [Portaria n.º 328/2018](https://dre.pt/application/file/a/117434860) | Define o regime de certificação de empresas tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal | Programa «Tech Visa» (integração imigrantes altamente qualificados) |
| 28 dez. | [Decreto-Lei n.º 123/2018](https://dre.pt/application/file/a/117514587) | Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos. **MP** - altera Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 ago. | CCP - faturação eletrónica |
| 31 dez. | [Lei n.º 71/2018](https://dre.pt/application/file/a/117514660) | Orçamento do Estado para 2019**MP** - modificações produzidas relevantes para o setor de consultoria e projeto, nos domínios da economia, gestão de empresas e áreas afins:Altera e derroga os seguintes diplomas: Código do IRC - DL 442-B/88; Estatutos dos Benefícios Fiscais - DL 215/89; Regime Geral das Infrações Tributárias - Lei 15/2001; Código Fiscal do Investimento - DL 162/2014; altera o Código do IVA - DL 394-B/84 e o Código do Procedimento e de Processo tributário - DL 433/99. | Orçamento do Estado para 2019 |